

**II CONGRESSO INTERNACIONAL
DE LITURGIA**

30/08 a 01/09 de 2023



**Sacrosanctum Concilium 60 anos depois,
à luz de Desiderio Desideravi**

Apoio:



Realização:



II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LITURGIA

SACROSANCTUM CONCILIUM 60 ANOS DEPOIS,
À LUZ DE DESIDERIO DESIDERAVI

ISSN: 2526-0782

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: Publicações FAJE

Arte da Capa: Comunicação FAJE

Apoio e Incentivo:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

*(Coordenador da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE -
CCAUEU)*

Coeditor: Me. Felipe Magalhães Francisco

(Coordenador Adjunto da CCAUEU)

Belo Horizonte - MG | BRASIL

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C749s Congresso Internacional de Liturgia (2.: 2023: Belo Horizonte, MG)

Sacrosanctum Concilium 60 anos depois, à luz de Desiderio Desideravi: 30/08 a 01/09 de 2023 / editor, Geraldo Luiz De Mori; coeditor, Felipe Magalhães Francisco - Belo Horizonte: FAJE, 2023.

87 p.

Annales FAJE, v. 8, n. 6, 2023

ISSN: 2526-0782

1. Filosofia. 2. Teologia. I. Título.

CDU 264

Elaborada pela Bibliotecária Zita Mendes Rocha – CRB 6/1697

REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa A recepção da reforma litúrgica e o debate litúrgico-
sacramental contemporâneo

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

CNBB

ASLI

Instituto de Liturgia da UNICAP

UNICAP

APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 5

2. ARTIGOS

DOCTORES E DOUTORANDOS

Anderson Batista Monteiro 11
O testemunho litúrgico nas Atas dos Mártires: A expressão da lex orandi da Igreja primitiva

Fernando Lacerda Simões Duarte 20
*A materialidade do "tesouro de inestimável valor":
Salvaguarda e potencialidades do patrimônio arquivístico-musical católico*

Marcos Vieira das Neves 31
A formação litúrgica compreendida como plasmação dos filhos de Deus

Marcelo Massao Osava 41
Padres da Igreja no Ofício das Leituras: um tesouro escondido

Eder Luis Monegat 49
Existe um guia de preparação para o matrimônio

MESTRES E MESTRANDOS

Anderson Moura Amorim 61
O mistério como fundamento da experiência litúrgico-espiritual da Igreja na Constituição litúrgica do CV II

Renato Quezini 69
Itinerário catecumenal com pais e padrinhos em vista do sacramento do Batismo de crianças

GRADUADOS E ESPECIALISTAS

Maria Eduarda Moreira Martins Vieira 80
Por que não ser católico: os motivos que levam os socialmente oprimidos a se afastarem da Igreja

APRESENTAÇÃO

Os Organizadores

O Grupo de Pesquisa A Recepção da Reforma Litúrgica e o Debate Litúrgico-Sacramental Contemporâneo promoveu, do dia 30 de agosto a 01 de setembro de 2023, o II Congresso Internacional de Liturgia. Contamos com a colaboração na organização do congresso de instituições como a CNBB, ASLI, Instituto de Liturgia da UNICAP e UNICAP. O evento foi realizado em formato remoto, através do canal do YouTube e da Plataforma Teams da FAJE.

O tema do Congresso foi “*Sacrosanctum Concilium* 60 anos depois, à luz de *Desiderio Desideravi*” e as atividades do Congresso foram articuladas em torno a três eixos e desenvolvidos nas Quatro Conferências, destinadas ao conjunto dos participantes e que colocaram as balizas da reflexão. Nove Seminários monotemáticos, versando sobre aspectos desses eixos, permitindo um maior aprofundamento sobre o tema. As Comunicações ofereceram aos pesquisadores oportunidades de compartilhar o resultado de seus trabalhos, enriquecendo a reflexão. A organização do Congresso optou por publicar todos esses textos num único número da revista, para que seus conteúdos fossem de mais fácil acesso aos que se interessassem em lê-los.

As Comunicações abrangem problemáticas muito diversas no âmbito da pastoral e da teologia litúrgica. Na organização de sua apresentação, que se encontra no Caderno de Resumos do Congresso, foram criadas salas que contemplavam a seguinte ordem assim constituídas: 1. Doutores e doutorandos; 2. Mestres e mestrandos; 3. Graduados e especialistas. Alguns grupos tiveram mais de uma sala, mas as Comunicações se encontram aqui na mesma parte.

Os textos publicados por *Annales FAJE* são de inteira responsabilidade de seus autores/as, seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da forma. Para sua aprovação, intervieram como avaliadores os seguintes membros do Grupo de Pesquisa: Washington Paranhos, Joaquim Fonseca, Danilo César, Márcio Pimentel, Creômenes Maciel e Carlos Henrique Alves de Resende.

Inserimos no final desta Apresentação a Justificativa, os Objetivos, a Metodologia, a Programação e a composição das diferentes Comissões que tornaram o Congresso possível. É importante, enfim, assinalar o apoio recebido da CAPES, através dos recursos do PROEX do PPG de Teologia da FAJE, especialmente no processo de editoração desse número de *Annales FAJE*.

Esperamos que os textos reunidos nesse número de *Annales FAJE* contribuam para fazer avançar a discussão da teologia litúrgica no mundo acadêmico, com reverberações no

domínio da ação celebrativa e pastoral das comunidades eclesiais do Brasil, estabelecendo assim uma ponte entre a academia e a Igreja, como serviço à inteligência da fé.

Boa leitura!

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LITURGIA 2023 – 30, 31/08 E 01/09

Tema: *Sacrosanctum Concilium* 60 anos depois, à luz de *Desiderio Desideravi*

APRESENTAÇÃO

O Papa Francisco, há quase um ano, brindou a Igreja com a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do Povo de Deus. Com ela, o pontífice concedeu-nos uma leitura teológico-espiritual da Constituição litúrgica *Sacrosanctum Concilium*, cujo aniversário de 60 anos estamos prestes a celebrar no próximo 04 de dezembro. Compreendendo *Desiderio Desideravi* como uma retomada do caminho conciliar, os benefícios para a pastoral litúrgica são certamente inúmeros.

O Pontífice afirma na Carta Apostólica: “Gostaria que a beleza do celebrar cristão e das suas necessárias consequências na vida da Igreja não fosse deturpada por uma compreensão superficial e redutora do seu valor ou, pior ainda, por uma instrumentalização dela ao serviço de uma qualquer visão ideológica, seja ela qual for” (DD 16).

“Devemos ao Concílio – e ao movimento litúrgico que o precedeu – a redescoberta de uma compreensão teológica da Liturgia e de sua importância na vida da Igreja” (DD 16), disse Francisco falando sobre o sentido teológico da Liturgia. E na conclusão da Carta Apostólica diz: “Abandonemos as polémicas para escutarmos juntos o que o Espírito diz à Igreja, conservemos a comunhão, continuemos a maravilhar-nos pela beleza da Liturgia” (DD 65).

Ele disse ainda que os princípios declarados na *Sacrosanctum concilium*, a constituição do Vaticano II sobre a sagrada liturgia, foram fundamentais para a reforma da liturgia e continuam sendo fundamentais para a promoção de sua “celebração plena, consciente, ativa e frutífera” (DD 16).

Como também explicou Francisco no *Motu Proprio Traditionis custodes* que “os livros litúrgicos promulgados pelos santos pontífices Paulo VI e João Paulo II, em conformidade com os decretos do Concílio Vaticano II, são a única expressão da *lex orandi* do Rito Romano” (TC 1). Nos alegamos porque no mês de abril deste ano foi aprovada pelo Dicasterio do Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, a tradução da 3ª Edição Típica do Missal Romano para o Brasil, após aproximadamente duas décadas de muito trabalho. Por isso, o II Congresso Internacional de Liturgia deseja ser ocasião e espaço de festa. Sendo o mais importante livro litúrgico da Igreja, é mais que oportuno que se realize um evento para refletir sobre a *Lex Orandi* e a *Lex Credendi* expressa no Missal Romano. Animados pela

celebração dos 60 anos da Sacrosanctum Concilium, pela publicação da *Desiderio Desideravi* e a recepção da 3ª Edição Típica do Missal Romano que em breve estará nas mãos das comunidades de nosso país, o Grupo de Pesquisa: A Recepção da Reforma Litúrgica e o Debate Litúrgico-Sacramental, a ASLI, a CNBB e a UNICAP organizam um Congresso com um percurso formativo visando evidenciar como a Liturgia renovada pelo Concílio Vaticano II fez-se e faz-se de fato fonte de vida para a Igreja.

OBJETIVOS

Refletir sobre a intrínseca relação entre a celebração litúrgica (*lex orandi*) e a fé da Igreja (*lex credendi*) no contexto da celebração dos 60 anos da *Sacrosanctum Concilium*, da Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* e a publicação da 3ª Edição típica do Missal Romano para o Brasil.

METODOLOGIA

As atividades do Congresso se articularão ao redor desses três eixos. Quatro Conferências, relacionadas com o conteúdo e destinadas ao conjunto dos participantes e que colocarão as balizas da reflexão. Nove Seminários monotemáticos, versando sobre aspectos desses eixos, permitindo um maior aprofundamento sobre o tema. As Comunicações oferecerão aos pesquisadores oportunidades de compartilhar o resultado de seus trabalhos, enriquecendo a reflexão.

PROGRAMAÇÃO

DIA 30/08

14h00: Abertura: Elton e D. Jorge Alves Bezerra, SSS (Bispo referencial para a Liturgia do Regional Leste II).

Palestra: *Sacrosanctum Concilium*: entusiasmo e medo, acolhida e defesa – sentimentos de um evento que marcou e marca a história – Francisco Tabora

Mediação: Washington Paranhos

Seminários:

1. 15h15: Os 60 anos do Concilio Vaticano II, desafios e frutos à luz da *Sacrosanctum Concilium*: Pe. Washington Paranhos, SJ
2. 16h00: Canto e música na liturgia – Apontamentos a partir da *Sacrosanctum Concilium*: Frei Joaquim Fonseca
3. 16h40: O espaço celebrativo pós-Vaticano II: Tiago Facini

Mediador: Danilo César

17h30: Comunicações – mediação: Washigton Paranhos

DIA 31/08

14h00: Palestra: A arte de celebrar. Algumas ideias oferecidas pela Constituição Litúrgica *Sacrosanctum Concilium* e a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*: Washington Paranhos, SJ

Seminários:

Mediador: Renato Quezini

1. 15h15: Da formação à iniciação – por uma proposta autenticamente litúrgica: Frei Luis Felipe C. Marques, OFMConv.
2. 16h00: A inculturação litúrgica da SC à DD: Creômenes Tenório Maciel, SJ
3. 16h40: Penha Carpenedo: O Ofício Divino das Comunidades

17h30: Comunicações – mediação: Washington Paranhos

DIA 01/09

14h15: Palestra: Prof. Dr. LORIS DELLA PIETRA: *Lars celebrandi tra Sacrosanctum Concilium e Desiderio Desideravi*

Seminários:

Mediador: Washington Paranhos

1. 15h30: Excursus histórico do Missal Romano: Uma Tradição Ininterrupta da *Lex Orandi*: D. Jerônimo Pereira, OSB
2. 16h30: Romano Guardini: Mistagogia da liturgia: Damásio Medeiros
3. 17h30: A virada epistêmico-metodológica na *Sacrosanctum Concilium*: Márcio Pimentel

Mediador: Márcio Pimentel

18h30: Comunicações – mediação:

19h30: Palestra de encerramento: D. Edmar Peron: Apresentação da 3ª Edição Típica do Missal Romano para o Brasil

Mediador: Washington Paranhos

COMISSÃO ORGANIZADORA

Grupo de Pesquisa FAJE:

A Recepção da Reforma Litúrgica e o Debate litúrgico-sacramental contemporâneo.

Washington Paranhos, SJ

Joaquim Fonseca

Danilo César de Lima

Márcio Pimentel

Renato Quezini

COMISSÃO CIENTÍFICA

Washington Paranhos

Joaquim Fonseca

Creômenes Maciel

Sinivaldo Tavares

Luiz Carlos Sureki

DOUTORES E DOUTORANDOS

O testemunho litúrgico nas Atas dos Mártires: A expressão da *lex orandi* da Igreja primitiva

Anderson Batista Monteiro¹

Resumo: A Igreja primitiva é marcada pelo testemunho de numerosos cristãos que sofreram com a perseguição promovida pelo Império Romano. Mesmo assim, inúmeras pessoas aderiam ao cristianismo e a Igreja dava seus primeiros passos em meio ao sofrimento. O relato dos mártires foi conservado nas obras de alguns Padres da Igreja e, sobretudo, nas “Atas dos Mártires”, que consistem na narração do processo jurídico e da condenação dos cristãos à morte. Nesses escritos, encontramos diversos gestos litúrgicos presentes nos momentos derradeiros desses homens e mulheres. Por meio desses recortes, temos acesso à experiência celebrativa dos fiéis nos primeiros séculos da Igreja como expressão máxima da *Lex Orandi* da Igreja. Com esta pesquisa, queremos aprofundar a relação da *Lex Orandi*, *Lex Credendi* e *Lex Vivendi*, a partir da experiência litúrgica da Igreja primitiva. O culto que prestavam a Deus estava intimamente ligado ao seu agir, de modo que o ato litúrgico era estendido na própria vida. A vivência cristã e o culto litúrgico eram realidades indissociáveis, e por isso, com naturalidade eram repetidos durante o processo de condenação e de execução da pena de morte.

Palavras-chave: Liturgia; Mártires; Lex Orandi; Atas dos Mártires.

INTRODUÇÃO

Após o período apostólico, a Igreja é marcada pelo testemunho profético dos mártires. Desde o ano 64, com a perseguição de Nero, até o ano 313, em que Constantino autorizou a liberdade do culto, os cristãos sofreram com a tortura e com o martírio. A perseguição aos cristãos foi motivada por fatores políticos e religiosos, o Império Romano estava preocupado com o crescimento do número de adeptos ao cristianismo, o qual era considerado uma superstição “perniciosa”. As autoridades do Império olhavam o cristianismo como uma ameaça à hegemonia do Império. Os cristãos se recusavam a participar de cerimônias religiosas promovidas pelos romanos, como também não aceitavam o culto ao imperador. Tais atitudes contribuíram para a fragmentação social do Império Romano. Segundo D. Grings, as autoridades romanas interpretavam o anúncio evangélico como um novo estatuto que os cristãos teriam recebido de Deus, e isto representaria um desrespeito e uma desobediência às leis do Império (1994, p. 46).

Mesmo em meio a perseguição, inúmeras pessoas aderiam ao cristianismo por todo o mundo conhecido, da Ásia à costa mediterrânea da Espanha, além das fronteiras do Império Romano. A Igreja dava seus primeiros passos em meio ao sofrimento. Apesar de o Império reprimir os cristãos, a perseguição não desestimulava a comunidade cristã. Pelo contrário,

¹ Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio, professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio, andersonbatista@puc-rio.br.

contribuía para a sua difusão. Tertuliano expressa esse crescimento contrastante da Igreja, afirmando que “o sangue derramado pelos mártires é a semente de novos cristãos” (2003, p. 218).

1 O RELATO DO MARTÍRIO DOS PRIMEIROS CRISTÃOS

Os mártires dos primeiros tempos exerceram um papel específico na missão evangelizadora da Igreja, cujo testemunho é transmitido até hoje. Para J. Comblin, os cristãos martirizados desempenharam uma missão profética em dois sentidos: levando o Evangelho aos pagãos e confirmando os cristãos na fé (2009, p. 98). Na tentativa de desanimar a adesão ao cristianismo, os governadores romanos exaltavam a pena capital. No entanto, os cristãos aproveitavam a prisão e o processo jurídico para propagar a fé em Cristo, fosse por discursos durante as defesas, fosse pela simples profissão de fé, como aquela pronunciada pelos mártires africanos: “Eu sou cristão” (DANIEL-ROPS, 1988, p. 187). “Desde o mais célebre até o mais obscuro, todos deram provas perante a morte de uma firmeza de ânimo e de uma serenidade que, independentemente da adesão à sua fé, suscitaram muitas vezes a maior admiração” (DANIEL-ROPS, 1988, p. 186).

A descrição do sofrimento dos mártires está descrita nas obras de alguns Padres da Igreja e, sobretudo, nas “Atas dos Mártires”, que consistem no relato do processo jurídico e da narração da condenação dos cristãos à morte. Como Cristo entregou a sua vida pela salvação dos homens, inúmeros cristãos deram a vida em favor do anúncio do Evangelho. Eles assumem na própria carne a paixão do Senhor, isto é, o martírio como sinal do próprio Cristo. H. Daniel-Rops afirma que “o relato das perseguições constitui uma das páginas mais grandiosas da história do cristianismo, aquela que, misticamente liga com o laço mais estreito a experiência da alma cristã à de Jesus, seu modelo” (1988, p. 155).

As Atas dos Mártires impressionam pela riqueza de imagens simbólicas. Os gestos litúrgicos, presentes na vida cristã, são retratados nos momentos derradeiros desses homens e mulheres. O culto que prestavam a Deus estava intimamente ligado ao seu agir, de modo que o ato litúrgico era estendido na própria vida. O momento do martírio assemelha-se, por vezes, a uma celebração litúrgica, na qual o mártir é ele próprio a oblação. Por esses recortes do testemunho litúrgico das atas do martírio, pode-se ter acesso à experiência celebrativa dos fiéis nos primeiros séculos da Igreja.

Até o século IV, não existia uma liturgia formal e comum à toda Igreja. Os sacramentários foram escritos com o passar do tempo a partir da experiência das diversas liturgias existentes. Contudo, descobrimos a vida litúrgica da Igreja dos primeiros séculos através dos atos sacramentais descritos nas “Atas dos Mártires”. O teólogo espanhol A. Franqueza apresenta os atos litúrgicos realizados pelos mártires no processo condenatório e durante o próprio martírio (1986, p. 5-18).

2 O TESTEMUNHO LITÚRGICO NAS ATAS DOS MÁRTIRES

A Sagrada Escritura, em particular o Evangelho, ocupava um lugar especial na vida da Igreja. Como não havia na época dos mártires um ritual litúrgico definido para toda a Igreja, os cristãos tinham a Bíblia e a Tradição Apostólica como as principais fontes para a vida religiosa. Estes eram os elementos essenciais da vida cristã.

Os mártires conservavam a Palavra de Deus plasmada em seus corações. Tertuliano testemunhava a vida dos cristãos de seu tempo e afirmava que a Palavra de Deus era o alimento da fé, em que se alcançava a esperança e fortalecia a confiança no Senhor (TERTULIANO, 2003, p. 204). E durante o martírio, a Palavra de Deus não era esquecida pelos mártires. Pelo contrário, era a Palavra que os sustentava, dando sentido à entrega da própria vida pela Palavra Eterna.

Por atos simples e espontâneos, os mártires expressavam o amor que tinham com a Palavra de Deus, mesmo que isso lhe custasse a própria vida. Como relatado no martírio do bispo São Félix de Tibuica que diante da ordem dada pelo juiz de entregar os Livros para serem queimados, declarou: “Antes preferiria que me queimassem a mim, vivo, em vez das Escrituras divinas, porque convém mais obedecer a Deus que aos homens” (MARTÍRIO DE SAN FELIX, 2003, p. 961).

Da mesma forma, o amor pela proclamação da Palavra foi a causa da condenação à morte do diácono Euplo, na cidade de Catânia. Como a proclamação do Evangelho na assembleia é próprio do ministério diaconal, o diácono foi surpreendido pelos soldados lendo o Evangelho aos fiéis e; por isso, foi executado com o livro dos Evangelhos amarrado no pescoço (MARTÍRIO DE SAN EUPLO, 2003, p. 1055).

A. Molinero recorda o cuidado com que bispos e padres guardavam os *Codices sacri* (presumidamente o Antigo e Novo Testamento) (1992, p. 25). Esta predileção era visível no modo como os cristãos conservavam o livro sagrado em um lugar especial. As Atas de São Filipe de Heracléia narram a violência da perseguição de Diocleciano, com ordens de destruir os templos e queimar os livros sagrados. Os soldados arrancavam as decorações dos templos e atiravam às chamas, inclusive as cópias dos livros sagrados que encontravam (MARTÍRIO DE SAN FELIPE, 2003, p. 1062)

A vivência cristã estava de tal modo enraizada na vida dos mártires, que a Palavra de Deus e culto litúrgico eram realidades recorrentes no dia a dia, e com naturalidade eram repetidos durante o processo de condenação e de execução da pena de morte. O martírio de São Cipriano, bispo de Cartago, é exemplo de um ato litúrgico relatada nas Atas do processo condenatório. Antes de entrar no tribunal em que foi condenado, Cipriano avistou uma poltrona coberta por um manto. Em sua época, a cátedra, símbolo do ministério episcopal, era coberta por uma colcha. O diácono Poncio narra que Cipriano sentou-se, “a fim de que nem mesmo sob o golpe do martírio, deixasse de gozar as honras episcopais” (VIDA Y MARTÍRIO DE SAN CIPRIANO, 2003, p. 746). Este gesto tão singelo revela o que tantas vezes Cipriano fez diante da comunidade. De fato, foi o povo que o escolheu para ser bispo e, como fiel sucessor dos apóstolos, até o

fim deu testemunho da fidelidade ao seu ministério, como Cristo deu a vida pelo seu rebanho. F. Figueiredo reconhece que “os cristãos viam nos mártires um profeta. Suas últimas palavras eram atentamente escutadas: Deus falava por eles ao povo cristão. Assim, ao decidir ser martirizado em Cartago, Cipriano coloca o ato supremo de seu episcopado” (1984, p. 59).

Outro elemento fundamental na Igreja dos mártires é a celebração da Eucaristia. Os cristãos dos primeiros séculos, mesmo colocando suas vidas em risco, não deixavam de se reunir para celebrar a Eucaristia. Eles vivenciavam a Eucaristia como a fonte e o ponto mais alto de toda vida cristã. Por isso, neste tempo não se compreendia um cristão que se ausentasse da celebração eucarística.

Justamente por participarem da ceia do Senhor, cerca de cinquenta cristãos foram martirizados em Abitínia no ano de 304. Os cristãos estavam reunidos na casa de um deles, Octávio Félix, para celebrar “segundo o costume”, os mistérios do Senhor. Surpreendidos pelos magistrados da colônia foram conduzidos ao fórum e depois enviados a Cartago. Durante o trajeto, não deixaram de entoar cânticos ao Senhor com fervor e alegria. Diante do procônsul de Cartago, Anulino, não omitiram a fé em Cristo. O mártir Telica dizia enquanto era cruelmente torturado: “Somos cristãos, por isso temos nos reunido”. “Sim, assisti à reunião e celebrei os Mistérios do Senhor, porque sou cristã”, respondia a mártir Vitória. “Celebramos devotamente os Mistérios do Senhor porque esta celebração não pode ser interrompida”, respondia o sacerdote Saturnino. Emérito responde às acusações afirmando: “Para nós, não é possível viver sem celebrar o Mistério do Senhor” (MARTIRIO DE LOS SANTOS SATURNINO, DATIVO Y OTROS MUCHOS MÁRTIRES, 2003, p. 975-982).

As respostas dos mártires manifestam o que a Eucaristia significava para cada um. Eles estão convencidos de que não se é cristão sem a Eucaristia. A participação consciente na celebração do Corpo e Sangue de Jesus fazia com que eles expusessem a própria vida. A celebração da Eucaristia é muito mais do que uma simples reunião ou um culto desconexo da vida. Ela faz parte do ser cristão. Mesmo expostos a toda espécie de tormento não deixavam de celebrar a Ceia do Senhor.

Dentre os atos litúrgicos descritos durante os martírios, encontramos alguns elementos presentes no rito da Eucaristia. Antes do martírio de Montano, Lúcio e companheiros, a mártir Cuartilosia teve uma visão. Ela descreve que viu um jovem apresentando-lhe cálices cheios de leite e deu de beber a todos os presentes. No dia seguinte, a visão da mártir é realizada e foi entregue aos mártires os cálices de leite pelas mãos de Luciano (MARTIRIO DE LOS SANTOS MONTANO, LUCIO Y COMPAÑEROS, 2003, p. 808-809). Nos primeiros séculos, os fiéis, após terem sido batizados, participavam da Eucaristia pela primeira vez, e recebiam após a comunhão um pouco de leite. O leite era utilizado como a síntese dos sacramentos da iniciação cristã, pelos quais os cristãos recebem a nova vida e tomam posse da terra em que correm leite e mel. O simbolismo do leite é citado com frequência na antiguidade cristã, juntamente com o mel, baseados nas referências bíblicas em 1Cor 3,2 e 1Pd 2,2. Tertuliano e São Jerônimo também se referem ao gesto de misturar leite e mel (2003, p. 231; 2003, p. 774).

Na ata do martírio das santas Felicidade e Perpétua também aparece o leite como sinal da iniciação cristã. Antes do martírio, Perpétua tem a visão de um pastor que ordenhava as ovelhas e lhe diz: “Sejas bem vinda, filha”. “Chamou-me e do queijo – leite, que tirava me deu um pouco, e eu o recebi com as mãos juntas e comi” (MARTÍRIO DE LAS SANTAS PERPETUA Y FELICIDAD Y DE SUS COMPAÑEROS, 2003, p. 419-421). Mirella Susini esclarece que o pedaço de queijo entregue à Perpétua simbolizava a Eucaristia: era um encorajamento diante do martírio. Jesus é o pastor que ordenhava as ovelhas, o bom pastor dos Evangelhos (2002, p. 108).

Ainda relacionado aos gestos litúrgicos, encontramos o ato de saudação da paz nas atas. Já próximo à consumação do martírio, Perpétua e Felicidade, juntas aos outros mártires, foram conduzidas ao anfiteatro para morrerem ao fio da espada. Antes de entregarem suas vidas, Perpétua e Felicidade, de pé, beijaram-se mutuamente com os demais mártires, “a fim de consumir o martírio com o rito solene da paz” (MARTÍRIO DE LAS SANTAS PERPETUA Y FELICIDAD Y DE SUS COMPAÑEROS, 2003, p. 439). Era o mesmo ato que faziam antes de receber o Corpo e o Sangue de Cristo. Mais do que um simples cumprimento de despedida, o ósculo representava a oferta do dom pascal, do dom da ressurreição, ofertado por Cristo aos discípulos reunidos no cenáculo. Era o beijo da ressurreição.

O mesmo gesto de saudação da paz é apresentado no martírio dos santos Montano, Lúcio e companheiros. Um destes mártires, Flaviano, acompanhado de outros cristãos, saudou com a paz da Igreja cada um, confirmando na fé todos os irmãos e exortando-os a viverem na unidade, na paz e na caridade (MARTÍRIO DE LOS SANTOS MONTANO, LUCIO Y CAMPAÑEROS, 2003, p. 821-822). O rito da paz na liturgia é rico de significado. É como um “sacramento”, ação visível que manifesta o perdão, a união e a fraternidade.

3 A LITURGIA COMO EXPRESSÃO MÁXIMA DA *LEX VIVENDI* DA IGREJA DOS PRIMEIROS SÉCULOS

Como descrevemos até o presente momento, os relatos dos martírios dos cristãos dos primeiros séculos da Igreja apresentam que não havia distinção da vida da litúrgica da práxis cristã. Os mártires viviam aquilo que celebravam, os gestos habituais das celebrações são repetidos de forma espontânea durante o processo condenatório.

No relato do martírio de São Frutuoso, bispo de Tarragona, o martírio é descrito da mesma maneira que se descreve um rito litúrgico. A descrição dos atos recorda os gestos que são realizados em uma celebração pontifical. São Frutuoso foi conduzido ao cárcere, acompanhado de seus diáconos. Na prisão, o bispo permanecia confiante e alegre em vista da coroa do Senhor que receberia, e orava ininterruptamente.

São Frutuoso exerce o seu ministério episcopal na prisão, batizando o catecúmeno Rogaciano. Numa sexta-feira, dia em que se recorda a paixão do Senhor, São Frutuoso foi levado diante do presidente Emiliano e confessou-se cristão dizendo: “Eu adoro um só Deus, que fez o céu e a terra, o mar e tudo o que eles contêm” (MARTÍRIO DE SAN FRUTUOSO, 2003,

p. 789). O mesmo fizeram os diáconos: foram, portanto condenados a serem queimados vivos. O martírio de São Frutuoso destaca a presença do sinal litúrgico do tempo. A condenação e a morte do mártir acontecem em uma sexta-feira, o dia que a Igreja recorda da Paixão de Jesus.

Daniel-Rops recorda, ainda, que os cristãos dos primeiros tempos viviam intensamente uma vida de oração. Eles entenderam o exemplo de Cristo que afirmava a necessidade de orar. “A oração é para o verdadeiro cristão uma escolta permanente que o acompanha ao longo de toda a vida, ou, por outras palavras, é a existência inteira que, consagrada a Deus, é oração: a vida deve transformar-se numa oração perpétua” (1988, p. 218).

Ainda no martírio de São Frutuoso, quando as chamas queimavam os laços que os amarravam, “lembrando-se eles da oração divina e de seu costume comum, cheios de alegria, de joelhos dobrados, certos da ressurreição, fixos na figura do troféu do Senhor, permaneceram suplicando ao Senhor até o momento em que juntos, exalaram suas almas” (MARTÍRIO DE SAN FRUTUOSO, 2003, p. 792). A oração ocupa um lugar privilegiado na vida dos cristãos da época dos mártires. A oração é o sinal do relacionamento entre uma pessoa e o próprio Deus. Castellano afirma que:

Toda a Bíblia, AT e NT, é, por excelência, o livro de oração. Desde o primeiro ato criador de Deus no Gênesis até o último clamor orante da Esposa no Apocalipse, desenrola-se na Bíblia um diálogo feito de Palavras e de obras de Deus e de respostas do homem, que, como a própria revelação e a história da salvação, já é autêntica em sentido amplo (2009, p. 815).

As orações próprias das celebrações litúrgicas também eram pronunciadas pelos mártires no momento em que se uniam à cruz de Cristo e se entregavam como uma perfeita oferenda. Como ocorreu no martírio de São Policarpo que, ao ser levado à prisão, pede uma hora para entregar-se à oração e a faz intercedendo por “todos, conhecidos e desconhecidos, bons e maus e, especialmente, todos os católicos que se congregam em cada lugar da Igreja” (MARTÍRIO DE SAN POLICARPO, 2003, p. 270). Policarpo recorda-se de rezar por todos, como é feito durante a celebração da Eucaristia. “O caráter litúrgico desta morte é um fato evidentemente se destaca. O bispo de Esmirna, na oração que pronuncia, na atmosfera de sua morte, consagra como uma última eucaristia, ele aparece como a hóstia da consagração” (BOUYER; DATTRINO, 1998, p. 53). Na pira, no momento de sua morte, enuncia uma solene ação de graças, como que uma primitiva prece eucarística:

Deus dos anjos, Deus dos arcanjos, nossa ressurreição, perdão do pecado, governador de todos os elementos e de todo o lugar, protetor de toda a linhagem dos justos que vivem em tua presença, eu te bendigo e te sirvo por me haver tido como digno de receber minha parte e a coroa do martírio, princípio do cálice, por meio de Jesus Cristo, na unidade do Espírito Santo, a fim de que, cumprindo o sacrifício deste dia, receba as promessas de tua verdade. Por isso eu te bendigo em todas as coisas e

me glorio, por meio de Jesus Cristo, eterno e onipotente Pontífice. Pelo qual a Ti, com o mesmo Espírito Santo, seja a glória, agora e no futuro, pelos séculos dos séculos. Amém. (MARTÍRIO DE SAN POLICARPO, 2003, p. 275).

M. Susini afirma que o martírio de Policarpo representa uma imitação perfeita da Páscoa do Senhor. O mártir não só recorda as palavras ou os gestos de Cristo, mas participa misticamente da paixão do Senhor (2002, p. 85).

Além disso, os gestos litúrgicos também eram destacados nas atas do martírio. Gestos como o de estender as mãos, comum nas celebrações e orações comunitárias, estão presentes nos relatos. Como está relatado no martírio de São Frutuoso e seus diáconos, que antes de expirarem, estenderam as mãos, “segundo o costume”. Clemente de Alexandria, ao tratar do tema sobre a vida cristã, orientava que a oração devia ser realizada com a cabeça levantada e de braços erguidos para o céu (CLEMENTE DE ALEXANDRIA, 2003, p. 193). Tertuliano explica que as mãos devem estar estendidas para a oração, porque os braços abertos significam e reproduzem o gesto sacrificial de Cristo (TERTULIANO, 2003, p. 219). Dessa forma foi encontrado o cadáver de São Filipe: com as mãos estendidas como a posição de quem estava em oração. O mesmo gesto também era retratado nas pinturas das catacumbas representando a atitude orante de toda Igreja.

A posição do corpo também está vinculada ao modo de orar da comunidade e desempenhou um papel importante na liturgia. Estar voltado na direção do oriente era um gesto comum de oração. No martírio de Piônio e Metródoro quando cravados no tronco “dirigiram seus olhos para o Oriente” (MARTÍRIO DE SAN PIONIO, 2003, p. 638). O Oriente é Cristo, “*Oriens ex alto*, o lugar donde procede a luz que desperta os homens que dormem nas trevas, e também a direção de Jerusalém terrestre” (DANIEL-ROPS, 1988, p. 218). Este costume que surgiu no século II foi conservado até os nossos dias, na tradição orientativa das igrejas e na celebração da missa *ad Orientem*. Daniel-Rops afirma que:

Se os primitivos cristãos conheciam e proclamavam a eficácia da oração e dos sacramentos, conheciam melhor do que nós o seu significado, a sua intenção simbólica e mística. A seus olhos, orar era conversar com Jesus vivo, como haviam conversado os discípulos de Emaús e como cada um conversaria, no dia de amanhã, com Cristo na glória. Comungar era sentar-se à mesa da última Ceia, cujos portadores eram todos familiares, e ao mesmo tempo tomar parte na Ceia eterna, que se iria celebrar no dia de amanhã (1988, p. 220).

CONCLUSÃO

Com estas breves indicações, podemos vislumbrar a riqueza litúrgica que as “Atas dos Mártires” preservam. As inúmeras semelhanças entre a liturgia e a vida da comunidade cristã na Igreja dos primeiros séculos testemunham que nesta época não havia separação entre a vida

espiritual e a vida cotidiana. Em um tempo de tanta perseguição e sofrimento, os mártires viveram a fidelidade ao Senhor até o fim da vida. Não temeram em anunciar o Evangelho e confessar a fé cristã.

O testemunho litúrgico dos mártires da Igreja enriquece o estudo sobre a espiritualidade litúrgica. Apesar de contarmos com inúmeros trabalhos e publicações sobre este tema, ainda se faz necessário o aprofundamento e a divulgação dos resultados das pesquisas, a fim de contribuir com a formação litúrgica do povo de Deus. Que pelo exemplo de tantos cristãos que viveram a práxis cristã, possamos nós, no tempo presente, também vivermos a partir da lei da oração.

REFERÊNCIAS

- ALDAZÁBAL, Jose. *A Eucaristia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ALVAREZ GOMEZ, Jesús. *Historia de la Iglesia. Edad Antigua*. Madri: BAC, 2001.
- BOUYER, Louis; DATTRINO, Lorenzo. *La spiritualità dei Padri*. Bologna: Edizioni dehoniane, 1998.
- CASTELLANO, Jesús. *Oração e Liturgia*. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achillee. (Orgs.). *Dicionário de liturgia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 815-825.
- CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Stromata*. In: CORDEIRO, José (Org.). *Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 192-195.
- COMBLIN, Jose. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2009.
- CONSTITUIÇÕES APÓSTÓLICAS. In: CORDEIRO, José, (Org.). *Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 473-508.
- DANIEL-ROPS, Henri. *A Igreja dos apóstolos e dos mártires*. São Paulo: Quadrante, 1988.
- FIGUEIDEDO, Fernando. *Curso de teologia patrística*. Petrópolis: Vozes, 1984. v. 2.
- FRANQUEZA, Adalberto. *O testemunho litúrgico nas Atas dos Mártires*. *Liturgia e Vida*, n. 197, p. 5-18. 1986.
- GRINGS, Dadeus. *Dialética da Política: História Dialética do Cristianismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- JERÔNIMO. *Comentário ao profeta Isaías*. In: CORDEIRO, José (Org.). *Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 774-775.
- MARSILI, Salvatore. *A liturgia, momento histórico da salvação*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- MARTÍRIO DE LAS SANTAS PERPETUA Y FELICIDAD Y DE SUS COMPAÑEROS. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). *Actas de los mártires*. Madrid: BAC, 2003. p. 397-460.
- MARTÍRIO DE LOS SANTOS MONTANO, LUCIO Y COMPAÑEROS. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). *Actas de los mártires*. Madrid: BAC, 2003. p. 801-824.
- MARTÍRIO DE LOS SANTOS SATURNINO, DATIVO Y OTROS MUCHOS MÁRTIRES. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). *Actas de los mártires*. Madrid: BAC, 2003. p. 970-995.

- MARTÍRIO DE SAN EUPLO. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 1051-1056.
- MARTÍRIO DE SAN FELIPE. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p.1056-1085.
- MARTÍRIO DE SAN FELIX. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 958-964.
- MARTÍRIO DE SAN FRUTUOSO. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 781-801.
- MARTÍRIO DE SAN PIONIO. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 611-641.
- MARTÍRIO DE SAN POLICARPO. In: RUIZ BUENO, Daniel (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 263-280.
- MELLO, Alberto. La passione dei profeti. Magnano: Qiqajon, 2000.
- MOLINERO, Antonio. Las otras liturgias occidentales. Bilbao: EGA, 1992.
- SAXER, Victor. Martírio. In: BERARDINO, Angelo. (Org.). Dicionário patristico e de antiguidades cristãs. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 895-901.
- STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes. História da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2009.
- SUSINI, Mirella. Il martírio Cristiano esperienza di encontro com Cristo. Testimonianze dei primi ter secoli. Bologna: Edizione dehoniane, 2002.
- TERTULIANO. A oração. In: CORDEIRO, José (Org.). Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patristicos e canônicos do primeiro milênio. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 217-220.
- TERTULIANO. Apologético. In: CORDEIRO, José (Org.). Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patristicos e canônicos do primeiro milênio. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 203-208.
- TERTULIANO. Contra Marcião. In: CORDEIRO, José (Org.). Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patristicos e canônicos do primeiro milênio. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, p. 231-232.
- VIDA Y MARTÍRIO DE SAN CIPRIANO. In: RUIZ BUENO, Daniel. (Org.). Actas de los mártires. Madrid: BAC, 2003. p. 724-750.

A materialidade do “tesouro de inestimável valor”: salvaguarda e potencialidades do patrimônio arquivístico-musical católico

Fernando Lacerda Simões Duarte¹

Resumo: A Constituição Apostólica “*Sacrosanctum Concilium*” se refere à tradição musical da Igreja como um tesouro de inestimável valor. Se a tradição for pensada como processo de transmissão, como entrega daquele que veio antes para quem lhe sucede, conclui-se que ela opera pelas vias da escrita e da oralidade, sendo seus respectivos registros elementos de materialidade desta tradição. A partir da pesquisa arquivística *in loco* em cento e cinquenta cidades, dos referenciais de memória, história e identidade coletiva, bem como dos conhecimentos gerados em torno do patrimônio cultural documental, busca-se refletir acerca das possibilidades de pesquisa e utilização musical de documentos musicográficos recolhidos a acervos e os principais desafios para a salvaguarda desse tipo de documentação. Os resultados apontam para a possibilidade de reconstrução de um conhecimento fundamentado em torno das modificações dos paradigmas musicais ao longo do tempo e das tradições musicais locais, mas também para possíveis resgates de repertórios que façam sentido para as comunidades religiosas no presente. Quanto à salvaguarda, o maior desafio ainda consiste no reconhecimento de que partituras antigas são documentos com potencial para recontar aspectos relevantes da história eclesial e a necessidade de ações institucionais no sentido dessa conscientização.

Palavras-chave: Música religiosa – Igreja Católica. Partituras. Acervos. Música litúrgica.

INTRODUÇÃO

A interação entre a música e a liturgia católica romana de rito latino é inquestionável, prova disto é que, se não a totalidade, parte considerável dos documentos da Cúria Romana acerca da liturgia consideram também a música. Ademais, existem documentos específicos acerca da música ritual, nos quais sempre é explicitada sua íntima relação com o rito. No século XX, dois desses documentos podem ser considerados, talvez, os mais relevantes, com perspectivas bastante diferentes entre si. O primeiro é o *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, promulgado por Pio X em 1903, e o segundo, a Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*”, documento vinculado diretamente às decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965), que lançou as diretrizes iniciais para a liturgia tal como hoje é concebida. Ao abordar a música ritual, o documento aponta que: “A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene” (SACROSANCTUM CONCILIUM, 1963, n. 112).

¹ Doutor em Música com pós-doutorados. Bolsista de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas, com financiamento da própria IES, e docente em afastamento da Escola de Música da Universidade Federal do Pará. E-mail: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

Um dos caminhos para se pensar essa tradição é, de fato, como *traditio*, ou seja, como entrega ou transmissão de um bem, neste caso, um tesouro de inestimável valor. O tempo é um fator fundamental a ser considerado para que tal entrega ocorra: se por um lado, a transmissão ocorre sempre no presente – seja ela pela via da oralidade / auralidade ou da escrita musical –, fato é que aquilo que é transmitido vem do passado, seja ele recente ou distante. Assim, se está a falar também de memória, e a memória sempre está aberta a modificações, a inovações e a seleções, pois sempre dialoga com o presente (CANDAU, 2011). Tal tradição pode ser, portanto, tradicionante, como algo que tende a engessar um prática, ou algo mutável em relação ao passado. Assim, a tradição condiciona o presente, mas também é transformada por ele, conforme se verá mais adiante.

Conhecer as transformações nas práticas musicais católicas e no repertório e nos instrumentos musicais associados a tais práticas só é possível quando há fontes para tal conhecimento. Além dos diversos instrumentos musicais, que foram denominados por Antonio Ezquerro Esteban (2016) patrimônio musical organológico, há também as partituras e partes instrumentais / vocais avulsas, além de livros de tombo e de fábrica das paróquias e dioceses, dentre outros. A esse conjunto de vestígios, quase sempre em suporte de papel ou em meios audiovisuais, o dito autor denominou patrimônio musical documental.

Neste trabalho, busca-se refletir acerca das possibilidades de pesquisa e utilização musical de documentos musicográficos recolhidos a acervos e os principais desafios para a salvaguarda desse tipo de documentação. Assim, mais que apenas a compreensão do passado, busca-se dialogar com os discursos sobre ele que condicionam o presente. Para tanto, parte-se dos seguintes problemas: existem potencialidades de pesquisa a partir de acervos de documentos musicográficos? Para além da pesquisa, quais os possíveis usos das obras musicais registradas em tais fontes no presente? E quais os principais desafios para a salvaguarda desses bens culturais? Responder a tais questões teve como procedimentos para a obtenção de dados a pesquisa arquivística *in loco*, em igrejas, cúrias diocesanas e metropolitanas, casas religiosas, arquivos particulares, bibliotecas públicas, de seminários e instituições universitárias confessionais católicas, em cerca de 150 cidades, além da pesquisa por documentos *online*, tal como a legislação eclesiástica sobre a música, além do procedimento bibliográfico. Dentre os referenciais teóricos, recorreu-se à obra de Joël Candau (2011), para as afirmações acerca da relação entre memória e identidade no plano coletivo, a Pierre Nora (1993), para se pensar os arquivos como lugares de memória, mas também às categorias do patrimônio musical em Antonio Ezquerro Esteban (2016) e aos resultados de nossa investigação doutoral, sobre as práticas musicais católicas entre 1903 e 2013 (DUARTE, 2016c), além de outros trabalhos individuais ou conjuntos de nossa lavra, a fim de analisar as potencialidades do uso das fontes.

O trabalho parte de uma breve contextualização acerca dos grandes movimentos na música litúrgica católica, para então passar às potencialidades das fontes, sobretudo no campo da pesquisa, de maneira a analisar peculiaridades, continuidades ou rupturas que aparentemente não são contempladas nos grandes movimentos, tampouco nos discursos e

documentos normativos acerca do passado. Finalmente, passa-se aos desafios da preservação dos acervos no âmbito do catolicismo romano, a partir das observações em campo.

1 UM BREVE RESUMO DOS GRANDES MOVIMENTOS

É possível observar, ao longo da história, alguns grandes movimentos em termos estilísticos na música religiosa: a música monódica da Alta Idade Média, que permaneceu ao longo dos séculos; o desenvolvimento da música polifônica, sobretudo na Baixa Idade Média e início do Renascimento; a concepção, por parte do clero, de que aquela música começava a assimilar elementos «lascivos e impuros» – termos empregados do decreto tridentino “*De observandis et evitandis in celebrationem missae*” – alinhado a um novo modelo de música polifônica, menos contrapontística, com maior compreensão do texto. Esse modelo lançaria as bases para o chamado *estilo antigo*, observado, por exemplo, nos motetos de passos compostos no Brasil colonial e imperial. Giovanni Pierluigi da Palestrina (c. 1525-1594) viria a ser considerado o modelo para esse estilo, inclusive dando origem a uma lenda de que uma de suas obras teria sido a responsável por dissuadir os padres conciliares, em Trento, do banimento da música a vozes dos ritos católicos. Ocorre que a transmissão do repertório sempre está ligada ao presente, de modo que inovações foram sendo agregadas à tradição palestriniana e, com o tempo – do século XVII ao XIX – teve origem o chamado estilo moderno, que unia canto e sinfonia, legando aos instrumentos não mais a simples duplicação das melodias das vozes, mas partes efetivamente independentes. Exemplos disso já estão nas Vésperas da Bem-Aventurada Virgem Maria, de Monteverdi, em 1610, mas também no *Requiem*, de Mozart, e na obra de muitos compositores atuantes no Brasil, tais como José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita (1746-1805), padre João de Deus de Castro Lobo (1794-1832) e o mais famoso do período, padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830). No desenvolvimento do repertório em *estilo moderno*, a expressividade e dramaticidade das composições foi crescente, de modo que, no século XIX – no Brasil, sobretudo por influência da vinda da família real portuguesa –, chegou-se a ponto de ser difícil distinguir entre a música de ópera – a música de entretenimento da época, portanto – e a música sacra. Desse modo, houve, a partir do século XIX, um crescente movimento de clérigos e peritos em música religiosa que buscava banir o caráter profano da música litúrgica, que ficou conhecido como Cecilianismo. O impacto desse movimento pode ser notado na escrita do *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, um “código jurídico de música sacra” de 1903 (DUARTE, 2016c).

Nas prescrições do *motu proprio* fica evidente a relação com o passado e o peso da tradição: o canto gregoriano foi considerado a música oficial da Igreja e o órgão, seu instrumento oficial. Ao órgão não era lícito o acompanhamento figurado – tal qual o repertório do século XIX –, tampouco os compositores deveriam ter em suas obras alguma aproximação estilística da ópera ou de danças. Ademais, os coros deveriam ser masculinos, admitindo-se meninos para o canto das partes vocais femininas (soprano e contralto). O canto em vernáculo seria admitido para as procissões e, no interior do templo, deveria reinar a língua latina. Contudo, ao longo do século XX e, sobretudo após a eclosão de duas grandes guerras mundiais, a Igreja

passou a lidar com as culturas não-europeias de maneira diferente, de modo que a aproximação “a índole de cada povo particular” foi aconselhada por Pio XII em sua carta encíclica “*Mediator Dei*”, de 1947. Nesse mesmo sentido foram as decisões do Concílio Vaticano II e as práticas musicais pós-conciliares, rumo à inculturação litúrgica e, conseqüentemente, musical. A partir dos anos 2000, entretanto, foi crescente a aproximação, no Brasil, de outro modelo musical, menos próximo da música tradicional – também denominada folclórica – e mais próxima da música *pop*, movimento que foi bastante associado aos padres cantores e à Renovação Carismática Católica.

2 DOCUMENTOS MUSICOGRÁFICOS: DA INVESTIGAÇÃO DO PASSADO ÀS PRÁTICAS MUSICAIS POSSÍVEIS

O senso comum se alinha, de certo modo, à análise dos grandes movimentos ao se pensar na música ritual católica, de modo a se considerar o Concílio Vaticano II como um ponto de inflexão e as práticas musicais dele decorrentes, como expressão de uma ruptura em relação ao passado. Para que tal percepção faça sentido, tem-se a ideia de um passado musical católico homogêneo, com o repertório coral, em língua latina, e de características sempre europeias, nunca autóctones. Esse passado se relaciona, sem dúvida, a uma perspectiva de “pureza” na liturgia própria da Romanização, baseada, em última análise, à inculcação de um modelo eurocentrista sobre os diversos povos nos quais a Igreja Católica se encontrava, e quaisquer diferenças em relação a isso são relacionadas somente ao Paleocristianismo.

Há de se observar, entretanto, que em relação aos cânticos espirituais ou cantos religiosos populares e seu uso, existe uma linha consideravelmente longa de continuidades. Assim, aquele que tiver em sua paróquia um exemplar da *Harpa de Sião*, editada pelo padre verbita João Batista Lehmann em 1923 – a qual teve número considerável de reedições, sendo provavelmente a coletânea de cânticos mais difundida no Brasil na primeira metade do século XX – achará, logo na primeira partitura o *Rorate coeli desuper*, que tem no refrão a melodia do cantochão e o texto em língua latina, mas nas estrofes, “Quando virá, Senhor, o dia...”. Assim, logo perceberá tratar-se da mesma melodia do “Quando virá, Senhor”, publicado no primeiro fascículo do *Hinário Litúrgico* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB – em tom mais agudo na coletânea de Lehmann; a descida das tonalidades foi reiterada no repertório na medida em que foi copiado. Chamará a atenção, portanto, a ausência de oposição entre latim e vernáculo na *Harpa de Sião*, mas sobretudo o uso do vernáculo de maneira ampliada anteriormente ao Concílio. Conforme foi dito, a primeira edição era de 1923, apenas duas décadas, portanto, após o *motu proprio* de Pio X e ainda muito distante do *Aggiornamento* marcado pela “*Mediator Dei*” de Pio XII. Um olhar para acervos mais consistentes, a exemplo daquele preservado na Catedral de Nossa Senhora do Desterro, na cidade de Florianópolis – em razão da contínua atividade coral nesta catedral, sob a regência do padre Ney Brasil Pereira (1930-2017) – e que tivemos a oportunidade de fotografar, logo se deparará com uma série de cânticos em língua vernácula em partituras manuscritas, muitas das quais, copiadas por Edesia Aducci, jovem organista da catedral na primeira metade do século XX. Para além

do uso disseminado do vernáculo, chamará a atenção neste caso, comparando-se a realidade com as prescrições do *motu proprio*, a presença feminina nas práticas musicais em ambiente que não os conventos de religiosas. Assim como Aducci, a participação feminina na música litúrgica foi bastante intensa na primeira metade do século XX. Chama ainda mais atenção uma carta de Aducci endereçada ao segundo bispo e primeiro arcebispo de Florianópolis, dom Joaquim Domingues de Oliveira, na qual questiona a determinação deste de que apenas alguns cânticos em língua vernácula sejam empregados ao longo do ano, vez que o povo logo se cansaria deles e, ao invés de participar das celebrações, deixaria de fazê-lo:

Talvez V. Exa. não saiba que à missa das 10 vão poucos católicos dos que o são de fato; a grande maioria dos que frequentam a missa das 10 são pessoas que nunca abriram a boca para cantar na igreja, e que (o que é mais triste) desaparecerão da Catedral se se cantar sempre a mesma coisa, porque os próprios católicos fervorosos não suportam os mesmos cantos, sei-o por experiência de muitos anos. Outro motivo que me força a escrever a V. Exa. Revma. não se lembrou da impropriedade das mesmas músicas para todas as ocasiões: não poderei, sem ficar grandemente envergonhada, fazer cantar no tempo do Advento, do Natal, da Quaresma, os mesmos cantos, cantos esses que nada dizem das festas que a Igreja celebra. [...] Como poderemos então, Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo, abandonar todos esses cantos, que, justamente na missa das 10, chamam a atenção do povo para as festas que se celebram, e o ensinam a pensar e a rezar com a santa Igreja, para aborrecermos com as mesmas melodias os assistentes, que irão diminuindo sempre de número, já o prevejo. Demais, estou arriscada a ficar sem cantoras na missas das 10 (ADUCCI apud DUARTE, 2016c, p. 300).

Fica evidente, portanto, a preocupação da organista – e possivelmente regente de um coro feminino – e o arcebispo com a ativa participação dos fiéis na liturgia por meio da música, embora diverjam quanto ao meio para alcançá-la. Embora a ativa participação não tenha sido regra e, se comparada à centralidade dos fiéis no catolicismo popular do Brasil colonial – onde os sacerdotes eram poucos e os povoados, muitos –, estes tenham se tornado mesmo, na maioria das vezes, expectadores passivos e silenciados, fato é que os cânticos em vernáculo tiveram largo emprego nas igrejas brasileiras anteriormente ao Concílio. Não se trata, entretanto, de algo que teve início somente na década de 1920, com a publicação da *Harpa de Sião*, tampouco nos últimos dois anos do século XIX, com as publicações dos manuais de cânticos *Cecília e Hosana!*, pelos frades franciscanos observantes Pedro Sinzig e Basílio Röwer. Ainda no centro do século XIX, os religiosos lazaristas publicavam duas coletâneas, *Canticos espirituales colligidos pelos padres da Congregação da Missão Brasileira impressos com a aprovação do Ex.^{mo} Sr. Bispo de Mariana* e *Canticos Sagrados á duas ou tres vozes, com acompanhamento de piano ou órgão colligidos pelos padres da Congregação da Missão*, com primeiras edições de 1868 e 1875. No primeiro deles se encontra o já mencionado *Rorate*

coeli desuper, além de uma série de outros cânticos em língua vernácula, muitos dos quais reproduzidos por Sinzig e Lehmann, outros, com melodias modificadas, vez que os religiosos da Missão acabaram assimilando melodias operísticas, que não estavam de acordo com as expectativas do Cecilianismo conformadas no *motu proprio* de Pio X sobre a música sacra (DUARTE, 2016a. DUARTE, 2020). A julgar pela quantidade de seminários que estiveram sob a direção dos lazaristas até o século XX, é possível supor que seus manuais com cânticos em vernáculo tiveram ampla difusão pelo Brasil, algo que é ratificado pelos periódicos católicos de circulação diocesana do século XIX, que traziam anúncios de tais manuais. Assim, diferentemente do que querem fazer parecer os discursos de ruptura, o vernáculo nos cânticos foi muito utilizado no Brasil.

Há de se notar, entretanto, que a língua latina era empregada nas celebrações solenes do calendário litúrgico e, diferentemente do que prescrevia o “*Tra le Sollecitudini*”, as bandas de música e mesmo pequenas orquestras tomaram parte nos ritos católicos em todas as cinco regiões do país. Nessas ocasiões, o repertório costumou variar entre aquele que estava de acordo com as prescrições do *motu proprio* – o repertório restaurista – e aquele que estava claramente em desacordo. Prova disto é que parte dos idosos que frequentaram as missas antes do Concílio Vaticano II, mas já no século XX, conhecerem o famoso *Magnificat* de Jacques-Louis Battmann (1818-1886), um dos compositores mais confrontados pelos promotores da Restauração musical católica (ideais do *motu proprio*), ao lado de Luigi Bordèse (1815-1886). A presença absolutamente recorrente de impressos e cópias manuscritas de partituras e partes instrumentais e/ou vocais avulsas produzidas no século XX dão a dimensão da difusão de sua obra no Brasil, a ponto de nos arriscarmos a supor terem estado entre os compositores mais ouvidos no país na primeira metade do século passado, embora hoje sejam praticamente desconhecidos, tanto no meio da música erudita, quanto entre os praticantes da música litúrgica (DUARTE, 2016c).

Sabendo-se que toda regra tem exceções, as fontes revelam uma espécie de experimentação litúrgica que viria se popularizar décadas mais tarde sob os títulos de “Ao *Sanctus*”, “Ao *Gloria*” etc.: o uso da língua vernácula em partes fixas da missa, ainda que com o emprego de textos que não aqueles que propriamente correspondem a tais partes do Próprio. Em Barão de Cocais-MG, em 1868, um manuscrito recolhido ao Museu da Música de Mariana – catalogado sob o código CDO.02.218 CUn – traz a indicação das partes fixas da missa com cânticos em língua vernácula. No lugar do *Agnus Dei*, por exemplo, tem-se o cântico “Qual suspira sequioso lasso cervo a clara fonte...”. Em busca da possível origem de tais cânticos contidos nas fontes, chegou-se às melodias constantes de manuais da Congregação da Missão, a exemplo dos *Canticos Sagrados* e *Canticos Espirituaes* (DUARTE; CASTAGNA, 2017). Quanto ao texto, é interessante perceber que são, alguns deles, salmos vertidos ao vernáculo diretamente da língua latina pelo padre Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), que foi preso pelo Santo Ofício, em Coimbra, em 1781, sob as acusações de ter ideias francesas, ou seja, alinhar-se ao Iluminismo, sendo ainda considerado herege, naturalista, deísta e blasfemo. Embora a Congregação da Missão tenha tido como marca, no Brasil, a difusão da Romanização, fato é que aproveitou textos de um clérigo com concepções acerca do catolicismo bastante diversas

das suas, assim como se valeu também de melodias operísticas. A proximidade entre a cidade de Barão de Cocais e o Santuário do Caraça, dos lazaristas, ajuda a compreender a rápida assimilação desse repertório.

Outra oposição que sem dúvida ocorreu ao tempo da Romanização diz respeito ao catolicismo popular ou às manifestações de uma expressão tradicional do catolicismo centrada nos fiéis leigos que se estabeleceu desde os tempos de colônia. Essa oposição se percebe tanto em relatórios episcopais baseados no Decreto “*A Remotissima Ecclesiae*”, da Sagrada Congregação Consistorial, de 31 de dezembro de 1909 – sobre o controle dos “abusos” ocorridos em tais manifestações (DUARTE, 2016b) –, quanto na substituição de devoções, na intervenção em irmandades e até mesmo no uso da força policial (GAETA, 1997). Apesar de tais investidas – que já ocorriam desde o catolicismo iluminista do século XVIII –, uma fonte traz a aproximação entre o universo da música litúrgica solene, com canto a vozes e em língua latina, e as devoções tradicionais: em outros manuscritos musicográficos recolhidos ao Museu da Música de Mariana – códigos CDO.02.208 C01 e CDO.02.286 CUn –, provenientes de Catas Altas-MG, e datados de 1855, observa-se, em uma face do papel, as partituras das músicas para o Responsório I das Matinas de Pentecostes, sobre o texto latino *Dum complerentur dies Pentecostes*, na parte de tenor, e a parte do baixo vocal do *Cum Sancto Spiritu*, da *Missa em Mi bemol*, de José Maurício Nunes Garcia. Nas faces opostas estão registradas versões de uma folia do Divino, com os textos:

[Parte de tenor:] Está coroado, está coroado | Este nosso Imperador. | Com a coroa na cabeça | Que lhe deu Nosso Senhor. | O Divino Espírito Santo | Divino Consolador. | Consolai as nossas almas | quando deste mundo for. | Esta rua cheira rosas | Cheira rosas que rescendem. | Esta rua está bem feita | por dentro, por fora não. | Este nosso Imperador | Ele é homem não menino. | Para entrar na Igreja: | Deus te Salve, Casa Santa | Aonde Deus fez a morada | Também existe o cálice bento | E a hóstia consagrada.

[Parte de baixo:] Está coroado, está coroado | Este nosso Imperador | Com a coroa na cabeça | que lhe deu Nosso Senhor | Este nosso Imperador | Ele é homem, não é menino | Comeu um leitão assado | bebeu um frasco de vinho | Esta rua cheira rosas | Cheira rosas que rescendem. | Esta rua está bem feita | Por dentro, por fora não | Deus te salve Casa Santa | Aonde Deus fez a morada | Também existe o cálice bento | E a hóstia consagrada | Divino Espírito Santo | Divino consolador | Consolai as nossas Almas | quando deste Mundo for. (DUARTE; CASTAGNA, 2018, p. 174).

Embora não seja a única interpretação possível, parece razoável que “Para entrar na Igreja” seja a indicação de um Intróito da Missa. E se todas as fontes que apóiam a existência de um amplo uso da língua vernácula podem ser explicadas a partir da perspectiva da

missionação, situação em que as normas estariam mais flexibilizadas, o que dizer de uma publicação de cânticos espirituais em língua vernácula – muitos deles, como traduções metrificadas de textos relevantes do cantochão com largo uso em missas e outros serviços religiosos, tais como o *Veni Sancte Spiritus*, o *Pange Lingua gloriosi / Tantum ergo*, o *Magnificat* e o *Te Deum Laudamus* – em um país europeu? É este o caso de “Cânticos Christaões, ou os Hymnos mais Celebres do Officio Ecclesiastico, traduzidos em portuguez”, impresso em Lisboa, em 1800. Neste impresso é possível perceber uma série de textos de cânticos, sem musicografia, muitos dos quais foram “recolhidos” (transcritos em notação musical) em territórios portugueses, sobretudo os insulares, além de constarem das coletâneas de cânticos sacros no Brasil. Um deles é ainda hoje plenamente difundido no Brasil, sobretudo ao tempo da Quaresma e Semana Santa: “Virgem dolorofa | Que taõ afflita estais; | No Ceo, e na terra | Bemdita fejais. || Bemdita fejais, | Senhora das dores, | Ouvi noffos rogos | Mãi dos peccadores” (CANTICOS CHRISTAÕS, 1800, p. 60). Há ainda na referida coletânea uma série de outros cânticos, muito semelhantes aos Benditos da piedade popular. Um deles, note-se, é muito semelhante, em algumas passagens, ao *Canto dos três jovens*, do padre João Carlos: “Anjos, que a Jefus | Em roda adorais, | Cantando dizei-lhe | Bemdito fejais. [...] Terra, mar, e Ceos, | Planetas , e o mais, | Dizei Vós também | Bemdito fejais” (CANTICOS CHRISTAÕS, 1800, p. 18-19).

Assim, semelhantemente ao presente, em que tradições musicais locais se preservam, independentemente das grandes transformações no plano da música litúrgica, no passado também existiram situações que são muito diversas dos documentos oficiais, que mostram a resistência ou a força das memórias nas práticas litúrgico-musicais. Na vida inversa, da sobrevivência do repertório latino às mudanças decorrentes do Concílio, é possível citar as novenas das basílicas do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador, ou nas missas e novenas das cidades de Pirenópolis-GO e São João del Rei-MG. Tais exceções marcam a diversidade musical no âmbito do catolicismo. Semelhantemente, a manutenção das ladainhas cantadas em latim transmitido pela oralidade - afastado, portanto, da erudição da academia - nas comunidades ribeirinhas e quilombolas da Amazônia preservam identidades musicais e religiosas locais. Em relação a tais práticas, cujas fontes são seus próprios detentores e os acervos, as comunidades em que se conservam, surge uma preocupação relacionada à inculturação litúrgico-musical: existe uma contrapartida da parte de quem faz a recolha de suas melodias? Não se trata apenas de uma contrapartida financeira, mas também financeira: existe um repasse de parte do valor das vendas dos CDs de música litúrgica que contêm melodias tradicionais para suas comunidades de origem? Para além do aspecto financeiro, existe uma legitimação de tais expressões onde elas ocorrem? É permitido que os fiéis que preservam tais tradições musicais cantem sua religiosidade no interior dos templos de maneira literal, com textos que, por vezes, não estão totalmente conforme os cânones? Há espaço para si nas celebrações ou apenas nas manifestações fora dos templos? Como é feita a recolha das melodias? Há um consentimento esclarecido da parte dos(as) fiéis que conservaram, ao longo de décadas e por mais de século ladainhas, encomendações de almas, incelenças, benditos e outras expressões? Sabem que o texto cantado estará sujeito a alterações porque nem tudo o que cantam, da forma que cantam, é considerado correto?

Sabem que serão publicados hinários e gravados CDs e que estes serão comercializados? Se tais questões estiverem claras para os detentores dos cânticos, aí sim, a inculturação efetivamente cumprirá seus propósitos. Do contrário, será apenas a replicação do antigo modelo de apropriação cultural de temas populares para a construção da música de concerto, tal como ocorreu na Europa e nas Américas desde a segunda metade do século XIX.

Finalmente, em relação às potencialidades das fontes, para além da pesquisa, como já restou demonstrado serem considerável manancial de informações, há de se pensar a retomada desses repertórios como patrimônio artístico, sendo apresentados em concertos, ou até mesmo para o preenchimento de antigas lacunas nos ritos, como tem ocorrido em Pirenópolis-GO, com a edição de repertórios para missas e novenas que já não se encontravam em uso há algumas décadas.

3 DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO

Em relação à preservação dos acervos de documentos musicográficos que contêm obras musicais empregadas nos ritos católicos, ainda são muitos os desafios. O primeiro deles é de ordem histórica: em 1759 houve a expulsão de jesuítas por ordem do Marquês de Pombal. Posteriormente, houve em Portugal a Reforma Geral Eclesiástica, em 1834, com o sequestro de conventos e suas bibliotecas pelo poder temporal e, por fim, a proibição aos noviciados, no Brasil, em 1855, o que apenas viria a ser efetivamente desfeito em 1890. Todos esses eventos certamente impactaram a preservação de acervos. A do último quartel do século, com a Romanização, houve intensa imigração de religiosos para o Brasil e uma sucessão intensa de ordens e congregações em diversos templos, as quais possivelmente levam consigo seus acervos quando iam embora. Em relação às ordens mais antigas, há ainda um considerável fechamento em relação aos seus arquivos e bibliotecas, o que, se resolvido, talvez pudesse mudar a perspectiva da ausência quase total de musicográficos utilizados nos ritos católicos no Brasil anteriormente a 1750. Assim, este é ainda um campo bastante frutífero para pesquisas, especialmente nos conventos femininos.

Considerando que memórias fundam ou legitimam identidades (CANDAUI, 2011) e que os arquivos são materializações da memória, é compreensível que haja certa relutância na abertura desses à pesquisa. Por outro lado, não se pode perder de vista o valor cultural e artístico do patrimônio arquivístico católico, tal como reconheceu a Santa Sé, em um tratado com o governo brasileiro no qual ficaram determinados, dentre outros aspectos, os esforços para o acesso a tais acervos (BRASIL, 2017).

De maneira ampla, há ainda falta de conscientização para o valor da documentação eclesial, o que se reflete, por vezes, em arquivos desorganizados, com acondicionamento inadequado, e sem catalogação. Este último aspecto deve-se também à ausência de arquivistas profissionais nas cúrias de muitas dioceses pelo país. Finalmente, o que mais impacta a pesquisa em música é o olhar utilitarista lançado aos instrumentos musicais antigos (órgãos e harmônios) e aos documentos musicográficos, implicando seu descarte tão logo tenham

perdido sua função primária nas práticas musicais. Neste sentido, destaca-se os descartes decorrentes das distintas compreensões do que é “adequado” aos ritos: com a promulgação do “*Tra le Sollecitudini*”, por exemplo, parte do repertório “inadequado” foi descartada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, é possível afirmar que, embora demandem um conhecimento técnico específico para sua interpretação, os documentos musicográficos têm enorme potencial para a compreensão da história da música, da liturgia e da Igreja como um todo. Ademais, possibilitam resgates do repertório que façam sentido para as comunidades religiosas no presente, mas também em ambiente de concerto. Quanto à salvaguarda, o maior desafio ainda consiste no reconhecimento de que partituras antigas são documentos com potencial para recontar aspectos relevantes da história eclesial, bem como na necessidade de ações institucionais no sentido dessa conscientização e difusão dos acervos existentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.107, de 11 fev. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm. Acesso em 10 jul. 2023.

CANAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CANTICOS CRISTAÕS, ou os mais celebres hymnos do officio ecclesiastico. Lisboa: Off. Antonio R. Galhardo, 1800. Disponível em: <https://purl.pt/38287>. Acesso em 10 jul. 2023.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *A língua vernácula na música católica no Brasil desde o século XIX: cânticos espirituais e as representações acerca da participação ativa dos fiéis nos ritos religiosos*. Opus, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 115-146, 2016a.

DUARTE, F. L. S. *Canticos Christaõs, ou os Hymnos mais Celebres do Officio Ecclesiastico, traduzidos em português: uma chave para a compreensão das continuidades no uso da língua portuguesa na música religiosa católica*. Opus, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 1-44, 2020. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2020c2604>. Acesso em 10 jul. 2023.

DUARTE, F. L. S.. O controle das práticas musicais por meio de relatórios episcopais na primeira metade do século XX: um estudo a partir dos Relationes da Diocese de Goiás de 1914 e 1920. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MUSICOLOGIA, 6., 2016, Goiânia. Anais. Goiânia: EMAC-UFG, 2016. p. 305-312.

DUARTE, F. L. S. *Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)*. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016c.

DUARTE, F. L. S.; CASTAGNA, Paulo. *Em Minas Gerais, muito antes do Concílio Vaticano II: um possível uso da língua vernácula no próprio da missa em um manuscrito musical de 1868*. In: CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, 3., 2016, Recife. Anais. Recife: UNICAP, 2017. p.1253-1278.

DUARTE, F. L. S.; CASTAGNA, P. *Folia e Matinas do Divino Espírito Santo em um manuscrito musical de Catas Altas-MG de 1855*. In: ENCONTRO DE MUSICOLOGIA HISTÓRICA, 9., 2016, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. p.168-178.

EZQUERRO ESTEBAN, A. *Desafios da Musicologia Panhispanica na atualidade: uma reflexão*. In: ROCHA, E.; ZILLE, J. A. B. (Org.). *Musicologia[s]*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-40.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *A Cultura clerical e a folia popular: Estudo sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do Século XX*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, n.34, p. 183-202, 1997.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. *Projeto História – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

SACROSANCTUM CONCILIUM. *Constituição conciliar sobre a Sagrada Liturgia*. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em 10 jul. 2023.

A formação litúrgica compreendida como plasmação dos filhos de Deus

Marcos Vieira das Neves¹

Resumo: Francisco, retomando os fundamentos do Movimento Litúrgico que culminaram no Concílio Vaticano II, especialmente na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, insiste na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* que a principal formação do cristão não é para a Liturgia, mas aquela que acontece na Liturgia. Sem desconhecer a importância da formação para celebrar bem, o fundamental é a formação que cada crente recebe ao participar – ao estar – na Liturgia: “a plenitude da nossa formação é a conformação a Cristo” (DD 41). Intentaremos, em nosso trabalho, apresentar a formação litúrgica não apenas como conjunto de normas e regras, mas, a partir da realidade sacramental da Liturgia, como plasmação dos filhos de Deus. Para tal, lançaremos mão do realismo crítico de Xavier Zubiri, filósofo contemporâneo espanhol, especialmente das categorias religação e plasmação. Na Liturgia, o fiel é plasmado em Cristo, incorporado em seu Corpo; suas ações se tornam as ações dele mediante a religação ao fundamento da realidade segundo a religação filial do próprio Cristo-Filho. O batizado é plasmado na vida crística, aquele que participa da mesa do Senhor é incorporado pelo próprio pão-alimento no Corpo de Cristo.

Palavras-chave: Filiação. Formação. Liturgia. Plasmação.

INTRODUÇÃO

A partir do pensamento de Zubiri, José Millás afirma que as ações de Cristo incorporadas pelo Cristianismo são ações de caráter *signitivo*, “porque não só significam algo, mas produzem efetivamente aquilo que significam” (MILLÁS, 2001, p. 311). São ações da vida de Cristo, sobretudo de sua ação suprema, sua Paixão, sua Morte e sua Ressurreição, que são atualizadas na celebração dos Sacramentos, de modo que o homem em seu ser substantivo chega a ser plasmado por Cristo e pode, ele próprio, assumir as ações de Cristo (MILLÁS, 2001, p. 314).

Os discípulos de Jesus foram por ele plasmados e se tornaram cristãos, ou seja, em suas ações, especialmente em sua ação suprema, em sua Páscoa, Jesus deu de si mesmo de modo que os discípulos fossem nele incorporados. Assim, “os cristãos hoje fazem a outros cristãos” (RFPT, p. 304; PTH, p. 651. 712-713); nesse sentido, a Liturgia passa a ser entendida como *locus* primordial da plasmação do homem em Cristo. Partindo da realidade de Deus que dá de si mesmo ao homem na Liturgia, exploraremos as implicações da afirmação de sua realidade sacramental.

¹ Doutor em Teologia Cristã pela PUC-SP e membro do grupo de pesquisa “Teologia litúrgica e Inteligência senciente” da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – PUC-SP. E-mail: pemarkosneves@gmail.com

O grande agente da ação litúrgica é, na força do Espírito, o próprio Cristo; pretendemos iluminar a afirmação anterior desde o realismo zubiriano, sabendo que na Liturgia, de fato, acontece a plasmação do homem em Cristo, sua religação ao fundamento da realidade, conforme a religação de Cristo, e a incorporação do homem no único Corpo de Cristo que é a Igreja (PTH, p. 729).

Tal análise possibilitará sustentar o Mistério Pascal de Cristo como realidade viva no fiel e na Igreja. O homem é plasmado em Cristo na Liturgia, é incorporado em seu Corpo; suas ações se tornam as ações dele mediante a religação ao fundamento da realidade, a realidade divina, segundo a religação filial do próprio Cristo-Filho. Todo batizado é plasmado na vida crística, aquele que participa da mesa do Senhor é incorporado pelo próprio pão-alimento no Corpo de Cristo. Essa compreensão da Liturgia, como realidade sacramental, superará interpretações concipientes e iluministas da reforma Liturgia promovida pelo Concílio Vaticano II, que criaram – e ainda criam – enormes dificuldades para a assimilação da própria reforma.

Logo, insistimos em uma visão sacramental que une o que é sentido e o que é inteligido, ou seja, a noção de sacramento não fruto de uma teoria, mas brota da mera atualização daquilo mesmo que é sentido e inteligido. Se refletimos a Liturgia, como rito e celebração, sua realidade não é assegurada por uma ideia que possamos ter de si, mas pela mera atualização do Mistério Pascal de Cristo na celebração e nos ritos. A atualidade do Mistério é real para o fiel, porque também é atualizado a ele, sendo dei-formado, plasmado e incorporado em Cristo; o homem é feito cristão pela Liturgia.

1 A OBRA DE CRISTO: A PLASMAÇÃO DO HOMEM

A obra de Cristo, segundo Zubiri, é a transformação do homem. O homem é dei-forme por ter sido criado por Deus, mas, pela queda, sua ligação à realidade passou a ser condicionada pelo poder do pecado, o que dá a essa ligação um sentido aversivo ou privativo na relação com Deus. A obra de Cristo, portanto, está na plasmação² ou configuração da religação humana à realidade, fazendo com que seja uma religação filial semelhante à sua, cuja centralidade está no acatamento da vontade do Pai que se manifesta na realidade. Tal acatamento, porém, acontece em pleno respeito à liberdade do homem, como remarca o próprio Zubiri (MILLÁS, 2014, p. 251).

O filósofo sustenta que a plasmação ou configuração da religação é um acontecimento que se identifica com a fundação da religação (PTH, p. 723). É fundamental compreender

2 Assumindo a analogia com o ato criador do homem, fazemos a opção pelo substantivo “plasmação”, bem como do verbo “plasmar” e seus derivados: “Então o [Senhor] Deus [plasmou] o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gn 2,7). Embora, “configuração” com Cristo e “ser configurado” a Cristo (Fl 2,5; Gl 3,27) sejam expressões mais recorrentes na Teologia cristã, que também usaremos ao longo do texto, optamos por “plasmação” e “plasmar” para ressaltar a nova criação (2Cor 5,17) em Cristo. Além disso, somos fiéis à reflexão de Zubiri que destacou que “o que Deus quis *primo et per se* é plasmar *ad extra* sua própria vida trinitária” (PTH, p. 508).

que a fundação da religião não é ereção de uma instituição, mas simplesmente a plasmação do homem. Assim, Cristo é fundador de uma religião que é o Cristianismo. Sendo a ação de transformar o homem, tal fundação configura a religião segundo a própria religião filial de Cristo. Por suas ações, a transformação do homem se torna realidade, o que nos coloca diante da pergunta pela permanência de suas ações na vida do seu Corpo, o que, consequentemente, nos conduzirá à questão sobre uma realidade sacramental.

Por outro lado, a fundação do Cristianismo não consiste na instituição de normas, ensinamentos e ritos que devem ser simplesmente transmitidos (MILLÁS, 2014, p. 252). É possível falar das ações de Cristo, depois da Páscoa, porque pela fundação do Cristianismo, sua obra, que consiste em “fazer cristãos”, permanece mediante a plasmação do ser do homem. Pela plasmação, os homens são formados no Corpo de Cristo (PTH, p. 731). A dinâmica própria de Corpo que é “fazer cristãos uns aos outros” permanece em seu Corpo (RFPT, p. 304; PTH, p. 651. 712-713).

Entretanto, essa dinâmica de plasmação, de configuração e de transformação só é realizada pela ação do próprio Cristo; somente pelas ações de Cristo acontece a unidade vital e histórica do Cristianismo ao longo do tempo. Assim como a permanência das ações de Cristo plasmou os primeiros cristãos, ela continua sendo necessária para a transmissão do “ser cristão” (PTH, p. 653).

O ser dos discípulos, os primeiros cristãos, foi constituído pelas ações da vida de Cristo, eles foram plasmados, configurados e formados em seu Corpo. Converter-se cristão é, precisamente, a transformação do homem, que tem a figura de seu “eu” pessoal e sua religião à realidade plasmadas conforme a figura e a religião de Cristo. Como homem, Cristo se realizou em sua religião à realidade; a religião foi para ele experiência, manifestação e mistério; foi experiência de religião filial própria do Filho encarnado, manifestação da vontade do Pai em meio às coisas e vivência pessoal do mistério de Deus. Sua religião foi resposta ao mistério da própria realidade que se fez atual em sua vida encarnada no mundo.

Ser configurado a Cristo é viver a religião à realidade como uma experiência filial (RFPT, p. 213-261), descobrindo a vontade do Pai manifestada nas coisas e reconhecendo o próprio Deus, revelado em Cristo, como a resposta ao mistério da realidade. Com os primeiros cristãos, isso aconteceu mediante a plasmação e a configuração, realizada pelo próprio Cristo; ele plasmou aqueles que o seguiam. O que aconteceu com eles foi uma transformação que consistiu em participar nas ações de Cristo, dando destaque, contudo, à participação em sua ação máxima: sua morte e sua ressurreição.

A transformação do homem por sua plasmação na morte e na ressurreição de Cristo acontece na Liturgia. Com isso, Zubiri pôde contestar a tradicional consideração de causalidade estreitamente ligada à compreensão dos Sacramentos. A Teologia clássica lançou mão do conceito de causa para explicar a eficácia dos Sacramentos como sinais sensíveis e eficazes e causa eficiente instrumental de graça.

As próprias ações de Cristo se atualizam na Liturgia; seu Mistério Pascal, de modo mediado, porém real, transforma o ser do homem que é configurado à sua figura. A permanência das ações de Cristo na celebração dos Sacramentos, na Liturgia, acontece mediante as ações de cristãos – “pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou eu no meio deles” (Mt 18,20). O fiel é plasmado na morte e na ressurreição de Cristo e nele acontece uma transformação pessoal e profunda. No entanto, embora o poder de Deus seja primário e radical na permanência das ações de Cristo, não seria possível falar de um *operatum* sem a operação da parte daquele que a que recebe (PTH, p. 658).

2 A REALIDADE SACRAMENTAL DA LITURGIA

A religação do homem à realidade, segundo a religação de Cristo, o *dei-forma*. A *dei-formação* acontece sacramentalmente na Liturgia porque Deus se atualiza nela, dando de si próprio. Destacamos que a realidade sacramental não só está referida a outra realidade, ela própria é a realidade; logo, por sua sacramentalidade, a Liturgia não só está referida à realidade de Deus, Deus mesmo se faz presente na Liturgia. Essa realidade sacramental plasma o homem configurando seu ser, seu próprio eu à figura de Cristo.

A Liturgia capacita o homem para viver filialmente sua religação, em obediência à vontade do Pai que lhe é manifestada na própria Liturgia. Todo aquele que participa da Liturgia é *dei-formado* pela configuração a Cristo, é plasmado em uma forma crística, pelo dom de Deus, por sua doação e seu poder.

Embora seja mais comum aplicar esse esquema à celebração da Eucaristia, ele pode ser aplicado à celebração dos demais Sacramentos afirmando que, em cada um deles, acontece a atualidade da ação suprema de Cristo, de sua morte e sua ressurreição, e de uma ação específica própria de cada Sacramento. A atualidade da ação de Cristo na ação da Igreja implica a atualidade de seu poder plasmador do homem. Zubiri conceitualiza a eficácia sacramental a partir da dominância do poder de Deus, que configura o ser do homem, cristifica sua religação à realidade e, por isso, transforma inteiramente a vida de quem participa da Liturgia. Apenas recordamos que a religação à realidade não é mera passividade, mas adesão pessoal, certeza firme e opção livre (CESCON, 2007, p. 115); logo, a participação na Liturgia exige fé e conversão da parte do cristão.

Ao ser aplicada à Teologia da Liturgia, o conceito de atualidade, elaborado por Zubiri, ilumina também a Sacramentária do seguinte modo: na Liturgia, as ações de Cristo são atuais à Igreja, ao mesmo tempo, porém, a Igreja se atualiza a si mesma na Liturgia, ou seja, a Igreja se faz na Liturgia porque a Liturgia faz a Igreja. Aqui, podemos retomar o verbo *plasmare*, que temos usado: a Liturgia, por ser atualidade das ações de Cristo, plasma o Corpo, assim como os membros do Corpo. A Igreja e seus fiéis, naquilo que lhes é próprio, isto é, ser Corpo de Cristo, são plasmados por ele, na Liturgia.

2.1 INICIAÇÃO E PLENITUDE

Ao converter-se em membro do Corpo de Cristo, o homem tem sua vida transformada como um todo, ou seja, sua configuração como pessoa e sua realização no mundo; Cristo é atual à vida de seu Corpo, bem como à vida de todos os membros de seu Corpo. A partir disso, podemos avançar na pesquisa do autor, que analisa dois momentos: a iniciação e a plenitude da vida no Corpo de Cristo, que correspondem ao Batismo e à Eucaristia, respectivamente. Ele aprofundará nesses conceitos justamente para afirmar como iniciação e plenitude da vida no Corpo de Cristo acontecem na vida do homem e, por conseguinte, a plasmam.

O homem adquire um novo modo de vida porque está religado à realidade pelo poder do real e incorporado em Cristo pelo Sacramento do Batismo; ele vive na atualidade de Cristo em si próprio e em suas ações entre as coisas do mundo. Logo, podemos sustentar o pensamento de que o acontecimento da iniciação consiste na unidade de quatro momentos, cada um fundado no anterior: incorporação, perdão, graça e novo modo de vida. O Batismo é o início da união com Cristo pela permanência atual de sua vida no batizado. No entanto, trata-se somente do início orientado à plenitude, a qual consiste na pessoa real de Cristo, além da plasmação de sua vida completa no cristão. Por isso, o Batismo conduz, constitutivamente, à Eucaristia.

Conforme as palavras do próprio Zubiri,

o batismo é a permanência vital da morte e ressurreição de Cristo; [não há dúvida que] isso não é senão iniciação, porque essa permanência vital é a permanência da própria vida de Cristo. [Quando nos referimos] à própria vida de Cristo não é outra coisa que a construção de seu próprio ser, em tanto que este ser (o Eu) é teândrico. [E dessa forma,] atualizou nele sua realidade substantiva em tanto que possui a suidade do Filho, do Verbo. [Em efeito], se a vida inteira de Cristo se plasma na alma dos cristãos em virtude de um rito de iniciação [, podemos dizer que] de uma ou de outra forma, esta plasmação está conduzida a uma plenitude maior: em si mesmo, não a vida inteira de Cristo, mas sim sua pessoa real, de quem essa vida é vida. É justamente a eucaristia. (PTH, p. 669)³.

O que Zubiri aponta com suas reflexões é uma nova perspectiva para a concepção teológica da Eucaristia. Ele mantém com rigor o dado revelado e o dogma definido, no entanto, elabora uma nova forma de abordá-los. Como mencionamos anteriormente, mas é válido reforçar, a fundação do Cristianismo consistiu em fazer cristãos e fazê-los permanentemente, isto é, que os cristãos feitos por Cristo façam outros cristãos. Nesse fazer cristãos acontece a plasmação da vida, da morte e da ressurreição do próprio Cristo no homem.

3 Tradução nossa.

Novamente, o conceito fundamental de toda a reflexão zubiriana sobre o tema aparece: a doação. Precisamente por isso, a incorporação na vida de Cristo é tão especial.

Cristo dá de si como alimento espiritual na Eucaristia: é a doação de si mesmo; na Liturgia eucarística, ele dá de si como alimento no pão e no vinho consagrados. O cristão, na Eucaristia, é plasmado plenamente a Cristo; além de acolher o ato supremo de Cristo, como no Batismo, ele é plasmado conforme o “eu” do próprio Cristo. Por sua ação, o ato supremo de Cristo esteve presente como antecipação em sua última ceia com os discípulos. Permanece, entretanto, e se faz atual na Liturgia eucarística para comunicar o “eu” de Cristo ao homem, dando sua própria realidade no pão e no vinho.

Com isso, a Eucaristia não é só alimento que nutre a vida do cristão, que dela se alimenta, também passa a ser uma refeição fraterna que une aqueles que participam da Liturgia com Cristo e entre si. A Liturgia eucarística faz o cristão, plasma-o filho no Filho e irmão dos demais filhos; na Liturgia eucarística é realizada a incorporação formal de todos os que recebem o corpo e o sangue de Cristo em si mesmos, em seu próprio corpo.

Na linha da atualidade, Deus possui um estrito devir: ele é atual na Encarnação e no homem justo, por exemplo. É o próprio Deus em sua realidade divina que adquire uma atualidade, a atualidade humana, na encarnação do Verbo. Não é só a humanidade que adquire a atualidade no Verbo encarnado (que é Cristo), mas é o Verbo que se fez carne (Jo 1,14), é ele quem adquire atualidade. Ao mesmo tempo, Deus se faz atual, adquire atualidade, plasma sua própria atualidade no homem justo e deixa de ser atual no homem injusto (PTH, p. 802).

Afirmar a realidade sacramental da Liturgia à luz do realismo zubiriano significa o que acabamos de apresentar ou, em outras palavras, a atualidade de Cristo em todos aqueles que se atualizam na Liturgia – que nela estão – formando um só corpo, plasmando-se ao corpo e recebendo no corpo a vida de Deus mesmo que, em Cristo, dá de si ao se atualizar no corpo, mesmo que seja ulterior a ele.

3 O DAR DE SI DE CRISTO NA LITURGIA

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o que a conceituação de Zubiri sobre o “dar de si” contribui para a questão da Criação. Para ele, a Criação é justamente pelo “dar de si” da própria vida trinitária de Deus (PTH, p. 531). Temos aqui uma nuance admirável no conceito de “dar de si”, que chama a atenção em todas as aplicações e todas as definições: trata-se da categoria dom. A criação para Zubiri é um “dar de si”, porém um “dar de si” como doação de Deus (PTH, p. 496). Nas palavras do autor:

[...] Naturalmente, até aqui a criação tem sido justamente um *dar de si* da própria vida trinitária de Deus. {É doação liberal como plasmação dessa vida. É *deificar*.} O dom pode ser ainda muito maior. Pode ser um dom da própria realidade de Deus. {É doação não de sua vida, mas de “si” mesmo. Já não é deificação, mas Deus mesmo.}

Neste caso, o fim deste dom seria uma *identidade* entre as procissões trinitárias e a procissão iniciante. Esta identidade é justamente a pessoa de Cristo. {Cristo é “a” imagem de Deus por ser sua “Sabedoria” encarnada.} (PTH, 531).⁴

O mais radical do Cristianismo não é uma historicidade sem mais; o mais radical é que a historicidade é algo muito mais profundo: é o “dar de si” de Deus. Zubiri afirma que “este dar de si real e formalmente consiste em *dei-formar* aquilo que cria e aquilo no que se vai realizar. Por isso, por cima e por baixo da história está precisamente a *dei-formação* pessoal de cada um dos homens”⁵ (PTH, p. 783). Esse “dar de si” de Deus é dom da realidade mesma, própria, de Deus.

A experiência de Deus se converte na experiência de “minha” própria liberdade. Assim, a experiência radical de Deus é a experiência de ser livre na realidade. Ser livre, é a forma finita, concreta de “ser Deus”. Entendamos bem, o homem é livre “na” realidade enquanto tal e, por ser livre justamente daquela condição em virtude da qual ele é ele mesmo, pertence ao seu próprio “eu” e não a outra realidade. Exercendo livremente a vontade de verdade, o homem se religa a Deus, sendo plasmado por ele e configurado a ele em realidade absoluta (HD2, p. 547).

[...] a meu modo de ver, a raiz do meu ser relativamente absoluto e é onde está, por conseguinte, a experiência radical de Deus. A experiência radical de Deus é a experiência de ser livre “na” realidade. Ser livre é a modo finito, concreto, de ser Deus: ser livre animalmente. A experiência desta liberdade, animalmente experienciada, é justamente a experiência de Deus (HD2, p. 548).⁶

Embora não tenha aprofundado e deixado o tema para os teólogos e pesquisadores do dogma, é preciso, ao menos, citar a questão da graça em Zubiri. Para ele, por mais que ser livre seja viver a dimensão do próprio “eu” em religação com Deus, a graça é a própria projeção da vida trinitária na plasmação humana. Ainda que o homem não saiba, ele tem a experiência da graça; ninguém existe isento da presença de Deus, nem um homem sequer, em toda a humanidade (HD2, p. 549).

A pessoa humana, por outro lado, se assenta em Deus na Liturgia e, mesmo sendo relativamente absoluta, pela Liturgia terrestre entende, de modo humano, Deus que é absolutamente absoluto. Assim, o fiel tem acesso a Deus e apropria-se de si mesmo e do próprio “eu” de Deus. O homem, em vontade de verdade, entrega-se a Deus e é por ele plasmado, *dei-formado*, incorporando-se, por livre escolha filial, ao Corpo de Cristo. Descobrendo o seu ser formal e constituinte, o homem faz a experiência de Deus, logo, na Liturgia e em seu

4 Tradução nossa.

5 Tradução nossa.

6 Tradução nossa.

prolongamento na vida, o homem é pessoa humana ao ser experiência de Deus (HD2, p. 543-565).

Por conseguinte, é possível caracterizar, à luz do pensamento zubiriano, a Liturgia como religação, como entrega a Deus em vontade de verdade e experiência de Deus, que dá de si. A Liturgia plasma o homem a Deus, dá à forma humana a forma divina, porque Deus dá, em Cristo, de seu próprio “eu” na Liturgia. O homem que busca a Deus, em vontade de verdade, constitui-se a si mesmo, pela doação de Deus, sua imagem e semelhança. Na liturgia, o homem, pela fé, torna-se um com Deus. Essa unidade acontece não porque o homem deixa de ser o que é ou porque saia do mundo, mas justamente porque no mundo, como Cristo, adquire a relação filial com o Pai.

Deus é acessível e acessado precisamente pelo ato de amor de Cristo. O homem acessa a Deus por sua incorporação a Cristo, por fazer-se filho como ele. Cristo fez de seus discípulos cristãos, isto é, plasmou neles sua religação ao Pai; os discípulos fizeram cristãos a outros. Como já explicitamos, esse processo de fazer cristãos uns aos outros tem a Liturgia como lugar privilegiado; nela seres humanos são feitos cristãos, nela seres humanos são incorporados a Cristo, a seu Corpo.

A Liturgia, portanto, é experiência de Deus, é a religação suprema, à qual todas as demais experiências de religação são orientadas, é realidade sacramental por excelência. Nela o homem, em Deus, descobre sua realidade pessoal, viva e única que se doa a Deus e à realidade. Por isso, não a Liturgia jamais é individual, ela é comunitária, social e histórica (SC 01). Na Liturgia, o cristão experiencia o ato de entrega (*fides qua*), pelo qual Deus o plasma, o dei-forma e o eleva a ele.

Outras formas de religação são possíveis e verdadeiras, desde que, de uma forma ou de outra, estejam orientadas à Liturgia. Nela, o fiel é plasmado a Cristo e incorporado em seu Corpo, não porque possua uma custódia extrínseca, mas porque se constitui pela presença de Cristo em seu Corpo místico. Precisamente nisso consiste a realidade sacramental da Liturgia, isto é, possuir o que lhe é ulterior, a própria relação com o Deus uno e trino na relação filial de Cristo.

Para Zubiri, a realidade sacramental é a atualização das ações da vida pessoal de Cristo. Ações essas que culminam na ação única de sua morte e sua ressurreição. Por meio da Liturgia, Cristo plasma a realidade vital pessoal do homem segundo suas próprias ações. Assim, Cristo faz do homem um discípulo, um cristão, um outro Cristo. A realidade do Batismo é a iniciação dessa plasmação sacramental da vida inteira de Cristo no homem. A Eucaristia, por sua vez, é a plenitude dessa plasmação.

CONCLUSÃO

Pela leitura atenta dos textos de Zubiri, encontramos caminhos para superar alguns retrocessos na compreensão da Liturgia. A verdadeira pesquisa da experiência filial no Corpo

místico de Cristo, ou seja, a experiência viva do Corpo, nos possibilita ampliar a compreensão da presença do Mistério na realidade sacramental da Liturgia. Com isso, nos aprofundamos no Mistério do dar de si de Deus na Liturgia que nos permite sustentar que nela somos plasmados a Cristo e formamos seu o Corpo.

A Liturgia fundamenta toda a experiência cristã (FRANCISCO, 2021), porque é realidade sacramental (SC 07). Essa realidade sacramental faz dela um acontecimento, um evento, que é presença e encontro, mais ainda, é deificação e dei-formação (PTH, p. 502); é encontro com Cristo presente pela ação do Espírito Santo em sinais sacramentais. Tornamo-nos filhos no Filho, somos plasmados por ele e a ele; somos seu Corpo pela participação com ele e por ele dos Mistérios divinos. Um cristão, até mesmo um Cristianismo sem Liturgia, pode apresentar-se como tal, mas será um cristão e um Cristianismo sem Cristo (FRANCISCO, 2021). Ousamos, porém, ir além: um cristão sem Liturgia não é plasmado a Cristo e, portanto, não é dei-formado.

A sacramentalidade da Liturgia permite sustentar a plasmação do homem a Cristo, sua configuração nele e permite aos cristãos “fazerem cristãos uns aos outros”, sendo membros do Corpo de Cristo (PTH, p. 653; MILLÁS, 2014, p. 252). A Liturgia vivida pelo cristão faz sua a vida de Cristo; por sua presença, que transcende o rito e a oração, Cristo se faz presente na vida de cada fiel. Contudo, não podemos nos esquecer que ele é sempre o protagonista, Cristo interpela os cristãos, mas eles, por sua vez, respondem a essa interpelação com a participação e não como meros espectadores (FRANCISCO, 2021). Pela participação, aquilo que se apresenta como externo passa a fazer parte da vida do cristão, como na Eucaristia, em que o gesto de comer faz do pão-alimento externo parte do corpo e da vida do fiel.

Além disso, a Liturgia como atualização de Cristo, mediante gestos e palavras sob a luz do Espírito Santo, já era assim compreendida pelos primeiros cristãos, como bem recorda Francisco. Eles, por sua vez, alcançaram a graça de transformar, em Cristo, suas próprias vidas em sacrifício espiritual a Deus. Com isso, podemos afirmar que toda a vida do fiel, por sua incorporação ao Corpo de Cristo, por sua plasmação a ele, tem a vocação de ser culto a Deus (FRANCISCO, 2021).

A realidade da Liturgia não é uma ideia: Cristo está nela e nela se atualiza a seu Corpo plasmando-o a ele. Por isso, ela é uma realidade sacramental; Cristo está, pela Liturgia, presente em seu Corpo e em cada um de seus membros. Além de incorporação, podemos chamar de comunhão o que acontece com o fiel que participa da Liturgia; seu corpo, unido ao Corpo de Cristo e ao corpo dos demais fiéis, é a atualidade da realidade do próprio Cristo no *hodie* da história. Por ter sido plasmado a Cristo, o cristão torna-se um novo Cristo (Gl, 2,20; PTH, p. 813).

Se a Ressurreição na celebração da Liturgia fosse para o cristão só um conceito, só uma ideia, só um pensamento, mesmo lembrada com a autoridade dos apóstolos, seria só uma recordação sem a novidade do Verbo feito carne. A Liturgia é a possibilidade dada a cada um de nós do verdadeiro encontro com Cristo; pela Encarnação, a Trindade nos abriu a via da

comunhão (DD 10); pela Liturgia, a Encarnação e a Páscoa não são acontecimentos passados, mas realidades presentes. Porque se faz presente na Liturgia, o Deus Trindade nos dei-forma, Cristo plasma na pessoa humana a presença da Trindade; pela sua força plasmadora, o Mistério Pascal, ação suprema da vida encarnada do Verbo, é atualizado em nós e somos postos sob o poder de Deus, religados internamente pela graça a incorporados ao próprio Deus uno e trino (PTH, p. 647-648).

Ao mesmo tempo, é certo que nossa comunhão com o corpo e com o sangue de Cristo já foi por ele desejada em sua Última Ceia. Bem por isso, a Igreja sempre guardou como o seu tesouro mais precioso o mandato do Senhor: “Fazei isto em memória de mim” (1Cor 11,25; DD 8). De seu mandato brota a origem e o fundamento da unidade de seu Corpo, na qual uns cristãos façam outros cristãos; isso também é o princípio da sacramentalidade da Liturgia. Em primeiro lugar, como já refletimos anteriormente, trata-se de uma ação do Deus uno e trino, que pela graça salvadora de Cristo plasma a pessoa humana dei-formando-a; em segundo, o que Cristo faz permanece, por seu mandato, na Igreja. A sacramentalidade da Liturgia brota de seu mandato, de atualizar suas ações (PTH, p. 717).

REFERÊNCIAS:

CESCON, E. A “Trilogia teologal” de Xavier Zubiri: contribuições e problemas abertos. *The Xavier Zubiri Review*, Washington, DC, vol. 9: p. 111-130, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Conciliar Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia. (SC). Roma: 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 11 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Carta apostólica Desiderio Desideravi*. (DD). Roma: 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. *Audiência geral – 03 de fevereiro de 2021*. Roma: 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2021/documents/papa-francesco_20210203_udienza-generale.html. Acesso em: 11 out. 2023.

MILLÁS, J. Zubiri y los sacramentos. *Gregorianum*, Roma, n. 82, 2, p. 299-323. 2001.

_____. *Cristianismo y realidad*. La credibilidad de Cristo en J. Monserrat y la novedad teológica de X. Zubiri. Roma: Gregorian & Biblical Press, 2014.

ZUBIRI, X. *El Hombre y Dios*. (HD2). 2. ed. (1ª reimp., 2017). Madrid: Alianza/ Fundación Xavier Zubiri. 2012b.

_____. *El Problema Teologal del Hombre: Dios, Religión, Cristianismo*. (PTH). 1. ed. Madrid: Alianza/ Fundación Xavier Zubiri. 2015a.

_____. *Reflexiones Filosóficas Sobre Algunos Problemas de Teología*. (RFPT). 1. ed. Madrid: Alianza/ Fundación Xavier Zubiri. 2019.

Padres da Igreja no Ofício das Leituras: um tesouro escondido

Marcelo Massao Osava¹

Resumo: A era dos Padres foi um período fecundo em relação ao ordenamento da Igreja. Várias iniciativas brotaram a partir desta época, como, por exemplo, a definição dos Livros Sagrados, as elaborações das primeiras profissões de fé, sobretudo no contexto das lutas contra as heresias, o estabelecimento da base para uma disciplina canônica e a criação das primeiras fórmulas litúrgicas. A obra dos Padres constitui uma riqueza imensurável, cuja validade permanece viva até hoje, ainda mais quando nos deparamos com a Sagrada Liturgia. Na Liturgia das Horas, por exemplo, o Ofício das Leituras apresenta, ao longo de cada ciclo litúrgico, uma variedade de escritos patrísticos devidamente escolhidos, a partir da reforma exigida pela *Sacrosanctum Concilium*. O Papa Francisco, na *Desiderio Desideravi*, demonstrou a sua preocupação na difusão do conhecimento litúrgico fora do âmbito acadêmico. Neste mesmo contexto, podemos expor a nossa inquietação diante da riqueza patrística disposta no Ofício das Leituras, mas, ao mesmo tempo que está tão perto para alguns, para outros fiéis está muito distante. Quais iniciativas podem ser tomadas a fim de diminuir a distância e fazer com que este tesouro escondido seja encontrado por um número maior de fiéis?

Palavras-chave: Padres da Igreja. Liturgia das Horas. Ofício das Leituras.

INTRODUÇÃO

O capítulo IV da Constituição Dogmática *Sacrosanctum Concilium* (SC) trata sobre o Ofício Divino e a sua reforma. No dia 01 de novembro de 1970, o Papa Paulo VI promulgou, pela Constituição Apostólica *Laudis canticum* (LC), o Ofício Divino reformado por decisão da SC. Um grupo trabalhou por aproximadamente sete anos (LC, 1573) na preparação do novo livro da Liturgia das Horas (LH), demonstrando, assim, o quão importante e complexo foi esta reforma. “O Concílio tratou da Liturgia em geral e da oração das Horas em particular, dum modo tão abundante e desenvolvido, tão espiritual e vigoroso, que dificilmente se encontra algo de semelhante em toda a história da Igreja” (LC, 1572). Vale o destaque para o trabalho desenvolvido com a LH, e conseqüentemente, com o Ofício das Leituras (OL). Porém, será que todo o esforço dispensado pelos padres conciliares realmente alcançou o objetivo almejado?

O papa Francisco, na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* (DD), sobre a formação litúrgica do povo de Deus, levanta uma questão que ele considera fundamental: “como recuperar a capacidade de viver em plenitude a ação litúrgica? Tal era o objetivo da reforma do Concílio” (DD, 27). Entendemos que, no âmbito desta vivência litúrgica plena, está o acesso e o conhecimento de uma parcela maior de fiéis em relação à Liturgia das Horas em todos

1 Mestre e Doutorando em Teologia Sistemático Pastoral. PUC-Rio. marcelorb@gmail.com

os seus aspectos, de modo a não deixar esquecida a riqueza contida no Ofício das Leituras, sobretudo no que tange aos escritos patrísticos.

Infelizmente, por diversos motivos, a oração da Igreja ficou, por muito tempo, caracterizada somente como a “oração dos padres e das freiras”. No entanto, nunca foi este o ensinamento do magistério, como pode ser verificado na SC: “O ofício divino, oração pública da Igreja, é fonte de piedade e alimento da oração pessoal” (SC, 90), assim como na LC: “Sendo o Ofício Divino a oração do povo de Deus, foi por ele disposto e preparado de tal sorte que possam participar dele não somente os clérigos, mas também os religiosos e os próprios leigos” (LC, 1574). De acordo com Goenaga (2000, p. 321):

a liturgia das horas do Vaticano II foi muito bem acolhida, por um lado, e por outro marginalizada pelos próprios encarregados de celebrá-la e educar o povo cristão para a oração eclesial. Não obstante os desejos do concílio e dos organismos pós-conciliares, a nova liturgia das horas penetrou muito pouco no âmbito da oração dos fiéis.

Será que não chegou o “momento de se mudar essa situação, seguindo as diretrizes pedidas pela Igreja”? (SILVA, 2014, p. 366). A Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas (IGLH) declarou que “a oração pública e comunitária do povo de Deus é com razão considerada uma das principais funções da Igreja” (IGLH, 1616). De acordo com Aldazábal (2013, p. 209), a Liturgia das Horas “antes se considerava quase como a oração própria dos cônegos, dos ministros ordenados ou dos religiosos obrigados ao coro, agora a Igreja considera-a como a oração de todo o povo de Deus”. A Liturgia das Horas é a oração do povo de Deus, e sempre foi, mas será que realmente o povo usufrui do que essa oração tem a oferecer? O próprio Senhor Jesus e o apóstolo Paulo advertiram sobre a necessidade de orar sempre, sem jamais esmorecer. “Este preceito é cumprido, não apenas com a celebração da Eucaristia, mas também por outras formas, de modo particular com a Liturgia das Horas” (IGLH, 1625). Conforme Goenaga (2000, p. 298): “É preciso orar a vida inteira, em todo tempo e em todo lugar. A oração é a defesa da tentação e a falta de oração dará lugar à entrada do espírito mau”. O Ofício Divino foi uma inspiração nascida no interior da Igreja a fim de que os fiéis pudessem ter as horas para oração devidamente organizadas.

A questão que nos impõe neste contexto não é apenas a oração como tal, embora esta seja fundamental na caminhada do povo de Deus, desde o antigo Israel, conforme já testemunhado por alguns Padres da Igreja, tais como Clemente de Alexandria, Tertuliano, Hipólito de Roma, Orígenes e Cipriano de Cartago. E na LH, além dos Salmos e de outras passagens da Escritura, temos também, como fonte de oração, os escritos destes Padres. “Nos Salmos estão contidos todos os principais mistérios da vida de Cristo e, é possível, a partir da interpretação oferecida pelos Padres, encontrar vestígios de diálogos entre o Pai e o Filho, entre Deus e o homem e entre Cristo e a Igreja” (OSAVA, 2021, p. 203). Se por um lado o encontro com a Sagrada Escritura pode acontecer por outras formas de oração como, por exemplo, o acompanhamento da chamada “liturgia diária” com as leituras propostas para a celebração

da Missa cotidiana, por outro, a leitura dos Padres não é assim tão fácil de ser encontrada. Assim, a nossa motivação principal é uma reflexão sobre de que modo o povo está bebendo nas fontes dos ensinamentos dos Padres da Igreja, sobretudo através do acesso ao Ofício das Leituras?

DESENVOLVIMENTO

É interessante destacar que, até um determinado período da história, entre os séculos IV e IX, o Ofício Divino era a celebração que toda a comunidade celebrava cotidianamente, e “é preciso levar em conta que a missa ainda não se celebrava todos os dias, razão pela qual o Ofício Divino se converte na única ação litúrgica diária” (GOENAGA, 2000, p. 308). Em outros países, foram criadas “Pastorais da Liturgia das Horas” ou “Pastoral do Ofício Divino”, porém, infelizmente,

no Brasil a Oração das Horas, fora dos círculos eclesiais ou de comunidades de leigos consagrados, é quase desconhecida. Ainda há uma associação bastante forte entre a Oração das Horas e o sacerdote, sem que haja uma difusão desta mesma prática de oração com os leigos e os fiéis. (SILVA, 2014, p. 366).

Dentro da LH está inserido o Ofício das Leituras. De acordo com a IGLH, publicado pela Sagrada Congregação do Culto Divino, no dia 2 de fevereiro de 1971, o “Ofício das Leituras é, por excelência, uma celebração litúrgica da palavra de Deus” (IGLH, 1644). É também considerado o grande louvor noturno (SC, 89), “uma parte catequética da Liturgia das Horas, em que se medita uma leitura longa da Palavra de Deus, seguida por um comentário retirado da Tradição” (SILVA, 2014, p. 367). A expressão louvor noturno é herdada do período antes do Concílio Vaticano II, de modo que atualmente é composta de uma “dupla série de hinos: para os que celebram essa hora em horas noturnas e para os que o fazem durante o dia” (ALDAZÁBAL, 2013, p. 250).

Através do Ofício das Leituras o fiel tem a sua disposição o que de melhor pode ser extraído da pena dos primeiros escritores cristãos e ainda beneficiados pelo fato dos textos estarem na língua vernácula. Em nosso país ainda temos uma barreira, quase intransponível, ou seja, a escassez de publicação das obras dos Padres. De acordo com a *Laudis canticum*, “a leitura quotidiana das obras dos santos Padres e dos Escritores eclesiais, dispostas segundo os decretos do Concílio, apresenta os melhores escritos dos autores cristãos, particularmente dos Padres da Igreja” (LC, 1579). A partir de uma definição clássica, o limite temporal dos Padres é com Isidoro de Sevilha, no Ocidente (Séc. VII) e João Damasceno, no Oriente (séc. VII).

Os Padres da Igreja foram os primeiros leitores do Novo Testamento e “gozam de autoridade especial na Igreja” (IGLH 1774). O Ofício das Leituras, composto de textos extraídos da Sagrada Escritura e também dos Padres, é considerado uma autêntica escola de vida espiritual, pois estes escritores estão no rol das testemunhas privilegiadas da tradição eclesial,

mestres da via espiritual, pedagogos na aplicação da palavra revelada aos diversos tempos e situações culturais e guias ótimos para a vivência do ano litúrgico” (ALDAZÁBAL, 2013, p. 204).

Deste modo, não demandar esforços para que o mesmo seja mais conhecido, e rezado por todos os fiéis, certamente é um lacuna que precisa ser preenchida de alguma maneira. O Ofício das Leituras conta com aproximadamente cento e sessenta autores, com seiscentos textos distribuídos nos seus quatro volumes. Na relação dos Padres ocidentais, Agostinho é o que mais aparece, seguido por João Crisóstomo, representando a tradição oriental.

Ao aprofundar os estudos sobre a história da Igreja, chega-se à constatação de que “a reflexão teológica nunca renunciou a presença tranquilizadora e orientadora dos Padres. Ao contrário, sempre existiu a viva consciência de que nos Padres há qualquer coisa de singular, de irrepetível e de permanentemente válido” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1990, p. 7). Como não se preocupar com tal constatação ao pensar na maioria dos fiéis que não tem acesso às obras destes primeiros escritores cristãos? A LC previa o desenvolvimento de um lecionário facultativo, a fim de que todos pudessem obter, das leituras dos Padres, maiores frutos (LC 1579). Salvo engano, tal iniciativa até os dias atuais, infelizmente, ainda não foi colocada em prática.

Embora os sacerdotes e todos os que, na Igreja, são oficialmente obrigados a rezar a Liturgia das Horas já sejam beneficiados com a própria oração, não restam dúvidas de que também, sobretudo aqueles encarregados da pregação da Palavra, encontrem uma abundante fonte de inspiração a partir dos textos dos Padres e, com isso, têm a possibilidade de extrair riquezas a serem transmitidas aos fiéis. Por outro lado, a maioria dos fiéis não têm acesso a tão grande patrimônio espiritual, porém, “hoje a Igreja deseja que a Liturgia das Horas seja celebrada por todos os cristãos” (BECKHÄUSER, 2000, p. 230). Os Padres da Igreja têm muito a contribuir com a formação do povo de Deus, ajudando no incremento da fé, na piedade e, sobretudo, no compromisso com as exigências da vida cristã.

Expor para o maior número possível de fiéis a vida e a obra de algum dos Padres da Igreja deve servir também como modelo e inspiração para os fiéis buscarem uma vida pautada nos valores evangélicos. Como modelo de fé, é de grande valia a história dos mártires, sobretudo aqueles que marcaram presença nos primeiros séculos do cristianismo e, desde tempos remotos, os cristãos têm o costume de ler estas histórias que estão consignadas por escrito nas Atas dos Mártires. Algumas destas narrativas constam ao longo dos quatro volumes da LH. Mas constatamos que a maioria dos fiéis simplesmente não tem contato com estas obras. “É por isso que as orações das Horas são propostas a todos os fiéis, mesmo àqueles que legalmente não estão obrigados a recitá-las” (LC, 1586).

O acesso mais extensivo ao Ofício Divino, em um primeiro momento, pode soar apenas como cumprimento de um anseio conciliar, ou seja, de que os fiéis, em sua totalidade, tenham contato com a Liturgia das Horas. Porém, as razões são bem mais consistentes, pois

o verdadeiro objetivo é fazer com que a maioria dos fiéis tenham condições de participar de uma

meditação mais rica da Sagrada Escritura e das mais belas páginas dos autores espirituais. Embora as leituras de hoje se fazem na Missa, todos os dias, formem já um ciclo bastante completo dos textos bíblicos, todavia, o tesouro da revelação e da tradição contido no Ofício de Leitura pode ser de grande proveito espiritual (IGLH 1670).

Então, a proposta tem a sua fundamentação primordial no sentido da vida espiritual de todos os fiéis, pois, “pelo contato assíduo com os documentos que a Tradição universal da Igreja nos apresenta, os leitores são conduzidos a meditar mais profundamente a Escritura Sagrada, a sentir-lhe a suavidade, a amá-la com vivo afeto...” (IGLH 1778). Em contato com os Padres, os cristãos são introduzidos nos tempos e festas litúrgicas e, “além disso, abre-lhes igualmente o acesso às inestimáveis riquezas espirituais que constituem o magnífico patrimônio da Igreja e são base da vida espiritual e alimento riquíssimo de piedade” (IGLH 1779). Então, é preciso repartir, de forma mais abundante, esta riqueza com um número maior de fiéis.

O papa Francisco, na *Desiderio desideravi*, ao referir-se sobre a importância da formação litúrgica como um todo, apontou o que considera uma questão fundamental:

É preciso difundir esse conhecimento fora do âmbito acadêmico, de modo acessível, para que todo fiel possa crescer em um conhecimento do sentido teológico da Liturgia – esta é a questão decisiva e fundamental de todo conhecimento e prática litúrgica -, bem como do desenvolvimento das celebrações cristãs, adquirindo a capacidade de compreender os textos eucológicos, os dinamismos rituais e seu valor antropológico (DD, 35).

A mesma questão também pode ser aplicada em relação ao acesso de um número maior de fiéis aos textos patrísticos encontrados no Ofício das Leituras, de modo que não apenas os acadêmicos, ou aqueles que já celebram a Liturgia das Horas, colham os frutos de textos tão profundos, mas que os mesmos sejam fonte de crescimento espiritual para todos os fiéis de todos os tempos e lugares. Mas as barreiras que se impõem para a realização de tal anseio não devem ser motivo de esmorecimento, pois algumas mudanças de paradigmas acontecem realmente de modo lento. Haja vista que até tempos recentes, especificamente em um período recente ao Concílio Vaticano II, muitas das leituras patrísticas nem mesmo eram utilizadas na Liturgia: “Foi muito estudada a formação do novo dispositivo de leituras patrísticas, entre as quais se encontram não raro autênticas jóias que antes não eram utilizadas” (RAFFA, 2001, p. 656). Mais uma vez encontramos uma expressão relacionada com a riqueza, no sentido espiritual, que pode ser encontrada na leitura dos Padres à qual, frisamos, muitos fiéis ainda não têm acesso.

Através da celebração do Ofício das Leituras, os fiéis têm a oportunidade de participarem de uma “Vigília orante que não mais está ligada ao tempo do dia; quer ser uma meditação orante da Bíblia” (BECKHÄUSER, 2000, p. 231). E, neste contexto, os Padres da Igreja, tanto os orientais quanto os ocidentais, podem ser um precioso auxílio “para a Interpretação e transmissão fiel de cada uma das verdades da Revelação, bem como a história posterior do Dogma tendo em conta a sua relação com a história geral da Igreja” (OT, 16).

Os Padres, nas palavras do papa João Paulo II, na Carta Apostólica *Patres Ecclesiae* “foram e continuam a ser para sempre: eles mesmos, de fato, são estrutura estável da Igreja, e, em favor da Igreja de todos os séculos, exercem uma função perene” (PE, 1). O Ofício das Leituras é um grande contributo no sentido de ratificar a perenidade dos escritos dos Padres, porém, para além do conceito, é preciso que a doutrina destes mestres da vida espiritual possam chegar, de forma extensiva, a um maior número possível de fiéis. João Paulo II assim complementa sobre a relevância sempre atual da leitura dos Padres:

Guiada por estas certezas, a Igreja não se cansa de voltar à leitura dos seus escritos — cheios de sabedoria e incapazes de velhice — nem se cansa de os recordar continuamente. É pois com grande alegria que no decurso do ano litúrgico sempre tornamos a encontrar de novo os nossos pais; e todas as vezes somos por eles confirmados na fé e animados na esperança (PE 1).

Diante do exposto, ou seja, o aspecto sobre a maior abrangência da Liturgia das Horas e, conseqüentemente do Ofício das Leituras, de modo que um número maior de fiéis tenham acesso à tamanha riqueza, é natural que alguns questionamentos sejam postos na discussão. Por questões de metodologia, não teremos espaço para tratar sobre os muitos questionamentos que possam surgir, mas, pelo menos um deles consideramos muito relevante para não ser abordado, ou seja: alguma ação já foi executada? Antes de prosseguirmos, é importante destacar uma situação: Será que basta simplesmente disponibilizar, de maneira mais abrangente, os volumes da Liturgia das Horas na forma em que se encontram dispostos atualmente? A linguagem, por exemplo, é a mais adequada de acordo com a vivência da maioria das nossas comunidades? E tratando especificamente sobre a leitura dos Padres, será que os fiéis estão preparados adequadamente para compreenderem a mensagem?

Uma iniciativa teve início no ano de 1988 com a elaboração do Ofício Divino das Comunidades (ODC), com o objetivo de oferecer a LH em uma versão acessível às comunidades. O Ofício das Comunidades “tem sua origem na época pós-conciliar, quando o povo já começava a sentir falta dos Terços, das Bênçãos do Santíssimo, Vias Sacras, Horas Santas, devoções marianas” (SOUZA, 2011, p. 18). Com o trabalho, a intenção era manter a mesma tradição encontrada nas primeiras comunidades de cristãos, além de promover a sempre e fecunda piedade popular. Todas estas propostas voltadas para a realidade da Igreja da América Latina, com as suas particularidades, tinham como principal objetivo a inculturação da

Liturgia das Horas, sem que a mesma perdesse o que tem de mais essencial, ou seja, a teologia e a espiritualidade.

Não restam dúvidas de que o Ofício das Comunidades representou um avanço na popularização da Liturgia das Horas, porém, de acordo com a estrutura que foi adotada, ainda não representa a melhor alternativa para o maior acesso dos fiéis em geral às obras dos Padres da Igreja. Mas, de qualquer modo, o Ofício das Comunidades tem um grande mérito, pois “conseguiu viabilizar, na prática, o que a Liturgia das Horas propõe: que o ofício, como qualquer outra ação litúrgica, não é ação particular, mas ação comunitária, celebração” (CARPANEDO, 2020, p. 4).

CONCLUSÃO

No percurso da história da Igreja, constatamos que as mudanças quase nunca ocorreram sem transtornos. No entanto, é preciso levar em consideração alguns aspectos como, por exemplo, o contexto da época, além do mais, é preciso ter a consciência de que o entendimento sobre a doutrina e o da própria liturgia podem ser beneficiados pelo amadurecimento dos estudos, em suas diversas vertentes. Neste contexto, entendemos que ainda temos um longo percurso a trilhar em relação à recepção das diretrizes propostas pelos documentos do Concílio Vaticano II, sobretudo no que diz respeito à celebração da liturgia.

O Ofício Divino, em sua totalidade, ainda precisa ser mais difundido e celebrado por todos os fiéis, pois nele está contida uma fonte de espiritualidade e uma verdadeira escola de oração, sem deixar de considerar a riqueza escondida, para a maioria dos fiéis, especificamente no Ofício das Leituras, através da presença sempre fecunda da obra dos Padres da Igreja. Definitivamente não podemos renunciar a este desafio, pois temos um compromisso com a obra de evangelização e, sem dúvida, a difusão dos escritos patrísticos encontra-se neste contexto.

O Ofício das Leituras pode ser um instrumento eficaz na tentativa de fazer com que uma parcela maior dos fiéis tenha acesso à riqueza doutrinal, espiritual e litúrgica, presente nos ensinamentos oriundos dos escritos destes primeiros escritores cristãos. A leitura e o estudo dos Padres da Igreja devem ultrapassar os limites do mundo acadêmico, pois estamos diante de uma riqueza inesgotável, que precisa ser compartilhada com o maior número possível de fiéis, sobretudo através dos textos disponibilizados diariamente no Ofício das Leituras.

O modo de colocar em prática esta iniciativa é uma questão que deve ocupar um maior espaço em nossas reflexões teológicas, pois, conseguindo avançar neste sentido, os maiores beneficiados serão os próprios fiéis que estarão recebendo os frutos de um imensurável patrimônio espiritual, custodiado pela Igreja desde os seus primeiros tempos. Enquanto buscamos os meios para a realização dos nossos anseios, sigamos com paciência, conforme os ensinamentos de Cipriano de Cartago: “É preciso ter paciência e perseverar, irmãos caríssimos... O fato de sermos cristãos exige que tenhamos fé e esperança, mas a paciência é necessária para que elas possam dar seus frutos” (LH, 1995, p. 158).

REFERÊNCIAS

- ALDAZÁBAL, José. *Vocabulário básico de liturgia*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- BECKHÄUSER, Alberto. *Celebrar a vida cristã*. Formação litúrgica para agentes de pastoral, equipes de liturgia e grupos de reflexão. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARPANEDO, Penha. *Ofício Divino das Comunidades*. Disponível em: <<https://teologicalatinoamericana.com/?p=1914>>. Acesso em 28 ago. 2023.
- CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia. São Paulo: Paulinas, 2013.
- CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Optatam totius* sobre a formação sacerdotal. São Paulo: Paulinas, 2013.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. O estudo dos padres da Igreja na formação sacerdotal. Petrópolis: Vozes, 1990.
- FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2022.
- GOENAGA, J.A. *As diversas reformas do Ofício do século XVI ao Vaticano II*. In: A celebração na Igreja. Ritmos e tempos da celebração, Volume III. São Paulo: Loyola, 2000. p. 317-336.
- INSTRUÇÃO GERAL DA LITURGIA DAS HORAS. In: *Enquirídio dos Documentos da Reforma Litúrgica*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2014, p. 475-521.
- JOÃO PAULO II, PP. Carta Apostólica *Patres ecclesiae* no XVI centenário de São Basílio. Disponível em <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1980/documents/hf_jp-ii_apl_02011980_patres-ecclesiae.html>. Acesso em 28 ago. 2023.
- LAUDIS CANTICUM. In: *Enquirídio dos Documentos da Reforma Litúrgica*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2014, p. 464-469.
- OFÍCIO Divino. *Liturgia da Horas, segundo o rito romano*. Volume I. Tempo de Advento e Tempo do Natal. São Paulo: Vozes, Paulinas, Paulus, 1995.
- OSAVA, Marcelo Massao. *Os Salmos como escola de oração, na teologia dos Padres da Igreja e Bento XVI*. Revista Coletânea. Rio de Janeiro, v. 20 n. 39 jan/jun. 2021. p. 201-220.
- RAFFA, V., *Liturgia das Horas*. In: TRIACCA, A. M.; SARTORE, D. Dicionário de Liturgia. São Paulo: Paulus, 2001, p. 651-670.
- SOUZA, Maria da Glória. *Análise crítica do Ofício Divino das Comunidades*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.
- SILVA, Michel Pagiossi. *Entrarei no altar de Deus*. Cerimonial da Sagrada Liturgia no Rito Romano. Volume I. Santa Missa e Liturgia das Horas. São Paulo: Cultor de Livros, 2014.

Existe um guia de preparação para o matrimônio

Eder Luis Monegat¹

Resumo: O tema do trabalho é a realidade social complexa e os desafios da família na atualidade, explicada na *Amoris Laetitia*, n. 206. Os meios propostos nesse documento são o empenho da comunidade cristã e a preparação dos noivos ao matrimônio, além do testemunho e da vivência das virtudes cristãs. Objetivo geral é mostrar a realidade social complexa e quais são os desafios da família na atualidade. Objetivos específicos: falar da preparação ao matrimônio à luz da *Amoris Laetitia*; evidenciar a formação litúrgica em *Desiderio Desideravi*; ponderar a abordagem do simbolismo litúrgico em Romano Guardini. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, na *Amoris Laetitia*, em *Desiderio Desideravi*, nos escritos de Romano Guardini sobre a liturgia e em artigos relacionados ao tema. Concluímos que é dever dos noivos, dos casais e da comunidade cristã zelar para que a família desempenhe a vocação ao amor verdadeiro no mundo e na Igreja.

Palavras-chave: Realidade social. Matrimônio. Família. Liturgia. Formação.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de apresentar soluções aos problemas, toda ajuda é bem-vinda. No sacramento do matrimônio e na família matrimonial existem realidades complexas, especialmente no âmbito social. Porém, os meios propostos para tal finalidade, mostra que a Igreja está interessada em colaborar com o matrimônio e a família na atualidade. São vários os meios que a Igreja propõe. O empenho da comunidade cristã, ou seja, a ajuda de todos para criar um ambiente propício na formação de novos casais é fundamental. A preparação ao matrimônio, com cursos e encontros faz a diferença. Além do mais, o testemunho dos casais mais experientes e dos novos casais que afloram dá um horizonte de perseverança nos compromissos assumidos. A Igreja presa pelas virtudes, e, no âmbito matrimonial e familiar elas são necessárias para o fortalecimento dos hábitos de vida, sem elas falta o essencial da caminhada cristã, de maneira particular a piedade. Nesse sentido, o documento *Amoris Laetitia* do Papa Francisco ajuda no desenvolvimento da realidade complexa social; além de evidenciar os meios necessários para que o matrimônio e a família cumpram a vocação ao amor. No documento *Desiderio Desideravi* e no livro Formação Litúrgica de Romano Guardini se elabora o percurso simbólico-litúrgico para enfrentar a realidade complexa em que se vive.

1 A COMPLEXA REALIDADE SOCIAL

Fazer um diagnóstico sobre a família atual é de extrema importância, desse modo, é fácil inseri-la na complexa realidade social. Por isso, *Amoris Laetitia* veio para mostrar a alegria

¹ Mestre em Filosofia pelo Ateneo Pontificio Regina Apostolorum - APRA (Roma, Itália). Mestre e doutorando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE (Belo Horizonte, MG). E-mail: edermonegat@gmail.com

do amor dentro da família, e, não somente polêmicas canônicas. Ver o documento pontifício da perspectiva da alegria de amar, serve para enfrentar e superar a realidade atual do mundo, onde se encontra a família. De fato, se não bastasse a reflexão sobre o amor familiar, o futuro da Igreja e da sociedade depende da família (AL, 31). Alguns pontos da complexa realidade social já foram enumerados na *Familiaris Consortio*, documento pontifício anterior ao de *Amoris Laetitia*.

Merece também a nossa atenção o facto de que, nos países do assim chamado Terceiro Mundo, falem muitas vezes às famílias quer os meios fundamentais para a sobrevivência, como o alimento, o trabalho, a habitação, os medicamentos, quer as mais elementares liberdades. Nos países mais ricos, pelo contrário, o bem-estar excessivo e a mentalidade consumística, paradoxalmente unida a uma certa angústia e incerteza sobre o futuro, roubam aos esposos a generosidade e a coragem de suscitarem novas vidas humanas: assim a vida é muitas vezes entendida não como uma bênção, mas como um perigo de que é preciso defender-se (FC, 6).

Na realidade, existem muitos modelos antigos e novos, mas, o que conta é o uso da liberdade dentro da família, sempre conectada aos desígnios de Deus (AL, 32). Agora, essa liberdade, quando mal orientada, gera o individualismo. E, falar sobre o individualismo na família é de especial importância, porque tira os laços naturais, gerando amargura e insatisfação, que, no fundo, é fruto da arrogância do ser humano, mesmo que tenha aspectos positivos de desenvolvimento pessoal (AL, 33). Com o aflorar da liberdade individual, a família pode ser um lugar de passagem, onde não se estreitam o vínculo da unidade e do amor (AL, 34). Por isso, mesmo na difícil situação da liberdade humana, não se pode renunciar a proposta da família cristã, é preciso ousadia para mostrá-la ao mundo (AL, 35). Por exemplo, o carácter unitivo e o dever da procriação vão juntos, mas, nunca sobrepostos. A Igreja há de colocá-los com realismo e humildade, sem evidenciar um modelo demasiado abstrato, que, por vezes, não ajuda no discernimento da abertura à vida (AL, 36). Dentro da família, portanto, a Igreja deve deixar espaço à consciência do homem e da mulher, assim eles decidem as questões morais e da bioética (AL, 37). Mas, sempre orientados devidamente. Pois, dado o avanço da medicina e da tecnologia, as opções de separação da sexualidade sem procriação, e, da procriação sem sexualidade, alertam grande sabedoria.

A proximidade da Igreja as famílias fragilizadas mostra carinho e não rebaixa a exigência do evangelho (AL, 38). Esse elemento social da fragilidade deve chamar atenção à Igreja para tomar as devidas providências. E, essa fragilidade se manifesta, de forma alongada, na afetividade, e, isso atinge às famílias. Diante dos desafios da afetividade, existe uma cultura do provisório, onde as pessoas encontram dificuldade de permanecer em relacionamentos duradouros. A família precisa constância afetiva para envelhecer juntos e perseverar no amor conjugal (AL, 39). A fragilidade afetiva leva a adiar o matrimônio por questões econômicas, laborais ou de estudo. De fato, atesta uma prioridade diferente ao amor conjugal, muito mais

voltado ao egoísmo e calculismo, que a verdadeira essência do matrimônio, que é benção de Deus na cerimônia religiosa. Além do mais, alguns adiam a cerimônia porque a meta é demasiado alta, mostrando pouca confiança em Deus (AL, 40). Também, afetividade sem limites, não colabora ao matrimônio, não leva a nenhuma parte, por vezes, cria situações de egoísmo e faz com que a opção pelo amor conjugal seja frágil (AL, 41). Evitar os filhos com métodos artificiais é, em vários casos, egoísmo, mostra pouca consideração por si mesmo e pelo cônjuge. A generosidade de ter os filhos que Deus mandar torna, também, um verdadeiro desenvolvimento para a Igreja e a sociedade, ausência de filhos não faz bem para uma nação (AL, 42).

A falta de Deus e de religiosidade na família clama o céu. Sem a Igreja, os casais se sentem desamparados. Isso é fruto do materialismo e ateísmo galopante na sociedade, que corta os laços naturais do contato com Deus e não cuida do alimento da alma (AL, 43). O direito da família **é algo** a ser ponderado para a sociedade, não somente para a Igreja. A falta de condições dignas para a família pode ser obstáculo para o seu desenvolvimento integral (AL, 44). Dentro dessas condições de vida digna, estão as crianças que nascem fora do matrimônio e ficam sem recursos. O Estado e a Igreja precisam auxiliar no desenvolvimento das famílias para que não caiam nas redes da malícia e essas crianças se percam nos vícios (AL, 45).

As migrações forçadas, ou não, desestabilizam as famílias, que necessitam criar vínculos para a vivência dos valores. É importante criar alguma pastoral na Igreja que acompanhe esses deslocamentos da população (AL, 46). Integração dos mais frágeis, nascidos dentro da família, constitui uma porção especial da misericórdia, tanto de Deus, como humana (AL, 47). Essa atenção se estende, também, aos idosos, que depois de desgastarem seu tempo ao próximo, à sociedade e à Igreja, mostram que sua vida teve sentido e se colhe o que se plantou (AL, 48). Não menos importante, é a questão econômica. As famílias em miséria têm maior dificuldade para o desenvolvimento integral, especialmente, o que se trata do necessário para a subsistência da vida. Os filhos ficarão à mercê de abandono e vícios, sem o devido suporte (AL, 49).

Ao ver essa sociedade complexa, descrita na *Amoris Laetitia*, nota-se que a Igreja há de fazer algo para ajudar a família. Ficou claro que essa complexidade afeta a família. São tantas as constatações: egoísmo marcado como individualismo; famílias fragilizadas, especialmente na parte afetiva; ausência de Deus e de religiosidade; migrações, idosos, crianças nascidas fora do matrimônio, tudo isso numa situação de fragilidade; dificuldades econômicas... Diante dessa complexidade, a Igreja, na sua sabedoria, deve colocar os meios necessários para dar suporte a cada situação nova que possa surgir na família eclesial.

2 Preparação dos noivos ao matrimônio

A preparação dos noivos ao sacramento do matrimônio deve ser a estratégia fundamental da Igreja. Essa preparação é o meio mais eficaz, dentro outros, colocada na *Amoris Laetitia*. Deve ter uma atenção da Igreja Local e da Paróquia: pastorais, casais, seminaristas e sacerdotes. A meta da família é já descrita pelo Papa Francisco e outros documentos, tendo

uma abordagem de melhora do coração “libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento” (EG, 1). Olhar para o fora e perceber as necessidades de quem está ao lado. Elementos esses tocados, quando se trata de uma realidade complexa atual da sociedade. Para melhorar isso, é necessário “um esforço evangelizador e catequético dirigido à família” (AL, 200). Na *Familiaris Consortio* se faz alusão à preparação dos jovens ao matrimônio, pois são o futuro da Igreja e da sociedade.

A preparação dos jovens para o matrimônio e para a vida familiar é necessária hoje mais do que nunca. Em alguns países são ainda as mesmas famílias que, segundo costumes antigos, se reservam transmitir aos jovens os valores que dizem respeito à vida matrimonial e familiar, mediante uma obra progressiva de educação ou iniciação. Mas as mudanças verificadas no seio de quase todas as sociedades modernas exigem que não só a família, mas também a sociedade e a Igreja se empenhem no esforço de preparar adequadamente os jovens para as responsabilidades do seu futuro. Muitos fenômenos negativos que hoje se lamentam na vida familiar derivam do facto que, nas situações novas, os jovens não só perdem de vista a justa hierarquia dos valores, mas, não possuindo critérios seguros de comportamento, não sabem como enfrentar e resolver as novas dificuldades. Contudo, a experiência ensina que os jovens bem-preparados para a vida familiar, em geral, têm mais êxito do que os outros (FC, 66).

A Igreja precisa acompanhar, bem de perto, os noivos ao matrimônio. Ir ao encontro, sair e buscar conhecer as necessidades presentes em cada realidade, e entrar em ação, propondo possibilidades viáveis. A existência das famílias missionárias, são de grande valia, entrando em contato com a realidade concreta das famílias em apuros. Além da consolidação no acompanhamento aos noivos e suas necessidades, ou mesmo, dificuldades (AL, 201). A pastoral familiar de uma Paróquia deve procurar elaborar cursos e encontros de preparação específica, dando suporte para que os noivos possam trabalhar o autoconhecimento e prováveis questionamentos numa relação a ser construída e amadurecida no período antes do sacramento, sem economizar esforços, dedicação em prepará-los ao matrimônio (AL, 202). De forma particular, os seminaristas, desde o tempo do estágio pastoral, devem entrar em contato com essa realidade para ter esse conhecimento e enfim, para auxiliar no preparo ao matrimônio (AL, 203). Além dos sacerdotes e seminaristas, a pastoral familiar, os agentes das pastorais, com suas experiências pessoais e os profissionais dos diversos campos do saber podem apoiar o desenvolvimento familiar. Buscar os recursos para o melhor preparo dos noivos nunca podem faltar quanto se trata desse preparo (AL, 204).

Dentro da *Amoris Laetitia*, nota-se um apartado sobre os meios para guiar os noivos ao sacramento do matrimônio. É importante, dentro dessa complexidade envolvente, que, especialmente os jovens descubram o valor e a riqueza do matrimônio. Depois, possam “captar o fascínio de uma união plena que eleva e aperfeiçoa a dimensão social da vida, confere

à sexualidade o seu sentido maior” (AL, 205), desse modo, “promove o bem dos filhos e lhes proporciona o melhor contexto para o seu amadurecimento e educação” (AL, 205). O texto abaixo evidencia a problemática e os meios a serem colocados pela Igreja.

A complexa realidade social e os desafios, que a família é chamada a enfrentar atualmente, exigem um empenho maior de toda a comunidade cristã na preparação dos noivos para o matrimônio. É necessário lembrar a importância das virtudes. Dentre elas, resulta ser condição preciosa para o crescimento genuíno do amor interpessoal a castidade. A respeito dessa necessidade, os Padres sinodais foram concordes em sublinhar a exigência de um maior envolvimento de toda a comunidade, privilegiando o testemunho das próprias famílias, e a exigência ainda de uma radicação da preparação para o matrimônio no caminho da iniciação cristã, sublinhando o nexo do matrimônio com o batismo e os outros sacramentos. Da mesma forma, evidenciou-se a necessidade de programas específicos de preparação próxima para o matrimônio que sejam verdadeira experiência de participação na vida eclesial e aprofundemos vários aspectos da vida familiar (AL, 206).

A preparação ao matrimônio é algo de qualidade e não de quantidade, assim, a Igreja Local, juntamente com as Paróquias devem se organizar para melhorar os encontros e preparação (AL, 207). Uma troca constante de experiências para que os bons resultados que possam parecer em uma comunidade sirvam de referência para outras e serem também implantadas pelas outras paróquias. Como não perceber o trabalho desenvolvido por uma paróquia e não questionar porque não semear para que a colheita mais farta para toda Igreja Local. A proximidade dos casais mais experientes, junto ao seu fecundo testemunho, atestam que a fidelidade, e, especialmente a alegria vale a pena. No entanto, a preparação remota é desde o batismo, eucaristia e confirmação, chamados de sacramentos de iniciação cristã, ou seja, de fato a uma integração mesmo de outras pastorais é um corpo onde todos os membros fazem parte de uma tarefa exigida e necessária, a formação de novas famílias e famílias bem estruturadas. A vocação batismal é origem e fonte para descobrir a vocação matrimonial (AL, 208). Com a vivência da Celebração Eucarística o batizado se renova e descobre a vocação ao amor.

Os noivos que já se decidiram ao matrimônio é necessária uma preparação imediata, onde se faz necessário um período de tempo considerável para terem consciência da fidelidade. Um período de tempo considerável se deve considerar, dada a sua importância da fidelidade para sempre (AL, 209). Para um melhor conhecimento entre os noivos, convém reconhecer as próprias fraquezas e debilidades, enfim suas limitações e, igualmente, ter as ferramentas para enfrentá-las (AL, 210). A última etapa para os noivos não é a cerimônia, ao contrário, ali começa a vida familiar. Após a cerimônia, a convivência mostra que o casal deve percorrer um longo caminho no amor. Os instrumentos fornecidos para a

perseverança na vocação matrimonial não faltam dentro da Igreja, especialmente, o sacramento da Reconciliação (AL, 211).

A preparação da cerimônia é de suma importância. No rito sacramental os noivos, depois de um período de preparação e amadurecimento decidem, ou ainda, confirmam diante de Deus, da Igreja, das testemunhas qualificadas, dos convidados, e, de modo essencial um ao outro, a fidelidade para toda a vida. Tomara que a festa não tenha sido a maior preocupação que, propriamente a celebração do sacramento. Os elementos perceptíveis, o externo, ou seja, o ambiente festivo, decoração, os convidados, a festa propriamente dita pode existir, mas os noivos não se deixem levar pelo consumo e pela aparência, a essência é vale mais e se consolida na celebração espiritual (AL, 212). Os gestos e as palavras fazem a cerimônia do matrimônio, convém aos noivos que prestem atenção, foquem, percebam e tenham entendimento no que está acontecendo no rito matrimonial. A celebração do matrimônio acontece entre dois batizados que confere o sacramento um a outro. São eles os próprios ministros desse sacramento (AL, 213). O peso do consentimento é muito forte, até que ‘a morte os separe’, e, deve ser enfrentado com maturidade por ambos. Exige sacrifício, mas é totalmente livre, porque somente na liberdade é que acontece o verdadeiro amor conjugal e dedicação aos filhos. (AL, 214). O sacramento do matrimônio continua após a celebração, como se fosse numa linguagem litúrgica, a liturgia viva, pois saem dos átrios da igreja e levam toda experiência de Cristo, presença viva no sacramento, e eles se sentem parte dessa aliança. Desse modo, a sexualidade, unida à procriação, e, à fidelidade, um ao outro, mostram que o sacramento segue vivo nos dois (AL, 215). A meditação das leituras bíblicas como aliança de Deus com o casal, ajuda na compreensão do rito matrimonial. Além disso, faz com que os dois se preparem de forma concreta para o momento da celebração. Por isso, com Maria, juntamente nas bodas de Caná, o vinho melhor se guarda até o final e se serve o casal, esse vinho é Cristo, que sacia toda sede de felicidade no matrimônio (AL, 216).

3 FORMAÇÃO LITÚRGICA

Na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* do Papa Francisco, a figura do teólogo ítalo-alemão Romano Guardini é nomeada cinco vezes. Porém, essas citações têm um alcance especial para a formação litúrgica do povo de Deus, de modo particular, aos que se preparam para o matrimônio e querem constituir uma família cristã. Por isso, convém analisar os escritos que falam sobre a formação litúrgica para ajudar os noivos nessa preparação, e, assim, convidá-los a um compromisso de fidelidade com Deus e entre si. Dentro do relacionamento dos noivos, Deus deve ocupar seu lugar, assim, existe um terceiro na preparação do matrimônio. Deus, que se manifesta na liturgia da Igreja, é preciso, portanto, fazer a essa experiência do seu amor.

No livro de Guardini sobre a ‘Formação Litúrgica’ se aperfeiçoa o precedente ‘O espírito da liturgia’ de 1918, toca-se a essência da vida litúrgica. O interesse de Guardini reside na meditação da forma litúrgica, que dá forma à existência dos que creem. O tema da forma é necessário para fugir do conceito intelectualista, que pode esvaziar a liturgia do seu ser e se

coloca como se ela vivesse de pensamentos, e, não de gestos, palavras, elementos e ações, do ser completo, alma e corpo, como veículo para expressá-la (GUARDINI, 2023, p. 10). A volta de Guardini ao cenário atual contribui para a passagem da busca desenfreada pela melhor expressão ou execução ritual para a serenidade da atuação ritual (BUSANI, 2006, p. 72). Para iniciar, convém analisar que a teoria do conhecimento das partes não é suficiente para conhecer o todo. A palavra 'complexo' examina as partes dentro do sistema total. Para uma adequada formação litúrgica é preciso que o todo seja percebido, antes que as partes, dentro das formas do ritual (BERKIRANE, 2007, p. 9). Essa intuição, está presente em Guardini, quando via na liturgia uma forma de vida capaz de dar forma à vida cristã (GUARDINI, 1980, p. 17). A formação litúrgica não é algo prévio para a liturgia, mas, é para adentrar-se ao ato litúrgico, enquanto sua forma, trata-se de reeducação à liturgia (PEREIRA SILVA, 2013, p. 4-8). Dentro da arte de celebrar a liturgia na linguagem codificada e regularizada pela Igreja pode ser uma casa do mistério perene para o ato litúrgico, espaço de estupor e da Beleza que salva o mundo (DD, 24-26).

Na trajetória de Guardini, a formação litúrgica é vista como formação da pessoa, desde criança quando seus pais a levam a Missa e por meio de imitação, ela começa a fazer também e perceber a linguagem litúrgica, os gestos que diz além deles mesmos, que, de fato, ele trabalhando com os jovens via a necessidade. Por isso, a preparação dos noivos jovens é de suma importância, é o ensinar do olhar. Para dar o fruto esperado da experiência de Deus dentro da preparação ao matrimônio é adentrar-se à realidade da liturgia. Convém compreender que, na liturgia, envolve um fazer, um ordenar e um ser (GUARDINI, 2023, p. 51). Trata-se, em definitiva, de uma formação para guiar o indivíduo e a comunidade ao comportando religioso-cultural (GUARDINI, 2023, p. 52), pois a comunidade precisa antes, ter toda essa iniciação para, igualmente, passar essa linguagem a seus formandos. Nesse caso, formar cristãos para descobrir e vivenciar o matrimônio. As intervenções do Papa Francisco vão contra o mundanismo que deriva no gnosticismo, reduzindo a experiência de fé aos sentimentos e na abstração. Depois, isso origina num pelagianismo, que a fé é puramente esforço pessoal, a graça de Cristo fica ofuscada (DD, 17). A liturgia é o meio para fazer uma experiência de Deus, por isso, tal formação é para a liturgia e pela liturgia. É importante a formação de conhecimento intelectual e, ao mesmo tempo, a vivência na liturgia. A escuta da palavra é escutar a Deus, por exemplo, na celebração litúrgica. Os noivos, ao escutarem a palavra, escutam a Deus e se preparam para realizar sua vontade. Diz muito da obediência do cristão em escutar a Deus, atentamente. O tempo diz muito da espera e paciência, a escuta faz esperar o proceder de Deus.

Esse processo tem um duplo sentido: de dentro para fora e de fora para dentro. Significa um expressar do interior no exterior e um interpretar do interior no exterior. Significa um doar do próprio interior através do exterior e um receber do interior do outro a partir do exterior. É a relação simbólica em seu duplo aspecto: revelar e reconhecer, dar e receber (GUARDINI, 2023, p. 70).

Compreender a unidade entre alma e corpo ajuda na formação dos noivos ao matrimônio. Se cada um, dentro dessa preparação toma consciência e se esforça por compreender uma antropologia humana e cristã, o feito do matrimônio se realiza de forma mais harmônica. Quem oferta e atua no comportamento litúrgico é a pessoa, por inteiro, corpo e alma. No caso, o noivo e a noiva. A interioridade é importante, mas se manifesta no corpo (GUARDINI, 2023, p. 58). Nesse sentido, a alma dá forma ao corpo, por isso o ser humano é ser vivente racional. Agora, não se é forma do corpo como de uma planta, na relação natural. Para que a alma dê eficazmente forma ao corpo é preciso as leis naturais e domínio pessoal, inclusive abrange a luta, superação e capitulação. Com o desenvolvimento do curso natural da vida, sendo o corpo moldado pela alma, por atos involuntários, ela mesma consegue um atuar consciente (GUARDINI, 2023, p. 62). “O cristão deseja ir além do corpo” (GUARDINI, 2023, p. 64). Por isso, tornar-se realmente um cidadão do mundo espiritual com sua liberdade, tarefa especial, Deus conhece o peso de estar no “corpo de pecado” (Rm 6, 6). Importante, também, agregar o corpo e alma como unidade, dentro do “corpo espiritual” (1 Cor 15, 44). Assim, sabendo que a alma é a forma do corpo, cada gesto e traço embelece, é a “beleza da alma” (GUARDINI, 2023, p. 65). O contrário também existe, quando o corpo longe da alma se afasta da santidade e beleza queridas por Deus. “Pois a carne, em seus desejos, opõe-se ao espírito” (Gl 5, 17). A alma pode contra si mesma, instinto contra instinto contra instinto, paixão contra a razão. Essa luta contra pecado e o mal faz parte da própria vida humana e cristã, depois da queda a tendência a concupiscência se faz presença. Faz parte inclusive para quem se prepara para o matrimônio, exige conhecimento, domínio, e especialmente a graça de Deus na luta contra o pecado.

A piedade dos noivos se integra na liturgia. Mas, deve ser uma piedade concreta, ou seja, cristã. “É o ser humano todo que traz em si a piedade cristã” (GUARDINI, 2023, p. 67). Porque, de fato, não existe piedade completamente espiritual, nem se sabe como isso acontece no ser humano. Certamente, existem atitudes religiosas que mostram melhor a interioridade, como a oração silenciosa, onde o ser humano fica à espera de Deus. Por outro lado, a liturgia, do início ao fim, “dispõe todo o ser humano, portador de suas ações e de sua atitude” (GUARDINI, 2023, p. 70). A liturgia será perfeita se levar o orante a não perder a sua corporeidade. Assim, a sua alma se expressa melhor quando se encarna com atitudes corpóreas.

Com isso, a primeira tarefa prática está delineada: apoiados por essa transformação interior de nosso tempo, precisamos reaprender a habitar a relação religiosa como seres humanos por inteiro. Precisamos aprender a orar também com o corpo. A postura corporal, os gestos e as ações precisam, de modo direto e imediato, tornar-se em si religiosos. Precisamos aprender a expressar nosso interior no exterior e, a partir do exterior, ler o interior. Em outras palavras: nós precisamos nos tornar novamente simbólicos (GUARDINI, 2023, p. 85).

Por isso, os noivos, para preparação ao matrimônio, precisam frequentar as cerimônias litúrgicas para a formação na vida. A liturgia não é apenas uma sequência de ações, há dentro

do coração uma reflexão e o que se pode compreender de todos os elementos presentes em um ato litúrgico. No símbolo, o interior está unido ao exterior, assim como a alma está unida ao corpo no ser humano. O corpo humano é análogo da alma na ordem física e visível. “No corpo espiritualizado, a alma se transpõe para a matéria como para seu símbolo vivo” (GUARDINI, 2023, p. 71), por isso, estar atentos, a partir do corpo, “de modo direto, pois cada linha, movimento e gesto do corpo traduzem o espiritual-interior em corpóreo-visível, isto é, símbolo” (GUARDINI, 2023, p. 72). Portanto, a atitude humana é potencialmente simbólica. “Do ponto de vista do emissor, simbólico-ativo, revelador, comunicante; do ponto de vista de quem olha, simbólico-receptivo compreensível e acolhedor” (GUARDINI, 2023, p. 73).

Os noivos, em contato com o símbolo litúrgico, entram em contato com a água, óleo, sal, que ativam a sua corporeidade. A importância é o cuidado que se deve ter nas celebrações litúrgicas para que através de sinais visíveis se possa perceber, de fato, a transformação no olhar de quem é participe, pois se sentem pertencentes à aquele momento. O método da encarnação é importante. Os sinais são sensíveis e entram para formar parte da liturgia. O toque físico está muito presente no evangelho, Cristo toca e é tocado. O homem e mulher estão na liturgia como criação e contemplação dos símbolos. O ser humano ora e age com o corpo e alma, corpo espiritualizado e com alma que se expressa no corpo. O que está dentro, reverbera no fora em movimentos corporais – expressão do interior no exterior. Acontece assim a encarnação da interioridade: “o ser humano fala e ouve” (GUARDINI, 2023, p. 73) e, Deus escuta e responde no silêncio mantendo um diálogo perfeito, mas pelo Criador que pela criatura limitada. Nesse sentido, um símbolo surge uma encarnação do interior em um gesto ou uma coisa resulta tão pura e necessária, que é reconhecida por um povo ou pela humanidade como algo quase definitivo (GUARDINI, 2023, p. 73).

O ser humano expressa-se nas coisas; ele a anima e torna-se forma da coisa, toma-a e a atrai para a relação expressiva que mantém com o corpo: vestes, utensílios, espaço e tempo, e qualquer ação que possa ocorrer aí. Mas, reverentemente que se trabalha a sua forma, em obediência ao que a essência da coisa exige. Ela não é violada, mas remodelada a partir da afirmação mais profunda de sua essência (GUARDINI, 2023, p. 115).

Os noivos, ao se adentrarem na formação litúrgica, estão se formando na vida. Em cada celebração em que participam, a um efeito dos sacramentos, ação de graça que esta ocorrendo naquele momento e que afetará a existência de cada um que participa dessa ação. É a liturgia via. O que se experimenta no momento da celebração reverbera ao sair dos átrios levando a presença viva do Cristo encarnado. Aqui entra a primeira tarefa da formação litúrgica: “o ser humano deve voltar a ser capaz do símbolo” (GUARDINI, 2023, p. 74). De fato, Papa Francisco diz que é “uma responsabilidade para todos, ministros ordenados e fiéis” (DD, 44). Porém, a conexão de corpo e alma foi se perdendo na Modernidade. Tanto a abstração, quanto a materialização são nocivas para a encarnação simbólica. O mundo dos conceitos e o da

biologia tem que se unir. Na prática, essa unidade é concretizada, por exemplo, Missa como atividade de domingo, ou, como cerimônia.

O próprio gesto litúrgico é oração, que para os noivos é fundamental na preparação ao matrimônio. A oração é que leva ao auto conhecimento e à revelação da Trindade. Os elementos concretos que foram o espaço litúrgico, por exemplo, a porta, o ambão, o altar, cadeiras da Igreja já fala algo a mais da experiência de fé cristã falam por si mesmos e auxiliam a perceber que a um lugar sagrado de oração. O símbolo fala por si só dentro da liturgia, graças a sua força e por aquilo que representa. Busca-se muitas maneiras para rezar e fazer a experiência divina através do corpóreo e visível que auxiliem para se adentrar numa atmosfera que vai além da concretude, indo do material ao espiritual.

Toda a gama de possibilidades materiais espaciais e temporais de expressão foi absorvida pela liturgia em sua relação fundamental entre a alma e o corpo. A liturgia permite, através do poder que vem de Deus, que aquilo que acontece na alma - isto é, o novo nascimento a partir de Deus, em Cristo pelo Espírito Santo, a própria vida daquele que nasceu de novo, se expresse na materialidade. Por isso, dispôs todos esses meios e recursos a serviço do corpóreo. Abrem-se, então, vastas possibilidades: a alma é convocada a múltiplas expressões. Geralmente, é assim que se desperta aquilo que se tem dizer. E o que é autorrevelação para quem se expressa torna-se anúncio para aquele que vê e ouve, e que, a partir dali, passa a ver e a ouvir O que tem dentro de si (GUARDINI, 2023, p. 101).

CONCLUSÃO

A complexa realidade social em que a família está inserida é de difícil mudança. Problemas de todo tipo circundam a família, envolvendo-a e dificultando o equilíbrio e harmonia necessários para sua formação. Situações de individualismo, materialismo e falta de Deus são as piores. A dificuldade dos noivos na preparação ao matrimônio é notória. É preciso ter em consideração o cenário onde a família vai se desenvolver. Parece ser um problema de ordem social. Porém, vai além da esfera humana, na qual, uma preparação efetiva precisa ser feita, dando suporte e compreendendo as necessidades de cada casal que vai em busca do sacramento do matrimônio.

A Igreja necessita prestar atenção nos noivos. Mas, também, em toda a preparação da pessoa humana, começando pelos sacramentos de iniciação cristã – do batismo que se estendendo ao curso de noivos, culminando com a cerimônia religiosa do matrimônio. Todo tempo investido na preparação dos noivos não é suficiente, dada a importância desse sacramento para a Igreja e sociedade. O compromisso que os noivos vão assumir é para sempre. Não ter medo de dizer o ‘sim’ a Deus e ao seu cônjuge, o estar consciente de sua escolha pessoal e livre.

Dentro dessa preparação ao matrimônio, a formação litúrgica vem em auxílio dos noivos. Assim, a liturgia será sempre formar o ser humano na sua identidade e nas relações, da mesma forma que se deixar formar pela liturgia será sempre um aprofundamento na dialética que identifica e diferencia a religião com a cultura. O ser humano dotado de corpo e alma, ou seja, a pessoa por inteiro reza e faz a experiência de Deus na liturgia. Não somente o corpo, mas a alma. Não somente a alma, mas, também o corpo. Inserir, especialmente a corporeidade na vivência desse mistério é vital na preparação ao matrimônio. O simbolismo resgatado como conexão dentro da liturgia é experiencial. De fato, o símbolo fala por si mesmo, não necessita explicação. Vivenciar o simbolismo na liturgia é estar em comunidade e aprender nela a encontrar a Deus. Além disso, no autoconhecimento, no conhecimento teórico e especialmente na experiência do simbolismo litúrgico a preparação ao matrimônio segue o rumo ordenado que Deus quer.

Siglas

AL = Amoris Laetitia

DD = Desiderio Desideravi

FC = Familiaris Consortio

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial. 2ed. Brasília: CNBB, 2019.
- BERKIRANE, Réda. *La teoria della complessità*. Turim: Bollati Boringhieri, 2007.
- BUSANI, Giuseppe. “L’atto litúrgico e il compito della formazione in Romano Guardini”, in: *La formazione litúrgica*. Atti della XXXIII settimana di studio dell’Associazione Professori di Liturgia. Composampiero (Padova) 28 agosto – 2 settembre 2005, CLV – Ed. Liturgiche, Roma, 2006, p. 72.
- GUARDINI, Romano. *Formação Litúrgica*. Curitiba: Carpintaria, 2023.
- GUARDINI, Romano. *Lo spirito della liturgia*. Brescia: Morcelliana. 1980.
- FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Disponível em: <Carta Apostólica Desiderio desideravi sobre a formação litúrgica do povo de Deus (29 de junho de 2022) | Francisco (vatican.va)>. Acesso em: 07 out. 2023.
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Disponível em: <Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (24 de novembro de 2013) | Francisco (vatican.va)>. Acesso em: 07 out. 2023.
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*: sobre o amor na família. Disponível em: *Amoris laetitia: Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre o amor na família (19 de março de 2016) | Francisco (vatican.va)>*. Acesso em: 07 out. 2023.
- PEREIRA SILVA, Jerônimo. *A liturgia, cume e fonte*. In: Revista de Liturgia 236, março-abril 2013, p. 4-8;
- PEREIRA SILVA, Jerônimo. *A liturgia, cume e fonte da formação cristã*. In: Revista de Liturgia 237, maio-junho 2013, p. 4-7.
- JOÃO PAULO II, Papa. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*: sobre a função da família cristã no mundo de hoje. Disponível em: <Familiaris Consortio (22 de novembro de 1981) | João Paulo II (vatican.va)>. Acesso em: 07 out. 2023

MESTRES E MESTRANDOS

O mistério como fundamento da experiência litúrgico-espiritual da Igreja na Constituição litúrgica do CV II

Anderson Moura Amorim¹

Resumo: O Concílio Vaticano II é o marco referencial para a Teologia Católica no início do terceiro milênio. A constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a liturgia teve o encargo de posicionar conceitos nucleares no tocante à liturgia e à experiência espiritual do povo de Deus. Um desses – o mais fundamental da teologia litúrgica e do qual todos os outros conceitos dependem e se relacionam – é o conceito de mistério. Assim sendo, a proposta deste artigo é estudar tal conceito na referida Constituição para a compreensão da natureza da liturgia e, conseqüentemente, da vida espiritual da Igreja. A fim de alcançar o objetivo do trabalho desenvolvemos nossa pesquisa em três momentos: Conceito de mistério na *Sacrosanctum Concilium*; Características da espiritualidade litúrgica; A espiritualidade litúrgica como uma “mística sacramental”. Do ponto de vista metodológico, será feita uma pesquisa bibliográfica. A liturgia cristã, em todo o seu conjunto é a efetivação do mistério salvífico de Cristo. Sendo assim, todo o corpus litúrgico tem sua natureza mística e goza de máxima importância na vida da Igreja e dos fiéis. Acreditamos que o resultado de nossa pesquisa sobre o mistério salvífico cristão possa contribuir na evangelização eclesial ajudando as ações pastorais a serem mais efetivas.

Palavras- Chave: Mistério. Espiritualidade litúrgica. Mística sacramental.

INTRODUÇÃO

A liturgia, enquanto *mysterion*, é o lugar no qual Cristo, em toda a sua vida e obra, torna-se presente para unir-se intimamente a todos os membros de sua Igreja e torná-los “participantes da natureza divina” (2Pd 1,4). Assim sendo, constata que a liturgia possui um papel determinante no que diz respeito a essa “participação”, uma vez que nela subjaz uma “economia sacramental”, particularmente no que se refere ao papel dos sacramentos do batismo e da eucaristia.

Ativado pelo convite de Deus - o da participação em sua vida de comunhão - o cristão é instigado a respondê-lo livremente, a ele aderindo em forma de resposta cultural. Ora, o culto divino, como “espaço místico” por excelência na existência cristã, vem a ser um “misterioso sinal”, a partir do qual torna-se possível a concretização de um projeto de comunhão, que diz respeito tanto a Deus quanto ao homem.

Nosso trabalho intenta, pois, perquirir a temática do mistério, delimitando-o à experiência litúrgica-espiritual da Igreja a partir das considerações teológicas da Constituição Dogmática da *Sacrosanctum Concilium*. Assim, nosso estudo gravita em torno da experiência litúrgico-espiritual da Igreja como *locus* privilegiado do mistério de Deus.

1 Mestre em Teologia (UNICAP). E-mail: christo.moura@hotmail.com

1 CONCEITO DE MISTÉRIO NA SACROSANCTUM CONCILIUM

Um dos resgates mais fecundos realizado pelo Concílio Vaticano II, certamente devido ao Movimento Litúrgico, foi a reafirmação do tema da espiritualidade litúrgica como o eixo e âmago da vida da Igreja (SC, n. 10). Na célebre Constituição Litúrgica *Sacrosanctum Concilium*, tendo como contexto a teologia da revelação, e, mais precisamente, a ótica histórica salvífica, resgata a dimensão econômico-salvífica da revelação na liturgia, a partir do conceito de mistério.

A Constituição Litúrgica *Sacrosanctum Concilium* fundamentada na teologia bíblica e na teologia litúrgica dos Padres da Igreja, realiza uma leitura do mistério da liturgia no contexto mais amplo de toda a história da salvação - a esse respeito basta conferir o capítulo primeiro, especialmente, nos artigos segundo (Cristo e mistério), quinto (salvação e mistério) e sexto (liturgia e mistério) da Constituição, quando o documento trata da natureza da liturgia e de sua importância na vida da Igreja.

O termo mistério na Constituição litúrgica (e, conseqüentemente, na teologia do Concílio Vaticano II) se encontra, em linhas gerais, no seu próêmio, no artigo segundo:

A liturgia, pela qual, especialmente no sacrifício eucarístico, se opera o fruto da nossa Redenção, contribui em sumo grau para que os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja, que é simultaneamente humana e divina, visível e dotada de elementos invisíveis, empenhada na ação e dada à contemplação, presente no mundo e, todavia, peregrina, mas de forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação, e o presente à cidade futura que buscamos. A Liturgia, ao mesmo tempo que edifica os que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em morada de Deus no Espírito, até à medida da idade da plenitude de Cristo, robustece de modo admirável as suas energias para pregar Cristo e mostra a Igreja aos que estão fora, como sinal erguido entre as nações, para reunir à sua sombra os filhos de Deus dispersos, até que haja um só rebanho e um só pastor (SC, n. 2).

A liturgia, conforme a Constituição do Vaticano II, está associada à obra da redenção realizada por Cristo e a dimensão escatológica da verdadeira Igreja. Através da potência do Espírito Santo, enviado aos apóstolos no dia de Pentecostes, o Senhor Jesus, continua presente e atuante em sua Igreja, através das ações litúrgicas, particularmente na celebração do mistério pascal da sua paixão e glorificação, a obra da salvação, cumprindo a promessa de estar permanentemente com a sua Igreja até a consumação dos séculos (Mt 28,20).

O Padres conciliares explicam o mistério de Cristo (*mysterium Christi*) e a autêntica natureza da verdadeira Igreja (*genuinam verae ecclesiae naturam*) nas celebrações litúrgicas,

a partir da semântica bíblico-patristica de *mysterion*. A teologia bíblica do mistério está relacionada com a revelação que Deus faz de si e de sua vontade, através da vida de Jesus Cristo, na comunicação do Espírito Santo, aos que se abrem ao dom da fé. Este processo epifânico começa na Primeira Aliança, encontra seu clímax na concentração cristológica, se prolonga na comunidade eclesial e culmina nos tempos escatológicos. O *mysterion* bíblico é a identidade e a vontade de Deus manifestados em Jesus.

A teologia bíblica do mistério vai ser desenvolvida pelos Padres da Igreja para explicar a presença e atuação do Senhor na Igreja e nos cristãos a partir da expressão paulina “o mistério é Cristo em vós” (Cl 1,27) (BOUYER, 1998, pp. 87-201). A salvação, concretizada em Jesus e comunicada pelo Espírito divino, pervade o tempo histórico, através da Igreja, quando ela se reúne para ler a Escritura e celebrar os sacramentos, a fim de se prolongar na vida dos seus fiéis e, por meio deles, na de todos os homens e até mesmo na do cosmos. Neste sentido, a vivência eclesial (experiência salvífica mediada por palavra e rito) se torna a base para a espiritualidade – entendida como vivência do mistério de Cristo (SPIDLIK, 2002, pp. 946-947).

Os artigos quinto e sexto da Constituição litúrgica do CVII estão intrinsecamente embebidos da teologia bíblico-patristica desenvolvida nos anos anteriores ao Concílio pelos movimentos bíblico, patristico, litúrgico e ecumênico. De tal sorte que, em sua linguagem sintética, portam uma profunda e amadurecida reflexão teológica.

O artigo quinto da Constituição litúrgica assim se expressa:

Deus, que quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade, tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos aos nossos pais pelos profetas, quando chegou a plenitude dos tempos, enviou o Seu Filho, Verbo feito carne, unguído pelo Espírito Santo, a evangelizar os pobres, curar os contritos de coração, como médico da carne e do espírito, mediador entre Deus e os homens. A sua humanidade foi, na unidade da pessoa do Verbo, o instrumento da nossa salvação. Por isso, em Cristo se realizou plenamente a nossa reconciliação e se nos deu a plenitude do culto divino.

Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus, prefigurada pelas suas grandes obras no povo da Antiga Aliança, realizou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão, em que morrendo destruiu a nossa morte e ressurgindo restaurou a nossa vida. Foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja (SC, n. 5).

O tema central do artigo quinto é a história da salvação que chega o seu cume de maneira única e definitiva em Cristo. Os Padres conciliares, penetrados pela teologia

bíblico-patristica explica que antes de ser rito e forma, a liturgia é revelação e momento da história da salvação – comunicação do mistério. Ou seja, nele, Deus Pai salvador, envia seu Filho, encarnando-o e ungiendo sua humanidade, para efetivar o diálogo com os homens. O ápice dessa comunicação está no mistério pascal de Cristo. Nele, como um vértice, se concentram as ações retroativas soteriológicas – a criação, a Primeira Aliança e a presença e o ministério do Senhor e se dilata, pró-ativamente, na comunidade eclesial e nos tempos escatológicos (BOROBIO, 1990, p. 303).

O mistério pascal é o ponto de ligação da reflexão entre os artigos quinto e sexto. Primeiramente, os Padres revelaram a concentração soteriológica comunicativa do mistério da morte e ressurreição do Senhor, como ponto máximo das intervenções divinas. Diante disso, o mistério pascal será o fundamento da vida e da missão da Igreja. Desta forma, ambos artigos possuem uma unidade temática intrínseca, senão pelo qual seria impossível interpretar um sem a menção do outro.

Em suma, os Padres conciliares desenvolveram, verdadeiramente, uma teologia litúrgica cuja linha mestra é a teologia do mistério. A teologia do mistério desenvolvida na SC 2, 5 e 6 é condição *sine qua non* para interpretar os artigos subsequentes. Neles o que temos, na verdade, é a aplicação desses princípios teológicos-litúrgicos gerais às realidades celebrativo-cultuais específicas.

2 CARACTERÍSTICAS DA ESPIRITUALIDADE LITÚRGICA

A espiritualidade litúrgica, por sua natureza, quer ser um processo plasmático que, gradativamente, conduz o homem à meta daquilo que é a essência da vida cristã: viver em Cristo por meio de uma vida segundo o Espírito (Gl 2,20; 5,16). Em vista de tal escopo, a experiência cristã brota dos sacramentos celebrados e neles se alicerça e se desenvolve.

Augé, apresentando os traços da espiritualidade litúrgica, assevera que, ao falar-se de liturgia, está referindo-se ao momento celebrativo e mistagógico, portanto, do mistério. Segundo o autor, a celebração litúrgica é “[...] um ambiente concreto de experiência espiritual cristã, uma espiritualidade concreta [...]” (AUGÉ, 1996, p. 339). Assim, é no ambiente concreto e na forma ordinária da celebração litúrgica que o cristão aure a espiritualidade, a ressignifica e alimenta. Por fim assevera Augé: “[...] a experiência espiritual cristã não pode considerar a celebração nem como estrutura facultativa, nem como estrutura intermediária, mas sim como um momento que alicerça, gerador da própria experiência” (AUGÉ, 1996, p. 339).

A experiência espiritual cristã encontra ordinariamente na Liturgia a referência, as balizas, a fonte e o cume de sua realização. Esta contudo, não é uma experiência ritualista, mas uma celebração preme do mistério – o próprio Deus. Esta experiência espiritual litúrgica não se prende na celebração mas transborda na vida. Cabe muito bem a compreensão antiga da *lex orandi*, *lex credendi*, e da *lex vivendi*.

Marsile, em sua obra *I segni del mistero di Cristo* (MARSILI, 1987, p. 505), assevera que a Liturgia como “o ponto mais alto para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte da qual procede toda a sua força” (SC, n. 10), somente dela poderia aurir a Igreja sua espiritualidade.

Assim sendo, constatamos que liturgia manifesta a Espiritualidade própria da Igreja e “[...] pertence de fato ao tesouro comum da vida espiritual cristã” (AUGÉ, 1996 p. 347). Para Augé, as características fundantes que tocam os aspectos da Espiritualidade Litúrgico-Eclesial são: a espiritualidade bíblica, cristológica, eclesial e mistagógico-pascal.

A espiritualidade litúrgica é eminentemente bíblica, e precisamente porque bíblica, é histórico-profética; é sensível a Revelação de Deus que se realiza na história humana, tornando-a *Historia Salutis*. O Mistério de Cristo continua a atuar no *hodie* da sacramentalidade da Igreja, pois, receptora do agir salvífico de Cristo, a Igreja (BERGAMINI, 1994, p. 35) é sacramento universal de salvação, principalmente quando na assembleia litúrgica se faz a *anmaneses* da morte e Ressurreição de Cristo na leitura proclamativa das Sagradas Escrituras.

A Palavra de Deus, proclamada na ação litúrgica, deixa de ser uma palavra consignada por escrito para tornar-se uma Palavra de anúncio-realização, pois esta Palavra é sacramentalmente realizada na Liturgia pelo Espírito Santo, no *hodie* litúrgico-salvífico.

Além da dimensão bíblica, a espiritualidade litúrgica é trinitária. Ao afirmar que a espiritualidade litúrgica possui uma dimensão trinitária, significa dizer que ela é teocêntrica, cristológica e pneumática. Esta dimensão trinitária da espiritualidade litúrgica só é devidamente compreendida se não perdermos de vista o seu aspecto econômico-salvífico (GRANADO, 1982, p. 43).

Segundo a mais antiga práxis da Igreja - e aqui pensamos de modo particular na teologia dos Padres da Igreja - a dimensão trinitária da espiritualidade litúrgica se expressa, em âmbito cultural, pela fórmula: *per Filium in Spiritu Sancto ad Patrem* (“pelo Filho, no Espírito ao Pai”). Com isso, a celebração cristã é toda convergente “ao” Pai, “por” Cristo, “no” Espírito Santo; através do Filho (VALENTINO, 1990, pp. 258-259). Assim, a liturgia, em sua ontologia, outra coisa não é senão a celebração-atuação do desígnio de Deus realizado pelo “Mistério-Cristo”, “no” e “por” obra do Espírito Santo. Aquiles Triacca afirma:

Se a celebração litúrgica não for sinal do Espírito, ela nada será. Com efeito, a verdadeira essência da ação litúrgica consiste em ser-epifania-do-Espírito Santo. Ora, o Espírito, por meio da Escritura, foi *iconógrafo*, isto é, operou no hagiógrafo a revelação do ícone do Pai, que é Jesus Cristo (cf. 2Cor 4,4; Cl 1,15). Em Maria, ele foi *iconoplasta*, ou seja, é plasmador do próprio ícone (do Verbo). Na ação litúrgica, ele simultaneamente *iconógrafo*, *iconoplasta* e *iconóforo*, isto é, portador do ícone do Pai presencializado e vivificado (TRIACCA, 1993, p. 371).

O Espírito Santo plasma o ícone da Trindade no orante da prece litúrgica levando-o a uma experiência apofática, no sentido de contemplar o Mistério, sem racionalizá-lo com o excesso do discurso teológico.

Por fim, a espiritualidade litúrgica é eclesial – mistagógica. A assembleia litúrgica é epifania da Igreja que se concretiza numa comunidade que, em torno do altar – *Christus altare est* – celebra o Mistério salvífico de Deus. Neste sentido, pode-se chamar a Liturgia de mistagógica, pois epifania o mistério e conduz o orante mistagógicamente ao encontro do Mistério.

Assim, nasce da própria mistagogia litúrgica a Espiritualidade da Igreja, que, ao longo do ano litúrgico, permite-nos experimentar sempre mais profundamente o mistério de Cristo, atualizado sacramentalmente pelas ações litúrgicas nos sacramentos e sacramentais (AUGÉ, 1996, p. 352).

3 A ESPIRITUALIDADE LITÚRGICA COMO UMA “MÍSTICA SACRAMENTAL”.

O tema da experiência litúrgica está em estreita relação com o da espiritualidade mística sacramental, de tal forma que não podemos falar de uma sem levarmos em consideração a outra. Herdeiros da experiência espiritual da Igreja neotestamentária e patrística, estamos habilitados a afirmar que a espiritualidade da Igreja ou espiritualidade litúrgica é, simultaneamente, cristológica, pneumática e sacramental e, por isso mesmo, “mística”.

O mistério de Cristo encarnado e ressuscitado, sempre vivo e presente pela ação do Espírito Santo, é o conteúdo nuclear das celebrações eclesiais. Nesse sentido o Concílio Vaticano II sugere-nos que o mistério pascal de Cristo, clímax da obra salvífica de Deus, torna-se presente e se atualiza na vida dos crentes, de forma privilegiada, através do culto divino, e isso em forma de celebração e experiência místico-sacramental (LG, n. 7; GS, n. 22; SC, n. 5; SC, n. 22).

A liturgia, enquanto *mysterion*, é o lugar no qual Cristo, em toda a sua vida e obra, torna-se presente para unir-se intimamente a todos os membros de sua Igreja e torná-los “participantes da natureza divina” (2Pd 1,4). Sendo essencialmente sacramental, a mística cristã brota, amadurece e se consuma no ambiente vital da liturgia e dos sacramentos, aos quais somos introduzidos desde o momento em que efetivamente passamos a formar o Corpo Sacramental de Cristo.

CONCLUSÃO

Ao propor o mistério da liturgia como “cume” e “fonte” de toda a vida da Igreja e, por conseguinte, da espiritualidade cristã, o Vaticano II, profundamente inspirado na revelação bíblica e na tradição da Igreja, é incisivo em sugerir que se promova em todos os âmbitos da vida eclesial uma verdadeira educação litúrgica dos batizados, a fim de que eles tendam a uma maturidade de fé que se explicita na participação cada vez mais plena e ativa dos mistérios.

Com a teologia pneumática entendemos que a espiritualidade litúrgica, desde os primórdios cristãos, foi experimentada e traduzida na catequese como a espiritualidade da Igreja. Desse modo, a espiritualidade litúrgica, por sua natureza, quer ser um processo plástico que, gradativamente, conduz o homem à meta daquilo que é a essência da vida cristã: viver em Cristo por meio de uma vida segundo o Espírito (Gl 2,20; 5,16). Em vista de tal escopo, a experiência cristã brota dos sacramentos celebrados e neles se alicerça e se desenvolve.

Como herdeiros de uma experiência e de um testemunho de fé que perpassaram os séculos e que foi resgatada pelo Concílio Vaticano II, cabe-nos aprofundar com seriedade o tema da espiritualidade litúrgica a fim de impedir a esclerose das fórmulas sem vida ou cair num rubricismo improlífero.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CVII – Concilio Vaticano II

LG – *Lumen Gentium*

GS – *Gaudium et Spes*

SC – *Sacrosanctum Concilium*

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. Liturgia – história, celebração, teologia e espiritualidade. São Paulo: Ave Maria, 1996.
- BERGAMINI, A. Cristo, festa da Igreja – o Ano Litúrgico. São Paulo: Paulinas, 1994.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006.
- BOUYER, L. *Mysterion. Dal mistero alla mistica*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1998.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*. Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo atual. Petrópolis: Vozes, 1966.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1966.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium*. Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARSILI, S. *I segni del mistero di Cristo*. Teologia liturgica dei sacramenti. Roma. Edizioni Liturgiche, 1987.
- TRIACCA, A. Espírito Santo. In: SARTORE, D.; TRIACCA, A. M. Dicionário de Liturgia. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 371 (verbete: Espírito Santo).
- VALENTINO, A.M. *L'Esperienza di Dio nei Temi dei Grandi Sacramentari e del Messale Romano di Paolo VI, Dissertatio ad Doctoratum Sacrae Liturgiae Assequendum* in Pontificio Instituto Liturgico, Roma, 1990.

CAPÍTULOS DE LIVRO:

BOROBIO, D. Da celebração à teologia: O que é um sacramento? In: BOROBIO, D. (Org.). A celebração na Igreja. Liturgia e sacramentologia fundamental. São Paulo: Loyola, 1990, v. I, p. 283-424.

GRANADO, C. *El Don del Espíritu en S.Hilario de Poitiers*. In: Estudios Eclesiásticos 57 (1982), pp. 429-450.

SPIDLIK, T. Mística. In: DI BERNARDINO, A. (Org.). Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 946-947.

TRIACCA, A. Espírito Santo. In: SARTORE, D; TRIACCA, A. M. Dicionário de Liturgia. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 371.

Itinerário catecumenal com pais e padrinhos em vista do sacramento do Batismo de crianças

Renato Quezini¹

Resumo: O presente artigo, a partir de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo refletir sobre a urgência da Iniciação à Vida Cristã em vista da formação de discípulos-missionários engajados e comprometidos com a comunidade paroquial. A Iniciação à Vida Cristã é uma exigência da missão da Igreja nos dias de hoje: necessitamos formar cristãos firmes e conscientes, “participantes da vida em Cristo” inseridos nos novos tempos, cientes de que a opção religiosa é uma escolha e não simplesmente tradição e imersão cultural. Desejamos oferecer às comunidades paroquiais um material de apoio para os encontros de pais e padrinhos, que se preparam para o sacramento do batismo de seus filhos e afilhados. Este Material será preparado à luz da pedagogia iniciática da Igreja tão reforçada nos últimos tempos por meio dos documentos eclesiais. Desejamos que as pistas das reflexões teológicas e pastorais aqui abordadas, sejam sementes lançadas no terreno fértil das nossas comunidades, esperançosos de que nossas famílias, a partir de uma experiência iniciática da fé, compreendam que o batismo de crianças, constitui apenas o começo, e não fim, ponto de partida e não de chegada de uma fé que os pais, padrinhos e a comunidade se comprometem a desenvolver no batizado.

Palavras-chave: Iniciação à Vida Cristã. Famílias. Fé. Comunidade. Experiência.

INTRODUÇÃO

“Não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva” (*Deus Caritas Est*, n. 1). O Papa Bento XVI nos deixava de forma muito clara essa indicação presente na Carta Encíclica *Deus Caritas Est* e que fora inclusive retomada no Documento de Aparecida. Ao se declarar cristão, a pessoa deve ter muita clareza do que isso significa na sua vida. Ela se torna seguidor não de uma corrente de pensamento ou de uma doutrina, mas tal iniciativa do seguimento deve se pautar a partir de um “encontro, íntimo, profundo e pessoal” como Jesus de Nazaré, o Cristo da nossa fé.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a urgência da Iniciação à Vida Cristã em vista da formação de discípulos-missionários engajados e comprometidos com a comunidade paroquial. Desejamos oferecer às comunidades paroquiais um material de apoio para os encontros de pais e padrinhos, que se preparam para o sacramento do batismo de seus filhos e afilhados. Material preparado à luz da pedagogia iniciática da Igreja tão reforçada nos últimos tempos por meio dos documentos eclesiais.

¹ Presbítero da Arquidiocese de Maringá. Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), bolsista CAPES. Especialista em liturgia (UNISAL), espiritualidade cristã e orientação espiritual (FAJE) e counseling (FAV), bacharel em filosofia (IFAMA) e teologia (PUC-PR). rquezini@yahoo.com.br

1 URGÊNCIA DA INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ HOJE

A Iniciação Cristã com sua pedagogia catecumenal tem toda uma história que chegou até os nossos dias como herança da nossa caminhada eclesial. Ao longo da caminhada da Igreja verificou-se a fidelidade dos discípulos em permanecerem em missão: “Vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (cf. Mt 28,19). A missão primeira da Igreja consistia em fazer discípulos, agregar as pessoas, iniciá-las na fé e inseri-las na comunidade eclesial.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) nos convidou a procurar novos caminhos para a transmissão da fé, em nosso tempo. Deu um impulso significativo e novo à pastoral, estimulando-a a ler os sinais dos tempos e escutar o Espírito que está em ação no mundo. O Vaticano II recomendou oficialmente a restauração adaptada do Catecumenato (*Sacrossanctum Concilium*, n.64) e apresentou seus traços característicos.

Mais do que nunca a Iniciação à Vida Cristã é uma exigência da missão da Igreja nos dias de hoje: necessitamos formar cristãos firmes e conscientes, “participantes da vida em Cristo” inseridos nos novos tempos, cientes de que a opção religiosa é uma escolha e não simplesmente tradição e imersão cultural. É um dever que temos como servidores do Evangelho. Trata-se de uma opção de vida que nos garante crescimento mútuo, beneficiando tanto os evangelizados como os evangelizadores, ou seja, a comunidade inteira.

Olhamos com gratidão para a nossa história de evangelização no Brasil. É fato que por muito tempo vivemos amparados no estilo pastoral da cristandade que influenciou e formou grande parte da população, inclusive as nossas lideranças. Hoje somos todos chamados a uma nova abordagem evangelizadora por meio deste modelo catecumenal que questiona o nosso ser Igreja, os nossos projetos pastorais que dão por pressupostos a fé e nos movimentam para que nos questionemos e neste processo o questionamento gera a ação.

2 DESAFIOS PASTORAIS NESSA MUDANÇA DE ÉPOCA

Como bem salientou o Documento de Aparecida, vivemos as consequências de uma “mudança de época” (DAp, n. 37-39) nestes números indicados apontam para os sinais decisivos deste momento histórico, caracterizado como mudança de época: crise de sentidos, ausência de sentido único e dificuldade para a transmissão das tradições às gerações seguintes. “Sabemos que o processo de Iniciação à Vida Cristã requer novas disposições pastorais. São necessária perseverança, docilidade à voz do Espírito, sensibilidade aos sinais dos tempos, escolhas corajosas e paciência, pois se trata de um novo paradigma” (Doc. CNBB 107, n. 9).

Esta complexa realidade, na qual estamos mergulhados, nos revela que a experiência da fé cristã se encontra hoje em uma espécie de estado generalizado de busca e de recomeço. Fica para trás um determinado modelo eclesial, marcado pela segurança da sociedade de

crisandade e desponta um processo de renascimento de um novo modelo de Igreja, marcado pela vivência fraterna da fé em comunidade de comunidades.

A inspiração catecumenal que propomos é dinâmica, pedagógica, mística e nos convida a mergulhar no Mistério do amor de Deus que nos renova e nos surpreende.

3 É PRECISO BATIZAR AS CRIANÇAS E, ANTES DE TUDO, EVANGELIZAR OS ADULTOS

É comum num primeiro momento, ao tratarmos do tema da Iniciação à Vida Cristã, no intuito de resolvermos tantos conflitos, pensarmos: então, não adianta batizar as crianças? Temos que batizar só quando adultos e então procedemos com a iniciação plena da pessoa? Este pensamento pleno de emoções é um equívoco.

Assim como a referência de batismo que temos desde sempre na Igreja é sim o do batismo de adultos, temos que constatar que o batismo de crianças já se fazia presente no Novo Testamento: “batizavam-se “casas ou famílias inteiras” (1Cor 16; At 11, 14). Os dados históricos e os testemunhos dos séculos II e III são certos e seguros. A partir do século V, o batismo de crianças torna-se a prática habitual e o de adultos torna-se exceção. A história nos mostra que Santo Agostinho foi um grande defensor dessa prática do batismo de crianças.

Ele elabora três argumentos fundamentais a favor dessa experiência: “a) a da “fé emprestada à criança”, por parte dos pais e padrinhos e da comunidade; b) a da “remissão do pecado original”, com a qual a criança é concebida; c) a da gratuidade da ação salvadora de Deus mediante o batismo. Os argumentos de Santo Agostinho, particularmente em relação ao pecado original, que é totalmente redimido pelo batismo, tiveram muita repercussão. Como consequência, mais e mais pais buscavam o batismo de seus filhos o mais cedo possível” (NERY, 2019. p. 114-115).

Importante ressaltar que até Santo Agostinho, a busca pela fé cristã e pelo batismo acontecia influenciada pelas vivências da comunidade e pelo seguimento a Jesus Cristo. Houve grande mudança no comportamento das famílias em busca do batismo a partir do medo de condenação ao inferno, ou de morrerem em pecado por serem pagãos. Com isso a multiplicação de católicos aconteceu por massificação e não por adesão pessoal a Jesus Cristo de forma livre, consciente esclarecida, coerente e generosa.

Esse pensamento se propagou tanto que ainda hoje temos a repercussão dele entre nós “batizar o quanto antes em virtude do pecado original”. A questão é clara, o batismo de crianças adentrou na prática pastoral e não podemos mais retirá-lo.

Podemos, no entanto, reverter essa situação com encontros orantes e celebrativos para os responsáveis que pedem o sacramento: pais e padrinhos. Mais do que formação “intelectual sobre a Igreja”, eles precisam fazer a sua experiência para se sentirem acolhidos e membros dessa mesma Igreja que como Mãe acolhe e instrui a todos.

A ação de Cristo, o Bom Pastor deve se fazer presente nas ações de todos os agentes pastorais (bispos, padres, diáconos, cristãos leigos e leigas). Todos nós necessitamos a partir da nossa experiência iniciática, ajudar os pais e padrinhos a crescerem na fé, reconhecermos neles pessoas que ainda não estão maduras e que, no entanto, tem boa vontade e disposição e um mínimo de fé (GALINDO, 1999. p. 76).

4 ADEQUAÇÃO DA NOSSA PRÁTICA PASTORAL

É nesse sentido, que após fazermos essa breve contextualização da pertinência e urgência da Iniciação à Vida Cristã para toda a Igreja e não somente para a pastoral catequética, nos voltamos especificamente para todos os agentes de pastoral responsáveis pela condução dos encontros de preparação para pais e padrinhos em vista do sacramento do batismo dos filhos e afilhados, desejosos de que tais encontros despertem em todos um verdadeiro “encontro íntimo, profundo e pessoal com Jesus Cristo”.

Percebam que a nossa linguagem precisa ser resignificada, por isso, não usamos o termo casual “curso de batismo”, para fugir da concepção de um curso em vista de um certificado que os habilite a batizar, e sim, propor às famílias um verdadeiro percurso na fé, seguindo os passos do processo catecumenal: querigma, catecumenato, iluminação, mistagogia.

Entretanto, para que esse percurso de encontros aconteça de forma a surtir resultados de qualidade, é preciso que primeiramente a comunidade paroquial se abra a nova proposta. A comunidade cristã é responsável pelo rosto que a Igreja vai apresentar a quem dela se aproxima, neste caso específico os pais e padrinhos. O processo de iniciação cristã requer acolhida, testemunho e a responsabilidade da comunidade.

É sabido que muitas pessoas hoje vivem a fragilidade dos vínculos familiares; a perda do sentido do sagrado e do transcendente, assim como o senso de pertença comunitária, provocada pelo individualismo (Doc. CNBB 107, n. 53).

São exatamente essas pessoas que se dirigirão a nós, com esses desafios, desafetos com a instituição Igreja, mas desejosos do batismo, independente do que isso signifique, vem com o propósito claro a “aquisição do sacramento”. Buscam a Igreja como uma prestadora de serviços religiosos e ali se apresentam, pais e padrinhos para “adquirir esse produto”, no caso em questão, o sacramento do batismo.

Toda a comunidade paroquial, mas principalmente as equipes responsáveis por esses encontros com pais e padrinhos, precisam ser bem formados, capacitados para lidarem com as situações mais adversas possíveis. É indispensável da parte desses líderes maturidade psicológica, eclesial, espiritual e sacramental, para acolher sem julgamento e com muita paciência aos que a eles se dirigirem e ao longo do caminho formativo dos encontros conseguir operar uma transformação das motivações iniciais.

Quem busca Jesus precisa viver uma forte e atraente experiência eclesial. Mais do que entrar na Igreja, o fiel precisa ser acolhido por ela. A dimensão eclesial mostra como a relação com Cristo, que se dá através dos processos de iniciação, acontece por meio dela e da pertença a ela (Doc. CNBB 107, n. 105).

Entrar na dinâmica catecumenal significa assumir um novo paradigma alicerçado agora na experiência íntima, profunda e pessoal por meio de uma mistagogia que nos leve a adentrar ao Mistério Pascal de Cristo, ou seja, precisamos de uma nova identidade, não mais doutrinal e sim experiencial.

5 PROPOSTA DE UM ITINERÁRIO CATECUMENAL PARA OS ENCONTROS DE PAIS E PADRINHOS

Em nossa ação evangelizadora precisamos evoluir, deixando a imagem de uma igreja prestadora de serviços religiosos, com seus cursos e eventos, para uma Igreja que seja casa da Iniciação à Vida Cristã que propõe aos fiéis não cursos e eventos isolados, mas um percurso progressivo de amadurecimento da fé, respeitando a caminhada, o tempo, o momento de cada pessoa.

A partir da clareza ou confusão do núcleo central da fé cristã, se encontram os enfoques ou métodos pastorais. “Se, no centro da fé cristã, está o doutrinal, então prevalece a pastoral com estilo palestra, ensino, instrução. Porém, se no centro está a Pessoa de Jesus Cristo, então sobressai o estilo pastoral mistagógico, relacional, testemunhal” (REINERT, 2018. p.75).

Nesse sentido, acreditamos na busca da centralidade do Mistério Pascal de Cristo na vida do fiel. Estamos propondo encontros de partilha, reflexão, oração para serem desenvolvidos de forma personalizada como os casais de pais e padrinhos, ou em pequenos grupos que favoreçam a inter-relação, integração, acolhida e senso de pertença a Igreja. No entanto, sabendo das diversas realidades nas nossas comunidades pastorais, cada qual tem a liberdade de desfrutar desse material da melhor forma.

Desde o tempo dos apóstolos, tornar-se cristão pressupõe fazer um processo que inclui várias etapas: “Anúncio da Palavra de Deus e acolhimento do evangelho trazendo consigo a conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à Comunhão Eucarística” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA n. 1229).

Apresentamos um itinerário seguindo os tempos do processo iniciático:

O Pré-catecumenato - é um tempo determinado para o acolhimento dos candidatos e seu entrosamento com a comunidade cristã; para uma primeira evangelização e conversão a um estilo cristão de vida; para a aquisição do costume de rezar e invocar a Deus (ZORZI, 2006. p. 8).

Esse tempo pode ser também denominado *Querigma* - primeiro anúncio que conduz a pessoa a uma conversão inicial, purifica-a das motivações subjetivas que o levaram a buscar

tais sacramentos e alimenta-lhe o desejo de seguir a Cristo e pertencer a Igreja (BOROBIO, 2007. p. 59-60). O *Querigma* deve ser um tempo privilegiado de primeiro anúncio, no qual a pessoa é chamada a uma mudança de vida, a encontrar-se com o Deus amor revelado na pessoa de Jesus Cristo. Essa adesão inicial começa com um encontro vivo, envolvente e atraente.

Tendo dito isto, propomos um encontro inicial com esta ênfase querigmática, de acolhida dos pais e padrinhos por parte da Igreja representada ali, pelos agentes responsáveis pela condução dos encontros. Segue a proposta de um encontro para essa etapa, entretanto, a comunidade ou os dirigentes tem a liberdade de desenvolverem mais encontros sobre esse assunto tão fundamental e necessário que é o primeiro anúncio.

Pré-catecumenato

Tempo: 1 encontro

Método:

- Apresentação da equipe e exposição do itinerário;
- Apresentação dos pais e padrinhos;
- Acolhida com um diálogo fraterno sobre a vida familiar dos casais presentes (cuidar para que não pareça um interrogatório);
- Estabelecer escuta ativa sobre a história do nascimento da criança e das experiências da família na vida de comunidade;
- Apresentar a mensagem do Querigma como anúncio central da fé cristã que é: o Mistério Pascal de Jesus Cristo e a Salvação oferecida à humanidade por Deus, (os dirigentes devem cuidar para que essa ação seja sintetizada, evitando assim a possível dispersão de atenção dos casais);
- Concluir com um momento fraterno de partilha dos alimentos.

O Catecumenato – esse tempo visa possibilitar uma formação cristã integral. A pessoa do catecúmeno vai aprofundando sua experiência com o Senhor através do conhecimento da Palavra de Deus. “É preciso que haja uma assimilação vital dessa Palavra que suscite atitudes de vida compatíveis com o Evangelho e com Jesus Cristo, para que o catecúmeno aprofunde sua fé” (QUEZINI, 2013. p. 49).

Padre Francisco Taborda nos diz que: “a tradição sempre acentuou a compreensão do Batismo como sacramento da fé. Assim, poder-se-ia esperar que a fé fosse identificada como o *Kairós* celebrado no Batismo. Essa expectativa é correta, mas deve ser completada, pois, fundamentalmente, todo sacramento é celebração da fé (cf SC 59). O típico do *Kairós* batismal é o despertar da fé, a conversão à fé, o início da fé, a fé como dom” (TABORDA, 2012. p. 39).

Nesse sentido, apresentamos a proposta de um aprofundamento das razões centrais por meio do Creio.

Catecumenato

Tempo: 2 encontros

Método:

1º encontro:

- Acolhida, oração inicial, memória do encontro anterior;
- Desenvolvimento do tema: Creio no Deus Trindade: Comunhão de amor!

2º encontro:

- Acolhida, oração inicial, memória do encontro anterior;
- Desenvolvimento do tema: Creio em Jesus Cristo e no Espírito Santo.
- Concluir com um momento fraterno de partilha dos alimentos.

Tempo da purificação e iluminação – de acordo com o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos (RICA) esse tempo é um período breve de uma intensa preparação espiritual, que ocorre durante a Quaresma, em vista da recepção dos sacramentos da iniciação cristã na Vigília Pascal. Há aqui “uma procura para purificar os corações e espíritos pelo exame de consciência e pela penitência, e iluminá-los por um conhecimento mais profundo de Cristo, nosso Salvador” (RICA n. 29).

Tendo avançado nesse percurso da fé com os casais de pais e padrinhos, que já percorreram o pré-catecumenato (com o querigma); o catecumenato (com o aprofundamento das verdades centrais da nossa fé), propomos aqui uma celebração de apresentação da criança para a comunidade e em seguida a continuidade dos encontros, por meio do tempo da iluminação e purificação (abordando os sacramentos e de forma particular o batismo com toda a sua simbologia).

Ao término desses encontros do tempo da purificação e iluminação, os casais de pais e padrinhos devem ser comunicados do passo seguinte que será o agendamento de um diálogo com o padre ou o diácono que realizará o batizado, para que estes também já estabeleçam com os casais uma acolhida e tenham um retorno de como foram os encontros. Seria importante a presença da equipe dirigente que acompanhou estes casais no dia da celebração do batismo, manifestando novamente a acolhida destas famílias, bem como a alegria pelo batizado da criança.

Tempo da purificação e iluminação

Tempo: 2 encontros

Método:

1º encontro:

- Acolhida, oração inicial, memória do encontro anterior;
- Desenvolvimento do tema: Sacramentos: Sinais sensíveis e eficazes da graça de Deus;

2º encontro:

- Acolhida, oração inicial, memória do encontro anterior;
- Desenvolvimento do tema: Batismo: Fundamento de toda vida cristã.
- Concluir com um momento fraterno de partilha dos alimentos.

Mistagogia - O tempo da mistagogia possibilita obter um conhecimento “mais completo e frutuoso dos Mistérios, através das novas explanações e, sobretudo, da experiência dos sacramentos recebidos” (Introdução RICA n. 38). A partir dessa experiência que todo cristão possui e cresce pela prática da vida cristã, os recém-iniciados adquirem novo senso de fé, da Igreja e do mundo.

A comunidade dos fiéis, os padrinhos e os ministros ordenados devem ajudar com atenção e amizade os recém-batizados nos primeiros passos na vida cristã, para assegurar-lhes uma completa e feliz integração na comunidade (Doc. CNBB 107, n. 174).

Neste sentido, a equipe propõe aos pais e padrinhos uma data de encontro após a celebração do batismo para mistagogicamente conversarem sobre a celebração, o que mais lhes chamou a atenção no rito.

Mistagogia

Tempo: 1 encontro

Método:

- Acolhida, oração inicial;
- Estabelecer um diálogo fraterno sobre os momentos celebrativos mais marcantes;
- Agora, com o estabelecimento de um vínculo de amizade e confiança, proporcionar uma escuta acolhedora e a partir dela dialogarem sobre o ser igreja oferecendo um convite incisivo para que continuem na caminhada de fé da comunidade.

CONCLUSÃO

Temos visto ressurgir na Igreja, graças ao Papa Francisco, o termo sinodalidade, que significa, caminhar juntos. A Iniciação à Vida Cristã, está permeada por elementos sinodais que nos ajudam a repensar o caminho de uma formação integral da pessoa e destacar os agentes principais desse processo de caminhada conjunta: famílias, comunidades, catequistas, introdutores, diáconos, presbíteros, bispos.

Para que tenhamos êxito nas questões aqui elencadas é imprescindível o envolvimento de toda a comunidade em vista de uma formação cristã integral do discípulo-missionário. O Papa Francisco afirma que a “formação cristã é, primariamente, o aprofundamento do querigma. É o anúncio que dá resposta ao anseio de infinito que existe em todo o coração humano” (Evangelii Gaudium, n. 165).

Desejamos que as pistas das reflexões teológicas e pastorais aqui abordadas, sejam sementes lançadas no terreno fértil das nossas comunidades, esperançosos de que nossas famílias, a partir de uma experiência iniciática da fé, compreendam que o batismo de crianças, “constitui apenas o começo, e não fim, ponto de partida e não de chegada de uma fé que os pais, padrinhos e a comunidade se comprometem a desenvolver no batizado” (GALINDO, 1999. p 77).

REFERÊNCIAS

- BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus Caritas Est*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção a Voz do Papa n. 189)
- BOROBIO, Dionísio. *Catecumenado e Iniciación Cristiana*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 2007.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia*. In. PULGA, Ivani (direção geral). Vaticano II: Mensagens, Discursos e Documentos. São Paulo: Paulinas, 1998.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos*. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2020. (Coleção Documentos da CNBB n. 107)
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. (CELAM). *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB, São Paulo: Paulinas, 2007.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: Edições CNBB, 2013. (Coleção documentos pontifícios 17)
- GALINDO, Félix Moracho. *Sacramentos da iniciação cristã*. São Paulo: Paulus, 1999.
- IRMÃO NERY, FSC. *Catequese com adultos e catecumenato: história e proposta*. São Paulo: Paulus, 2001.
- QUEZINI, Renato. *A pedagogia da Iniciação Cristã*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- REINERT, João Fernandes. *Inspiração Catecumenal e conversão pastoral*. São Paulo: Paulus, 2018. (Coleção biblioteca do catequista)

RITUAL ROMANO. *Ritual da Iniciação Cristã de Adultos*. Renovado por decreto do Concílio Vaticano II, promulgado por autoridade do Papa Paulo VI. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

TABORDA, Francisco. *Nas Fontes da Vida Cristã. Uma teologia do batismo-crisma*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2012. (Coleção Theologica)

ZORZI, Lúcio. *Uma Proposta de Catecumenato com o RICA Simplificado*. São Paulo: Paulinas, 2006.

GRADUADOS E ESPECIALISTAS

Por que não ser católico: os motivos que levam os socialmente oprimidos a se afastarem da Igreja

Maria Eduarda Moreira Martins Vieira¹

Resumo: O tema da comunicação é: Motivos que levam as pessoas socialmente oprimidas a não quererem ser católicas e o objetivo geral é descobrir o que leva as pessoas socialmente oprimidas a não quererem ser católicas. A partir de entrevistas com pessoas pertencentes a variados grupos socialmente oprimidos, para coletar o testemunho delas a respeito do objetivo geral. Iremos comparar as respostas das pessoas entrevistadas, para analisar os aspectos mais recorrentes em seus testemunhos e finalmente, propor melhorias na eficiência da evangelização católica, com base nas respostas dos entrevistados. A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa-quantitativa, por meio de entrevistas a 24 pessoas. São variados os motivos que levam as pessoas socialmente oprimidas a não quererem ser católicas. Dentre os que se destacaram, estão a contribuição da Igreja Católica no processo de colonização do continente americano, a falta de respostas fáceis para dúvidas existenciais, a criação de pessoas desde cedo em outras tradições religiosas, e a perpetuação de diversos tipos de preconceitos dentro da Igreja Católica, entre outros motivos. Para conquistar fiéis socialmente oprimidos, a Igreja Católica precisa de se empenhar em uma evangelização que busque superar esses problemas. Somente um esforço coletivo dos agentes evangelizadores tem chances de ser eficaz.

Palavras-chave: Religião. Igreja. Pluralismo religioso. Católico. Oprimido.

INTRODUÇÃO

Onde estão os seres humanos, há alguém (ou vários alguéms) que jamais aceitaria um convite para frequentar uma missa ou outra celebração católica. O que será que faz certas pessoas não terem o mínimo interesse em se aproximar da Igreja Católica? Não é de se espantar que os motivos variem de uma pessoa para outra, mas será que dá para traçar alguns que se destaquem mais?

Com relação aos diversos segmentos socialmente oprimidos da população, o que faz essas pessoas buscarem sua libertação, muitas vezes, bem longe de Jesus Cristo? Há os que chegam a ser cristãos, mas não católicos, mas tantos outros evitam qualquer igreja cristã. Por que isso acontece?

Enquanto a fé cristã católica é libertadora para uns, ela parece ser exatamente o contrário para outros. No presente trabalho, são apresentadas as entrevistas feitas a 24 pessoas que fazem parte de algum grupo socialmente oprimidos. Elas explicaram, com notável sinceridade, por que não são e não querem ser católicas. Depois das entrevistas, são traçados

¹ Pós-graduação lato sensu em Docência e diversidade e em Educação inclusiva pela Faculdade Descomplica. meartes@mail.com

alguns dos motivos que mais se destacaram, e ao final, são dadas algumas breves sugestões que dizem respeito a uma efetiva evangelização.

1 ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

Os 24 entrevistados responderam às seguintes perguntas²:

- Qual é a sua religião?
- De quais grupos socialmente oprimidos você faz parte?
- Por que você não é católico(a)?
- Por que você não quer ser católico (a)?

A seguir, estão as respostas dos 24 entrevistados a essas perguntas, por ordem de quem respondeu primeiro.

Entrevistada 1: Umbandista, mulher, pobre, afrodescendente.

“Não sou católica mais por conta da crença na reencarnação. E pela contribuição da Igreja Católica no processo de colonização. Sou afrodescendente. O sonho do meu pai era ser padre. Queria ser coroinha, a profa da igreja disse que não existia anjo preto. Tenho um certo rancor por conta disso.”

Entrevistada 2: Evangélica, mulher, pobre.

“Porque na Igreja Católica eu não encontrei resposta para muitas perguntas. O padre não se empenhava em ensinar a Bíblia. Aí eu e minha família fomos para a igreja evangélica. Hoje, não é caso de não querer ser católica. É caso de costume, mesmo.”

Entrevistado 3: Espírita kardecista, TDAH, dislexia.

“Assim eu cresci numa família umbandista, até minha mãe era daí eu tinha uns pensamentos porque o Jesus foi crucificado etc aí minha mãe ela até procurou uma igreja católica, mas ainda assim não satisfiz minhas dúvidas, então ela procurou uma casa espírita. Minha família toda agora é espírita.”

Entrevistada 4: Ateia, mulher, indígena, depressiva, lésbica.

“Quando eu acreditava em religiões, o catolicismo era o que eu mais tinha raiva pois foram eles que invadiram o Brasil e colonizou e catequizou. Hoje digo que não sou católica porque não acredito em coisas de religião.”

Entrevistada 5: Candomblecista, mulher, bissexual.

2 Os nomes dos entrevistados não são citados por questões éticas.

“Eu tive um período que frequentava a Igreja Católica. Mas saí, pois, achava que era muito limitado o respeito com a diversidade. Apesar de ter evoluído com os anos ainda é uma religião (os adeptos em sua maioria) que está mais preocupada nos “não pode” do que no amor e caridade, que foi foco do ensinamento de Jesus.”

Entrevistado 6: Espírita kardecista, bissexual.

“Não faço mais parte da Igreja Católica desde os 2 anos, minha mãe conheceu um centro espírita e desde então frequentamos lá, não vejo vontade em trocar de religião até porque os ensinamentos são basicamente os mesmos.”

Entrevistada 7: Umbandista, mulher.

“Porque nunca me senti pertencente, à vontade pra explorar o que busco e buscava espiritualmente.”

Entrevistada 8: Deísta, HIV positiva, trabalhadora sexual, pessoa com trajetória em situação de rua, pessoa trans, travesti, idosa.

“Porque a Igreja Católica sem sombras de dúvidas é a maior culpada por todas as mazelas existentes nos países cristãos.”

Entrevistada 9: Sem religião, travesti.

“Eu fui criada em um ambiente católico, eu fiz catequese, aí o tempo foi passando, aí eu vi que não era um espaço muito pra mim não. Não gostei muito, não. Eu não quero ser católica porque eu acho que não acredito muito no que eles pregam, não.”

Entrevistada 10: Umbandista e Santo Daime, mulher.

“Eu não falo que eu não sou católica, porque eu sou católica também, mas eu sou outras coisas. Aí, dentro de uma religião ou outra, existem algumas coisas que contradizem umas às outras. Mas aí eu pego as contradições, vou para a que eu acho mais coerente, e sigo essa.”

Entrevistada 11: Espírita kardecista, mulher.

“Eu cresci na Igreja Católica, fiz catequese e até antes da pandemia eu ia à missa aos domingos antes de ir trabalhar no museu. Mas só tenho afinidade com o catolicismo hoje, por ter aprofundado no espiritismo.

Sempre tive muitas questões relacionadas a vida, morte, aos sofrimentos ou bençãos, as entidades que eu via dentro da minha casa, as coisas que eu sonhava, via, ouvia e sentia. E sobre isso a religião católica nunca me deu respostas e conforto.

Quando comecei a frequentar mais a religião espírita, muitas coisas foram esclarecidas e senti que a vida era algo mais do que só seguir as obrigações terrenas (estudar, trabalhar, casar, etc.) Tudo foi fazendo mais sentido.

Comecei a fazer o estudo do Evangelho segundo o Espiritismo, que são os ensinamentos de Jesus explicados de uma forma mais ampla dentro da visão espírita, e vi muito sentido e comecei a entender melhor os acontecimentos da humanidade, a nossa participação nesses acontecimentos e como aplicar os ensinamentos em minha vida.”

Entrevistado 12: Espírita kardecista, negro, gay.

“Eu fui católico na infância, cheguei a fazer primeira comunhão, a maior parte da família materna e paterna é católica. Entretanto, por influência da minha mãe, entre 7 e 10 anos, começamos a frequentar uma casa espírita. E com o tempo fomos migrando.

Quando adolescente já tinha deixado de frequentar a Igreja Católica totalmente, principalmente devido a sentir mais esclarecido, mas também mais acolhido no espiritismo.”

Entrevistada 13: Evangélica, mulher, pobre.

“A princípio porque a primeira religião que me foi apresentada pelos meus pais foi a evangélica. Então a aceitação foi mais fácil. A aceitação no sentido de entender e compreender a Bíblia na visão evangélica.

Historicamente os líderes da Igreja Católica impuseram regras e dogmas totalmente contrário à Bíblia, e também de uma forma muito hipócrita, repudiava a religião alheia, como a dos greco-romanos e simplesmente copiavam suas crenças e costumes. Hoje, eu ainda vejo alguns resquícios de cultura embutidos na Igreja Católica, no qual eu não concordo. Mas para deixar bem claro, a Igreja Evangélica também possui muitos desses costumes, no qual eu também discordo. Mas vendo de forma geral, me identifico com a Evangélica.”

Entrevistada 14: pretende ser umbandista; mulher, pobre, bissexual.

“Fui criada em Igreja Católica. Até meus 15 anos eu não via problema em ser católica mesmo algumas vezes eu vendo que existia sim um preconceito com os LGBTs por causa do casamento e ter filhos etc. Mas onde eu frequentava sempre existiu muito apoio e ir contra o preconceito e até mesmo estuda saber outras religiões e nos informar.

Hoje eu não frequento mais a igreja, mas continuo tendo fé nos santos. Hoje eu quero fazer parte da Umbanda e me identifico muito com o que a religião propõe pra mim.”

Entrevistada 15: Deísta, mulher.

“Não sou católica porque o dogma da Igreja não corresponde à minha forma de pensar a vida e o mundo. Não quero ser católica porque acho que a religião limita a consciência e impõe regras e culpa.”

Entrevistada 16: Evangélica não praticante, mulher.

“Hoje em dia não tenho muitas restrições com relação a não frequentar a Igreja Católica, eu até penso em visitar alguma de vez em quando..., mas em geral não tenho fé em santos,

então não tenho muita identificação por isso também. Sempre fui mais voltada pra fazer pedidos e conversar com a figura da Trindade somente.”

Entrevistada 17: Wicca, mulher.

“Muitos rituais que eu não considero necessários de acordo com minhas concepções e crenças.”

Entrevistado 18: Ateu, gay.

“Não sou católico pelo mesmo motivo que não sou de outras religiões. Não acredito em nenhum Deus. Mas apoio qualquer iniciativa religiosa que faça bem à saúde mental e que ajude os mais necessitados.”

Entrevistado 19: Ateu, gay, neurodivergente.

“Não sou católico por conta das opressões realizadas pelos cristãos ao longo da história. E como essas opressões reverberam até hoje na vida de mulheres, indígenas, negros e LGBTs.”

Entrevistado 20: Ateu, negro.

“Eu não acredito em Deus e por isso não seria de religião nenhuma. Acredito que nós o inventamos para responder o que não sabemos da vida ou da natureza das coisas. Não acho isso um problema. Mas muita gente quer respostas, às vezes respostas rápidas e caem muito nas explicações religiosas.

Com relação à religião Católica, ela e outras religiões foram e são usadas como meio de poder político sobre as sociedades. E a religião Católica foi usada no Brasil como forma de poder e dominação social, justificando absurdo como a própria escravidão de brasileiros negros e índios, mas principalmente negros. Então, o histórico político da religião Católica é bem ruim no mundo todo. Além disso, ela também buscou eliminar as outras religiões sobretudo as religiões de matriz africana e indígenas. Por fim, jamais seria católico.”

Entrevistado 21: Agnóstico, gay, pardo.

“Eu não me vejo sendo bem-vindo ali pelas pessoas que ocupam aqueles lugares, eu não me sinto bem-vindo pela questão da participação muito pessoal dos líderes da Igreja, e também pela questão das pessoas conservadoras, que dificulta muito não só a minha participação, mas a participação de outras pessoas, que às vezes não existe um preconceito tão grande na sociedade igual existe pra gente, pra nós, pessoas que somos minorias.”

Entrevistada 22: acredita na mãe Terra, mulher, bissexual.

“No momento não sigo nenhuma religião, acredito na Terra como nossa mãe e que devemos respeitar e cuidar dela. Cresci em uma família católica, estudei em escolas católicas até me formar no ensino médio, nisso acabei tendo muito tempo pra estudar o Catolicismo.

Comecei a questionar minha criação católica desde os 11 ou 12 anos, pois a ideia de uma vida após a morte, sendo de punição ou de ir para um paraíso nunca me agradaram. Eu acredito que toda morte gera vida e que esse processo é inteiramente do nosso plano.

Também me revoltei muito com as instituições católicas, pois durante meu processo de formação pessoal, de crescimento e entendimento do “eu” no mundo, me deparei com muita censura e muitas punições por coisas que às vezes eram apenas curiosidade juvenis, de quem está tentando se entender.

Aos 11 anos fui suspensa por beijar um menino no recreio, aos 13 fui proibida de dançar com outra menina na quadrilha... Aos 16 fui suspensa outra vez, por beijar uma menina do lado de fora da escola, aos 17 fui proibida de participar de qualquer apresentação cultural da escola, como teatro e danças. Essa censura toda sendo colocada em nome da instituição católica serviram apenas para me deixar mais desconfortável com uma religião com a qual minhas crenças já não batiam.

Eu sou uma mulher que vivo minha sexualidade sem censurar nenhum dos meus desejos. A instituição católica infelizmente tornou esse processo mais demorado pra mim.

Agora separando a instituição da religião em si, eu diria que o que não me faz católica é só um entendimento do mundo e da vida que é diferente demais ao do catolicismo.”

Entrevistado 23: Sem religião, LGBT.

“Não acredito em uma entidade sobrenatural.”

Entrevistada 24: Evangélica pentecostal, mulher.

“Eu não sou católica porque eu não acredito na veneração dos santos. E tem algumas outras coisas também envolvendo o alto clero, outras coisas que eu não concordo na religião Católica Apostólica Romana.

Eu não quero ser católica porque eu já fui católica. Eu fui batizada quando eu era recém-nascida, uma coisa que eu também não concordo na religião, mas não fui incentivada a seguir minha fé na época. Mas quando eu conheci a religião evangélica eu conheci a Deus, eu conheci a Jesus e fui incentivada a seguir esse caminho. Eu vi sentido em seguir esse caminho.”

2 DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Quantidade de pessoas entrevistadas: 24

Religião das pessoas entrevistadas: Umbanda: 4; Espiritismo kardecista: 4; Evangélica: 4; Sem religião: 10; Outras: 2.

Foram entrevistadas pessoas de variados grupos socialmente oprimidos, dentre eles: mulheres, negros, indígenas, LGBTs, pobres e neurodivergentes.

Foram variadas as respostas sobre os motivos que levaram as pessoas a não serem e não quererem ser católicas.

Enquanto algumas pessoas foram criadas desde cedo em tradições religiosas não católicas e se sentem confortáveis com isso, outros indivíduos já chegaram a frequentar a Igreja Católica, às vezes até participando de alguns sacramentos (principalmente o Batismo e a Primeira Eucaristia). Mas, por algum motivo (ou vários), não viram sentido em continuar sendo católicos.

Dentre as causas da não participação na Igreja Católica, já foi destacada a criação das pessoas em outras matrizes religiosas desde a infância, mas vários outros fatores também são pertinentes de serem elencados.

Com relação aos ex-católicos, a saída deles se dá por variadas portas: uns vão para alguma igreja evangélica, outros se tornam adeptos de religiões não cristãs, e ainda há aqueles que desistem de qualquer tipo de religião.

Ao pensar em cristianismo, muita gente ainda se lembra dos diversos erros cometidos pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Dentre eles, destaca-se a sua contribuição no processo de colonização do continente americano, impondo a cultura europeia sobre a indígena e a africana.

Os diversos tipos de preconceito presentes nos ambientes católicos favorecem o desconforto de pessoas socialmente oprimidas ao frequentarem esses lugares. Alguns dos entrevistados relataram tal sensação de falta de pertencimento à Igreja Católica. Afinal, como é possível se sentir confortável onde se sofre preconceitos?

Alguns dos entrevistados demonstraram a busca por religiões com a finalidade de sanar suas dúvidas existenciais. Não encontrando as respostas mais fáceis e satisfatórias na Igreja Católica, acabaram migrando para outras igrejas ou religiões. Em alguns casos, essa falta de respostas se deu por causa de catequeses e homilias precárias. Como podemos querer evangelizar de forma efetiva, sem, no entanto, nos esforçarmos o suficiente para tal?

CONCLUSÃO

Pelas respostas dos entrevistados, é possível perceber que pessoas de diversas tradições religiosas estão educando seus filhos, desde cedo, na fé na qual acreditam. E essa educação religiosa familiar muitas vezes se mostra efetiva. O testemunho de algumas pessoas, portanto, serve de exemplo da validade e da importância da evangelização de crianças e jovens dentro do ambiente familiar. Afinal, se os umbandistas, os espíritas, os evangélicos e muitos outros estão se esforçando na transmissão de suas crenças a seus filhos, qual é o problema se as famílias católicas fizerem o mesmo? Essa evangelização, no entanto, deve ser realmente esforçada, e não simplesmente jogando a criança ou o jovem nas mãos do padre ou do catequista.

A Igreja Católica é feita de seres humanos, e portanto, sujeita a erros. Mas certos erros foram muito grandes ao longo dos séculos, com destaque para a colonização do continente americano, oprimindo a cultura de diversos povos indígenas e africanos. Esses acontecimentos não devem ser esquecidos, mas sim lembrados, para que os líderes religiosos não repitam os erros do passado. Em um mundo onde as pessoas estão muito mais preocupadas com a satisfação de seus próprios interesses do que com o Cristo que morreu na cruz por elas, é necessária uma evangelização amigável, dialogal, e não opressora como a dos séculos passados.

As pessoas querem se sentir confortáveis dentro dos ambientes religiosos, e o preconceito é algo que causa desconforto. Se quisermos pregar um Deus que se encarnou e morreu para salvar a todos, soa contraditório um discurso no qual nem todos se sentem acolhidos por esse Deus, já que as pessoas que (supostamente) o defendem estão cobertas por preconceitos. Por isso, se a Igreja Católica quiser conquistar (ou reconquistar) os fiéis pertencentes a grupos socialmente oprimidos, será preciso evangelizar com os braços abertos para acolher a todos, despindo-se dos diversos tipos de preconceito.

Muitas pessoas buscam alguma religião à procura de respostas para suas dúvidas existenciais, e de preferência, de forma fácil e simples. Pelas respostas obtidas nas entrevistas, a fé católica parece estar longe das explicações mais fáceis. A saída, então, não é contrariar a nossa própria doutrina para facilitar as explicações às pessoas. Se as respostas da nossa religião às dúvidas existenciais são complexas, então, devemos redobrar os nossos esforços nas atividades evangelizadoras, para que às pessoas abandonem a tendência de ir sempre pelos caminhos mais fáceis e agradáveis.

São diversos os obstáculos que se apresentam ao longo do caminho para uma efetiva evangelização. Para que todos eles sejam superados, portanto, é necessário um esforço coletivo, por parte de todos os católicos, na tentativa de evangelizar aqueles indivíduos que hoje não conseguem enxergar um sentido no catolicismo, sejam quais forem os motivos.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Álvaro. *Igreja, Povo Santo e Pecador*. São Paulo: Loyola, 2001.

CNBB. *Animação da Vida Litúrgica no Brasil: elementos de pastoral litúrgica*. Documentos da CNBB 43, n. 73. São Paulo: Paulinas, 1989.

FAGGION, H. Guther. “Estado Crítico”, in *Eclésia – A Revista Evangélica do Brasil*, n. 79, 2002.

LIBANIO, J.B. *Eu creio, nós cremos: Tratado da fé*. São Paulo, Loyola 2002.

TERRIN, A. N. *Nova Era. A religiosidade do pós-moderno*. São Paulo: Loyola, 1996.